

**GRAMATICALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE CONSEQUÊNCIA NOS PROCESSOS DE
COMBINAÇÃO DE CLÁUSULAS**

Evelyn Cristina Marques dos Santos

UFRJ/2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GRAMATICALIZAÇÃO DA NOÇÃO DE CONSEQUÊNCIA NOS PROCESSOS DE COMBINAÇÃO DE CLÁUSULAS

Por

EVELYN CRISTINA MARQUES DOS SANTOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Prof^a. Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Rio de Janeiro
Agosto de 2009

Gramaticalização da noção de consequência nos processos de combinação de cláusulas
Evelyn Cristina Marques dos Santos
Orientadora: Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Examinada por:

Presidente, Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues – Letras Vernáculas / UFRJ

Professora Doutora Eliete Figueira Batista da Silveira – UFRJ

Professor Doutor João Luiz Ferreira de Azevedo – UFRRJ

Professora Doutora Filomena de Oliveira Azevedo Varejão – PPG Letras Vernáculas – UFRJ,
Suplente

Professor Doutor Mário Eduardo Toscano Martelotta – PPG Linguística e Filosofia – UFRJ,
Suplente

Rio de Janeiro
Agosto de 2009

SINOPSE

Análise funcional-discursiva das materializações do valor consecutivo, independentemente de sua codificação estrutural, a partir de quatro gêneros textuais: notícia, editorial, anúncio e entrevista oral. Revisão dos conceitos clássicos de subordinação, coordenação, correlação e termos afins. Apresentação de enfoques funcionalistas sobre os processos de combinação de cláusulas. Adoção, para fins analíticos, da sincronia referente ao século XX das variedades brasileira e europeia da língua portuguesa.

Gramaticalização da noção de consequência nos processos de combinação de cláusulas
Evelyn Cristina Marques dos Santos
Orientadora: Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Resumo da dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Esta pesquisa tem por objetivo (1) discutir o estatuto sintático das cláusulas consecutivas, uma vez que se acredita que seu estudo não se esgota no conceito de subordinação, (2) descrever e analisar como se materializa o valor consecutivo, independentemente da codificação estrutural e (3) distribuir as cláusulas que codificam a consequência em um *continuum* de estágios de gramaticalização dentro de uma perspectiva sincrônica. Para isto, recorreu-se a um *corpus* de dados reais da língua, sendo, assim, possível o estudo das cláusulas dentro de um co-texto e contexto de uso, e não de frases isoladas. Tal *corpus* foi coletado do Projeto VARPORT e abrange quatro gêneros textuais: anúncios, editoriais, notícias e entrevistas orais.

Têm-se como hipóteses que usos distribuídos em outros tipos de orações podem viabilizar o conteúdo consecutivo e que os conceitos de coordenação e subordinação vinculados à noção de independência e dependência sintática e/ou semântica têm sido insuficientes para a análise das orações. Sendo assim, torna-se necessária a adoção de um *continuum de gramaticalização de cláusulas*: parataxe, hipotaxe e encaixamento, proposto por Hopper & Traugott (1993). Entende-se, no entanto, que tal *continuum* não esgota os tipos de estruturas que podem emergir no momento da interação. Atentando-se para a necessidade de se estender a análise das relações adverbiais para além da oração, este trabalho fundamenta-se em uma perspectiva funcional-discursiva da língua que reconhece a combinação de cláusulas como um aspecto pragmático ligado à organização discursiva.

Rio de Janeiro
Agosto de 2009

Gramaticalização da noção de consequência nos processos de combinação de cláusulas
Evelyn Cristina Marques dos Santos
Orientadora: Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Abstract da dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

This research aims at (1) discuss the syntactic status of consequence clauses, since we believe that their study is not exhausted in the subordination concept, (2) describe and analyze how the consequence value is materialized, independent of its structural codification and (3) distribute the clauses through which the idea of consequence is coded in a *continuum* of grammaticalization, considering a synchronic perspective. To do this, we used a *corpus* of real data of the language, so it was possible to study the clauses within a usage context, avoiding therefore the study of isolated sentences. This *corpus* was collected from VARPORT Project and includes four textual genres: advertisements, editorials, news and oral interviews.

Our hypothesis are that the usages distributed in other types of clauses may express the consecutive content and that the coordination and subordination concepts related to syntactic and/or semantic independence and dependence notion are insufficient for the analysis of the clauses. Because of this, it is necessary to adopt a clauses *continuum of grammaticalization*: parataxis, hipotaxis and embedding, proposed by Hopper & Traugott (1993). We understand, however, that this *continuum* does not exhaust the types of structures that may emerge in the interaction moment. Considering the necessity of expanding the adverbial relations analysis beyond the clause, this essay is based upon a functional-discourse perspective of the language which recognizes the clause combination as a pragmatic aspect related to the discourse organization.

Rio de Janeiro
Agosto de 2009

Especialmente ao meu *querido e saudoso* pai,
grande responsável por essa conquista.

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

(José de Alencar)

AGRADECIMENTOS

A Deus, Meu Alicerce, por iluminar meus pensamentos e guiar os meus passos aonde quer que eu vá, sempre!

Ao meu pai, por *tudo* o que foi e sempre será em minha vida.

A minha mãe querida, pessoa mais que *especial* para mim, que, por intermédio de Deus, concedeu-me o dom da vida!

Ao meu marido Rafael, meu *grande* amor, por estar sempre ao meu lado, torcendo pelo meu sucesso e vibrando com as minhas conquistas.

À Professora Violeta Virginia Rodrigues, orientadora, amiga e exemplo profissional, pelos anos de ensinamentos acadêmicos e pelos “puxões de orelha”, quando necessários.

À Professora Filomena Varejão, por ter me despertado, nas aulas de Português VI da graduação, grande interesse pelo estudo das orações.

A todos os professores da graduação e pós-graduação pelos ensinamentos, que muito me fizeram amadurecer academicamente.

Aos colegas do Mestrado, em especial, Bárbara, Luisa, Anderson e Rafael.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de mestrado.

Finalmente, aos meus familiares e amigos, por todos os que compreenderam as minhas ausências nesses últimos meses e torceram por mim, ainda que a distância.

A todos vocês, meu sincero agradecimento!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO	18
1.1. Na tradição gramatical	18
1.2. Nos estudos linguísticos	22
2 CORRELAÇÃO	29
3 AS CLÁUSULAS CONSECUTIVAS	35
2.1. O que dizem os gramáticos	36
2.2. O que dizem outros estudiosos	40
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	50
4.1. Teoria Funcionalista: uma teoria baseada no uso	50
4.2. Processos de combinação de cláusulas	63
4.2.1. Enfoques funcionalistas	64
4.2.2. Critérios para a gramaticalização de cláusulas	70
4.3. A hipotaxe adverbial: uma opção de organização discursiva	81
4.4. Elementos conjuntivos a serviço do discurso	87
5 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS	91

6 ESTÁGIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS	
CONSECUTIVAS: HIPÓTESES, PARÂMETROS E RESULTADOS	95
6.1. Quantificação geral dos dados	102
6.2. Conexão das cláusulas consecutivas	110
6.2.1. Conectores na parataxe	117
6.2.2. Conectores na hipotaxe	131
6.2.3. Conectores no encaixamento	146
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

Lista de gráficos, quadros e tabelas

Gráfico 1: Distribuição dos textos orais quanto à variedade do português	103
Gráfico 2: Distribuição dos textos escritos quanto à variedade do português	104
Gráfico 3: Distribuição dos processos de combinação de cláusulas nos textos orais	106
Gráfico 4: Distribuição dos processos de combinação de cláusulas nos textos escritos	106
Gráfico 5: Estruturação coordenada no PB	108
Gráfico 6: Estruturação coordenada no PE	108
Gráfico 7: Forma nominal do verbo das cláusulas não-finitas	109
Gráfico 8: Total de itens conjuncionais encontrados	116
Gráfico 9: Conexão das cláusulas paratáticas	118
Gráfico 10: Conexão das cláusulas hipotáticas	133
Gráfico 11: Conexão das cláusulas de encaixamento	146
Gráfico 12: Cláusulas correlatas x Gêneros textuais escritos	152
Quadro 1: Definições de coordenação e subordinação, segundo autores tradicionais	19
Quadro 2: Sistematização do tratamento da correlação em gramáticas tradicionais	30
Quadro 3: Classificação das orações subordinadas, segundo Álvarez (1995)	46
Quadro 4: Classificação das orações subordinadas, segundo Rodríguez (2007)	47
Quadro 5: Os sistemas de combinação de cláusulas, segundo Halliday (1985)	64
Quadro 6: <i>Continuum</i> da articulação de cláusulas (Lehmann, 1988)	74
Quadro 7: Propriedades relevantes para o <i>continuum</i> de combinação de cláusulas, segundo Hopper e Traugott (1993:171)	79
Quadro 8: Gramaticalização de processos de combinação de cláusulas	96

Quadro 9: Estruturações identificadas nos processos de combinação de cláusulas de consequência	101
Tabela 1: Tipos básicos de cláusulas complexas, segundo Halliday (1985)	65
Tabela 2: <i>Continuum</i> de combinação de cláusulas a partir dos traços [dependência] e [encaixamento], propostos por Hopper & Traugott (1993:170)	77
Tabela 3: Quantitativo geral de textos escritos pesquisados	91
Tabela 4: Quantitativo geral de textos orais pesquisados	92
Tabela 5: Total de ocorrências encontradas em cada gênero textual em relação ao número de textos analisados	105
Tabela 6: Estruturas Paratáticas x Variedades do Português	107
Tabela 7: Estruturas Hipotáticas x Variedade do Português	108
Tabela 8: Estruturas de Encaixamento x Variedade do Português e Modalidade Linguística	110
Tabela 9: Tipo de conectivo e processos de combinação de cláusulas	115
Tabela 10: Distribuição das cláusulas reduzidas de gerúndio por variedade do português e tipo de gênero	136

INTRODUÇÃO

O pensamento fundamental das teorias linguísticas pode ser sintetizado pelas idéias de Martinet (1978, *apud* Neves, 1997), para quem o objeto da verdadeira linguística é a determinação do modo como as pessoas conseguem se comunicar pela língua. Por considerar a competência comunicativa, os recentes estudos linguísticos preocupam-se não só com a capacidade que o falante tem de codificar e decodificar expressões linguísticas, mas também com a capacidade de usá-las e interpretá-las de forma interacionalmente satisfatória.

Deste modo, faz-se necessária uma abordagem que se baseia na observação da língua em uso, estudando-a como um processo e não como um conjunto de nomenclaturas e funções estanques. Tal abordagem desencadeia uma preocupação crescente em se estudar o discurso através do coletivo, ou seja, de se levar em conta os indivíduos em seus processos interacionais.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo descrever e analisar como se materializa o valor consecutivo, independentemente da sua codificação estrutural, levando-se em conta o contexto da produção linguística. Sendo assim, pretende-se, com este trabalho, distribuir as cláusulas que codificam a consequência em um *continuum* de estágios de gramaticalização, levando-se em conta uma perspectiva sincrônica.

Tem-se como hipótese principal que usos distribuídos em outros tipos de orações podem viabilizar o conteúdo consecutivo e que os conceitos de coordenação e subordinação vinculados à noção de independência e dependência sintática e/ou semântica têm sido insuficientes para a análise das orações. Desse modo, torna-se necessária a adoção de um *continuum* de gramaticalização de cláusulas: parataxe, hipotaxe e encaixamento, segundo a

proposta de Hopper & Traugott (1993). Reconhece-se, no entanto, que tal *continuum* não esgota os tipos de estruturas que podem emergir no momento da interação.

Além da consideração de teorias acerca da gramaticalização de cláusulas, segundo as quais os processos de integração das cláusulas de um enunciado determinam o estágio mais ou menos avançado do processo de gramaticalização, atentando-se para a necessidade de se estender a análise das relações adverbiais para além da oração, esta pesquisa se fundamenta em uma perspectiva funcional-discursiva da língua que preconiza a combinação de cláusulas como um aspecto pragmático ligado à organização discursiva, conforme sugerem Decat (2001) e Neves (2003).

Esta pesquisa divide-se em sete capítulos, sendo o primeiro composto de uma revisão bibliográfica dos processos de coordenação e subordinação, segmentada em dois núcleos. No primeiro, apresentam-se os conceitos tradicionais para esses dois processos sintáticos; já no segundo, são apresentados os pontos-de-vista de estudiosos de diferentes perspectivas teóricas.

No segundo capítulo, apresenta-se o conceito de correlação, que por determinação da Nomenclatura Gramatical Brasileira não foi incluída nas gramáticas. No entanto, ver-se-á que muitos são os estudiosos que defendem esse terceiro procedimento sintático. O estudo da correlação mostra-se fundamental nessa pesquisa pelo fato de se defender que esse processo se mostra como uma das possibilidades de materialização das cláusulas em estudo.

Em um terceiro momento, fazem-se considerações acerca das cláusulas consecutivas tanto por um viés tradicional, quanto por um viés linguístico. Ver-se-á que, uma vez que a correlação foi excluída dos estudos tradicionais, todas as cláusulas consecutivas são estudadas dentro da subordinação. No entanto, muitos autores defendem que algumas destas devem, na verdade, ser estudadas dentro do processo de correlação.

Como ficará evidente nessa pesquisa, considera-se que as cláusulas consecutivas distribuem-se não apenas na subordinação e na correlação, mas também na coordenação e na justaposição, que é um outro processo desconsiderado nos estudos gramaticais.

Tal consideração mostra-se viável a partir da adoção de uma perspectiva funcional dos processos de combinação de cláusulas. Sendo assim, no quarto capítulo, referente à fundamentação teórica, reúnem-se importantes contribuições de estudos funcionalistas que contestam o tratamento binário dado aos procedimentos sintáticos de combinação cláusulas e o tratamento homogêneo dado às cláusulas adverbiais, propondo, dessa forma, um *continuum* de gramaticalização de cláusulas.

Ainda dentro deste capítulo evidencia-se a importância do contexto para a construção do sentido. Acredita-se, assim como Decat (2001), que a leitura circunstancial de uma determinada cláusula se dá por inferência, obtida a partir da análise da situação discursiva em que essa cláusula está inserida. Outro ponto destacado nesse quarto capítulo é o estudo dos conectores nos estudos funcionalistas. Como será exposto, os elementos conectivos apresentam papel importante nos estudos de gramaticalização de cláusulas, uma vez que esses estabelecem, muitas das vezes, relações de natureza distinta a partir do contexto discursivo e, também, muitas vezes, são desenvolvidos/criados a partir de uma necessidade comunicativa.

O quinto capítulo é dedicado à apresentação e ao detalhamento dos *corpora* utilizados nessa pesquisa. Uma vez que se analisam textos orais e escritos tanto do português do Brasil, quanto de Portugal, além da apresentação do quantitativo geral dos textos analisados, haverá também uma amostra da distribuição de ocorrências por modalidade da língua e pela variedade do português. Além disso, incluem-se os critérios adotados para a análise dos dados.

Após a apresentação dos *corpora*, dedica-se um capítulo à análise dos dados. Nele, encontram-se os frutos e os resultados de toda a reflexão desenvolvida com a fundamentação teórica e metodológica oferecida nos capítulos iniciais. Têm-se, tanto uma análise quantitativa, quanto qualitativa, sendo esta a de maior interesse, portanto, a de maior importância nesse trabalho.

Por fim, chega-se às considerações finais, na qual se fará uma breve retomada dos resultados relevantes para o estudo nocional das circunstâncias adverbiais – no caso do presente estudo, das consecutivas – bem como alguns aspectos teóricos específicos e pertinentes para explicar a gradiência das estruturas analisadas em um *continuum* que evidencie o maior ou o menor estágio de gramaticalização.

Esclarece-se que não houve a pretensão de se esgotar o estudo sobre as cláusulas consecutivas e a noção consecutiva apreendida através do exame das cláusulas dentro de seu contexto discursivo. Portanto, afirma-se que a descrição feita na presente dissertação é apenas uma possibilidade de análise e interpretação dessas cláusulas.

Não se deixa de pretender, no entanto, que esta pesquisa possa contribuir significativamente para a descrição linguística de uma cláusula ainda pouco estudada e explorada nos estudos de base descritiva em Língua Portuguesa. Espera-se, no final de tudo, ter se alcançado os objetivos propostos nessa parte introdutória.

1. PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO

Um estudo que trate de combinação entre cláusulas, certamente, deve levar em conta os conceitos de coordenação e subordinação, tanto do ponto de vista sintático como do ponto de vista semântico, já que estes são os dois processos de estruturação oracional mais conhecidos e produtivos em língua portuguesa. Sendo assim, neste capítulo, a fim de se realizar uma análise crítica e comparativa do tratamento dado aos processos de estruturação sintática, apresentam-se os postulados de alguns autores tradicionais, como Bechara (2003), Cunha & Cintra (2001), Kury (2002), Luft (2004), Melo (1970), Rocha Lima (2003) e Said Ali (1969), bem como os pontos de vista de Azeredo (2003), Abreu (1994), Castilho (2004), Perini (2000), Mateus *et alii* (2003) e Neves (2000).

1.1 Na gramática tradicional

Na abordagem tradicional, as relações entre as cláusulas são classificadas em termos de dependência e independência. Tal relação decorre da articulação de cláusulas, que é sempre vista de forma dicotômica: há, de um lado, os casos de coordenação, e, de outro, os casos de subordinação. As orações coordenadas e as orações subordinadas são apresentadas fora do contexto de uso, e, na caracterização destas, os gramáticos utilizam critérios que mesclam sintaxe e semântica. Muitas vezes, também, eles deixam de explicitar de forma clara os critérios subjacentes à análise.

Ao observar os rótulos dados aos diferentes processos, Said Ali (1971: 273) diz que “aos termos coordenação e subordinação prefere a linguística moderna as expressões parataxe

e hipotaxe”, sendo as orações paratáticas equivalentes às copulativas, adversativas ou disjuntivas. Em relação às hipotáticas, o autor afirma que falta rigor à divisão tradicional entre orações substantivas, adjetivas e adverbiais, uma vez que não há adverbiais que correspondam a toda tipologia de advérbios:

Esta é divisão geral de caráter prático, mas convém notar que não é extremamente rigorosa; as adverbiais, se bem abrangem as espécies tempo, lugar, modo e outras, como na divisão do advérbio, compreendem também algumas que não se enquadram nessa categoria léxica. (Said Ali, 1971: 273)

Veja-se o que alguns dos principais autores tradicionais dizem a respeito dos principais processos de estruturação sintática, no quadro a seguir:

Quadro 1: Definições de coordenação e subordinação, segundo autores tradicionais

GRAMÁTICO	COORDENAÇÃO	SUBORDINAÇÃO
BECHARA (2003: 462; 476)	“Orações coordenadas são orações sintaticamente independentes entre si e que se podem combinar para formar grupos oracionais ou períodos compostos.”	“A <i>noite chegou</i> pode, pelo fenômeno de estruturação das camadas gramaticais conhecido por hipotaxe ou subordinação, passar a uma camada inferior e aí funcionar como pertença, como membro sintático de outra unidade ; O caçador percebeu que <i>a noite chegou</i> .”
CUNHA & CINTRA (2001: 593-594)	As orações coordenadas “são da mesma natureza, pois: a) são autônomas, <i>independentes</i> , isto é, cada uma tem sentido próprio; b) não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem: apenas um pode enriquecer com o seu sentido a <i>totalidade</i> da outra”.	“As orações sem autonomia gramatical, isto é, orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, chamam-se <i>subordinadas</i> ”. No período composto por subordinação, tem-se uma oração que não desempenha nenhuma função sintática em outra, e uma que tem sua existência dependente da primeira.

<p>KURY (2002: 62-63)</p>	<p>“Se todas as orações de um período são independentes, isto é, têm sentido por si mesmas, e poderiam, por isso, constituir cada uma um período, o período se diz <i>composto por coordenação</i>”.</p>	<p>“O período se diz <i>composto por subordinação</i> quando haja nele uma oração <i>principal</i> e uma oração <i>principal</i> e uma ou mais <i>subordinadas</i>, isto é, dependentes dela”.</p>
<p>LUFT (2004: 48; 53)</p>	<p>“Coordenadas são as orações de igual função, ligadas entre si por meio de conjunções coordenativas, ou por justaposição (<i>assíndeton</i>) na expressão daquelas. (...) As orações do período ‘composto por coordenação’, independentes, levam o nome de coordenadas”.</p>	<p>“Subordinada é aquela que depende de uma principal. É uma oração regida por outra, ou por um termo desta. (...) Onde há uma oração subordinada há também uma principal; são termos correlativos: não há principal sem subordinada, nem subordinada sem principal”.</p>
<p>MELO (1970: 229; 233)</p>	<p>“<i>Coordenação</i> é o paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos”. (...) <i>Oração coordenada</i> é a que está posta ao lado de outra, de igual natureza e igual função”.</p>	<p>“Subordinação é a relação de dependência entre as funções sintáticas. (...) <i>Oração subordinada</i> é aquela que exerce em outra uma <i>função ou subfunção</i>, e que por isso não tem autonomia, não vale por si, é parte de outra oração, chamada <i>principal</i>”.</p>
<p>ROCHA LIMA (2003: 260-261)</p>	<p>“A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações <i>gramaticalmente</i> independentes – eis o que constitui o período composto por coordenação”.</p>	<p>“No período composto por subordinação, há uma oração <i>principal</i>, que traz presa a si, como <i>dependente</i>, outra ou outras. Dependentes, porque cada um tem seu papel como um dos termos da oração principal”.</p>
<p>SAID ALI (1969: 130)</p>	<p>“A <i>combinação coordenativa</i> é formada de uma oração inicial e uma ou mais orações seguintes ou coordenadas que se caracterizam por alguma das partículas <i>e, mas, ou, portanto, logo, porquanto, etc.</i>”</p>	<p>“A <i>combinação subordinativa</i> consta de uma oração principal e uma ou mais secundárias ou subordinadas. Orações secundárias são desdobramentos do sujeito, do complemento ou dos determinantes atributivos ou adverbiais em novas orações”.</p>

Ao se observar o quadro 1, um ponto em particular que chama bastante atenção é que, de um modo geral, as gramáticas tradicionais preceituam que a subordinação é definida em termos de dependência sintática, já que a oração subordinada consiste em um termo que exerce função na principal; e semântica, pois a subordinada não tem sentido completo sem a principal. As orações coordenadas, por sua vez, são definidas como independentes, pois possuem sentido completo¹ e não constituem um termo da oração a que se ligam.

Percebe-se, então, que os processos de coordenação e subordinação tendem a ser definidos por referência a um mesmo parâmetro. As diferenças estabelecidas por esses processos são feitas, na maioria das vezes, com base na noção de (in) dependência, noção essa que se baseia tanto em critérios sintáticos como em semânticos.

Alguns gramáticos, como Bechara (2003), Luft (2004), Melo (1970) e Said Ali (1969), só se valem de critérios sintáticos, outros, como Cunha & Cintra (2001), Kury (2002) e Rocha Lima (2003), utilizam os dois critérios para distinguir estruturas coordenadas e subordinadas.

Outro ponto questionável na abordagem desses conceitos refere-se ao fato de os exemplos fornecidos pela tradição gramatical para ilustrar períodos coordenados e subordinados basearem-se, geralmente, na modalidade literária ou em exemplos criados. Como já esperado, não há referências à modalidade falada da língua portuguesa.

A adoção de um parâmetro que se fundamenta apenas na noção de (in) dependência semântica e sintática das cláusulas interligadas não resolve, de fato, o problema de distinção entre coordenação e subordinação. Isso pode ser constatado, sobretudo, quando se analisam exemplos da modalidade falada de uma língua, uma vez que, nem sempre, os conceitos tradicionais de estruturação do período composto conseguem dar conta desses exemplos.

¹Entende-se que falar de sentido completo é o mesmo que falar do estabelecimento de comunicação. No entanto, esta idéia não é, normalmente, elucidada pela tradição gramatical.

1.2 Nos estudos linguísticos

A partir de agora, apresentam-se as abordagens de Abreu (1994), Azeredo (2003), Castilho (2004), Perini (2000), Mateus *et alii* (2003) e Neves (2000) para os processos de coordenação e subordinação. Tais autores diferem de forma significativa da tradição gramatical brasileira, ao apresentar alternativas para a descrição dos processos de estruturação sintática.

Abreu (1994) prefere não distinguir subordinação de coordenação, uma vez que, para ele, é mais prática a adoção do termo *articulação sintática* para nos referirmos aos mecanismos que ligam sintaticamente uma sentença à outra. De acordo com o autor, tal termo evitaria uma possível classificação inadequada para os casos em que a diferença entre subordinação e coordenação é difícil de ser estabelecida.

A partir do conceito de articulação sintática, surge a terminologia *articuladores sintáticos* para fazer referência aos elementos viabilizadores de tal articulação. Essa terminologia se mostra bastante prática, uma vez que, por ser mais genérica, abarca tanto as conjunções quanto as preposições, locuções prepositivas e conjuntivas, pronomes e outros recursos da língua que servem para marcar a ligação de orações.

Abreu (1994:22) acrescenta que a articulação sintática pode de ser de cinco tipos, a saber: (1) articulação sintática de oposição (coordenação adversativa e subordinação concessiva), (2) articulação sintática de causa (subordinação causal), (3) articulação sintática de condição (subordinação condicional), (4) articulação sintática de fim (subordinação final) e (5) articulação sintática de conclusão (coordenação conclusiva). Neste último tipo de articulação, o autor inclui articuladores como *logo, portanto, então, assim, por isso, por conseguinte, pois* (posposto ao verbo), *de modo que e em vista disso*.

Tal inclusão mostra-se original, já que muitos desses articuladores geralmente não são listados por gramáticos de orientação tradicional² (*assim, por isso, então, por conseguinte, de modo que*). É interessante constatar também que, na apresentação dos cinco tipos de articulação sintática propostos por Abreu (19994), não é feita, em nenhum momento, menção à subordinação consecutiva.

Azeredo (2003) traz certa inovação na discussão desses processos, afirmando que palavras, sintagmas e orações se conectam no discurso em virtude de variadas relações semânticas. As conexões, implícitas ou explícitas, se estabelecem tanto no interior do período (conexões sintáticas), como no interior do texto (conexões textuais). Quando se passam no interior do período, essas conexões se classificam em três tipos fundamentais: justaposição, subordinação e coordenação.

Castilho (2004: 131) diz “não ser pacífica, na literatura especializada, a forma de tratar as sentenças complexas”. O autor apresenta uma classificação das sentenças complexas em coordenadas, subordinadas e correlatas, levando em conta critérios sintáticos (noções de subcategorização e encaixamento, relação de adjunção e expansão) e pragmáticos (noção de ato de fala) e desconsiderando critérios semânticos. Quanto à nomenclatura adotada pela gramática tradicional, o autor considera que não há necessidade da utilização do termo “período” no tratamento de sentenças complexas:

A gramática tradicional cunhou para estes casos a expressão “período”, que tem a deficiência de criar outra unidade para a Sintaxe. Ora, operando com as unidades sintagma e sentença, é possível analisar as expressões nesse nível. Se um dos termos constituintes de uma sentença é outra sentença, tudo bem, diremos que tal sentença se complexificou. Não é necessário inventar outra unidade para isso. As mesmas regras de construção de uma sentença simples dão conta das sentenças complexas. (Castilho, 2004: 131)

² Dos gramáticos listados no item 1.1, apenas Kury (2002) apresenta tais elementos como conjunções.

Além do uso da nomenclatura “período” pela gramática tradicional, o autor critica o emprego do rótulo “sentença principal”, pois entende que tal rótulo “tem o defeito de conotar ‘pensamento principal’, verbalizado por essa sentença” e nem sempre esse pensamento principal é veiculado na oração dita Principal. Castilho (2004: 132) mostra, por exemplo, que, em “*Acho que vai chover*”, a oração subordinada *que vai chover* é detentora da informação principal, que é modalizada pela matriz *acho*. O autor conclui, dessa forma, que a Semântica e a Sintaxe são módulos autônomos e, por isso, um não determina o outro.

De acordo com Perini (2000:129), a dicotomia instaurada entre os conceitos de coordenação e subordinação representa uma “simplificação e está longe de dar conta de todos os fatos”. A subordinação, segundo o autor, é um fenômeno estrutural, em última análise, bastante simples: “(...) *é decorrência direta do modo como se estrutura a oração, acrescido à possibilidade de se encaixar orações dentro de diversos tipos de sintagmas.*” Já os casos tradicionalmente classificados como de coordenação não formam um grupo tão consistente e homogêneo: “*Em muitos casos, a coordenação se aproxima dos fenômenos discursivos (...) e baseados, (...), de preferência em fatores semânticos e cognitivos em geral.*”

O autor estabelece algumas diferenças entre um processo e outro, mas reconhece a dificuldade de agregar as tradicionais orações coordenadas em um mesmo conjunto, por falta de características comuns. Na verdade, segundo Perini (2000:143), “quase a única afirmação que vale para todos os casos é a de que, quando duas ou mais estruturas são unidas por coordenação, nenhuma delas exerce função sintática dentro de nenhuma outra: definição negativa e que vale para outras relações que não a coordenação”.

Quanto às orações subordinadas, Perini (2000) assevera que, em todos os casos, “são marcadas pela presença de certos elementos sintáticos ou morfológicos, que a caracterizam como subordinada.” Os elementos presentes na subordinação, segundo o autor, têm também

uma função semântica (isto é, significam alguma coisa), de modo que não seriam dispensáveis, a saber, conjunções (subordinativas), relativos, marcas de interrogação indireta, desinências do modo subjuntivo e desinências de gerúndio e de infinitivo.

Mateus *et alii* (2003), em sua gramática de cunho gerativista, trazem inovações bastante significativas para os estudos descritivos em língua portuguesa. As autoras, conferindo um tratamento diferenciado ao assunto, propõem três grandes processos de estruturação sintática: coordenação, subordinação e aposição.

Detendo-nos aos dois primeiros processos, apontam-se as principais características apresentadas pelas autoras para cada um deles. Segundo Mateus *et alii* (2003), a subordinação opera unidades oracionais frásicas e apresenta maior mobilidade de constituintes. Já a coordenação pode ter por domínio de aplicação todos os tipos de categoria sintática e apresentar pouca mobilidade de constituintes. Outro ponto destacado pelas autoras é que, na subordinação, a oração subordinada desempenha sempre na subordinante uma função sintática e uma função temática, enquanto que, na coordenação, ambas as orações desempenham a mesma função sintática e a mesma função semântica.

As autoras caracterizam as orações coordenadas por construções que combinam constituintes de mesmo nível categorial – sintagmas ou frases. Essas orações diferem das subordinadas, sobretudo em termos formais, uma vez que uma coordenada não desempenha função sintática, nem função temática em relação à outra. A coordenação serviria, portanto, como um mecanismo gerador recursivo, por meio do qual se combinam constituintes ou partes de constituintes

No âmbito das sentenças complexas, as orações coordenadas são consideradas estruturalmente independentes por não serem encaixadas no lugar de um dos constituintes de outra. Elas podem ser sindéticas ou assindéticas. Quando são sindéticas, essas orações podem

estruturar-se por conjunções ou conectores. No primeiro grupo, incluem-se as copulativas ou aditivas, as disjuntivas ou alternativas e as contrajuntivas ou adversativas. Já no segundo – dos conectores – incluem-se as explicativas, conclusivas e contrastivas.

A subordinação, por sua vez, é caracterizada dentro de uma complexidade maior, já que envolve quatro relações distintas. A proposta de Mateu *et alii* (2003) mostra-se bastante inovadora em relação às propostas dos gramáticos brasileiros. Expõem-se a seguir as classificações das orações subordinadas propostas pelas autoras:

- I. **Subordinada completiva** – é um dos grandes tipos de subordinação, caracterizável pelo fato de a frase subordinada constituir um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, por isso, uma distribuição aproximada da das expressões nominais;
- II. **Orações relativas** – são as orações subordinadas iniciadas pelos tradicionalmente designados “pronomes”, “advérbios” ou “adjetivos relativos”. Na sua modalidade mais típica, as relativas são formas de modificação de uma expressão nominal antecedente, mas podem ser igualmente uma forma de modificação de uma outra oração. Existem também relativas sem antecedente expresso, as chamadas relativas livres;
- III. **Subordinação adverbial** – construções em que a subordinada não é um argumento do predicado da principal. Incluem prototipicamente as seguintes orações: condicionais, causais, finais, concessivas e temporais;
- IV. **Construções de graduação e comparação** – envolvem proposições que, de diferentes modos, estão relacionadas com a expressão de grau. Incluem as seguintes orações: comparativas, consecutivas, conformativas e proporcionais.

Apesar de as autoras determinarem a diferença entre os dois principais processos de estruturação sintática, reconhecem que a distinção entre subordinação e coordenação nem sempre é fácil de ser estabelecida, uma vez que há construções que se encontram na fronteira

entre uma e outra. No entanto, não deixam de enfatizar que “a distinção entre coordenação e subordinação é sobretudo de ordem formal e não semântica” (cf. Mateus *et alii*, 2003:557).

A gramática de cunho funcionalista de Neves (2000:24) apresenta uma abordagem baseada na língua em uso, princípio básico de todas as vertentes da teoria funcionalista. A autora apresenta informações interessantes em relação à subordinação, pois parte da análise dos itens lexicais e gramaticais da língua portuguesa para classificá-los de acordo com as diversas construções que os instanciam, sejam elas coordenadas ou subordinadas.

O tratamento dado às subordinadas mostra-se diferenciado em relação ao tratamento tradicional. Para ela, a subordinação estrita ocorre na *complementação* e na *adjunção*, que seriam as subordinadas substantivas e adjetivas, respectivamente, na gramática tradicional:

(...) a complementação e a adjunção podem fazer-se com orações, introduzidas por conjunções integrantes e por pronomes relativos, respectivamente, elementos que as transformam em termos ou em partes de termos da predicação matriz, compondo enunciados complexos. (Neves, 2000:24)

Apesar de manter a nomenclatura tradicional que distingue as conjunções integrantes dos pronomes relativos, essa asserção é inovadora em relação às outras abordagens, pois estabelece uma clara distinção de carácter sintático entre dois tipos diferentes de subordinação.

Em relação às orações adverbiais, Neves (2000) considera o uso das conjunções subordinativas e ressalta que, muitas vezes, a gramática tradicional não questiona a diferença entre uma análise sintática e uma análise semântica, o que gera grande confusão. Segundo a autora, as relações entre uma oração nuclear e uma oração adverbial são consideradas análogas às relações retóricas que constroem o texto. Assim sendo:

(...) entende-se que essas relações permeiam e governam todo o texto, independentemente do nível das unidades (micro ou macro-estruturais) envolvidas (sintagmas, orações, enunciados, parágrafos, capítulos etc.), penetrando nas suas subpartes como reflexo e consequência da organização geral a que estão subordinadas. (Neves, 2000:601)

Deste modo, a autora defende um estudo da relação oração núcleo – oração adverbial como um todo, entendendo que o significado está em toda sua estrutura.

Não se pode deixar de comentar que Neves (2000), ao estudar as relações intersentenciais, abandona o termo oração e adota o termo *construção*. Esse termo de base genérica, além de incluir estruturas subordinadas, coordenadas e correlatas, abrange também estruturas não-oracionais, facilita a descrição da língua e previne a estudiosa de outro ponto delicado no âmbito da sintaxe portuguesa – a elipse verbal.

Como se pôde constatar, muitas são as abordagens alternativas à Nomenclatura Gramatical Brasileira. Cabe aos pesquisadores continuar os trabalhos investigativos com vistas a uma descrição que seja progressivamente aperfeiçoada. As motivações para abordagens tão diferentes originam-se, em grande parte, da fragilidade com a qual o assunto vem sendo tratado, especialmente nos estudos de base tradicional.

Destaca-se que não se teve como objetivo esgotar esse assunto nem tão pouco chegar a uma conclusão definitiva acerca dos dois grandes processos de estruturação sintática (subordinação e coordenação). Houve apenas a exposição de diferentes análises sem grande preocupação de examiná-las a fundo. Contudo, acredita-se que essa discussão, como também a que segue no próximo capítulo, é de grande importância para um melhor entendimento do comportamento de qualquer tipo de estrutura oracional. Não poderia ser diferente com o tópico central dessa pesquisa, ou seja, as *cláusulas consecutivas*. Tal fato ficará mais evidente no capítulo 4, por ocasião da fundamentação teórica deste trabalho.

2. CORRELAÇÃO

No capítulo anterior, observou-se que a abordagem adotada por gramáticos de linha tradicional apresenta como processos de articulação de orações no período composto apenas a coordenação e a subordinação, relegando a segundo plano um outro processo – a correlação. Em tal abordagem, este mecanismo é considerado apenas um subtipo da subordinação. Já em 1952, em sua relevante obra denominada *Teoria da Correlação*, Oiticica afirma que “esse processo de composição do período (...) sempre andou confundido com o da subordinação em todas as gramáticas brasileiras ou estrangeiras” (cf. Oiticica, 1952:13).

Oiticica (1952) define as orações coordenadas como autônomas e ligadas por conjunções explícitas ou não, e as subordinadas como dependentes, ligadas a principal por *um só* conectivo. Desta forma, este autor procurou enfatizar o elo sintático diferente que une as correlativas: entre elas aparecem dois termos conectivos.

Pauliukonis (1995: 12) comenta que, apesar de Oiticica (1952) ter se apoiado em uma posição sintática para definir correlação, como se observa no trecho “Em lugar da conjunção única *e* aparecem dois termos conectivos³”, ele chama atenção para a interdependência semântica entre as duas orações na qual, segundo ele, reside toda a força da correlação: “(...) os pensamentos estão conexos, neste caso, por dois termos que sempre, além disso, devem ser claros”. A partir das considerações desse autor, entende-se que, nas orações correlatas, estabelece-se estreita ligação entre o primeiro termo intensificador e o segundo evocado pela enunciação. Pauliukonis (1995) afirma que “é do equilíbrio entre os dois termos que se abstrai a noção de correlação”.

³ Comentário feito por Oiticica (1952: 21) em relação ao exemplo “Não somente Marilda socorreu a pobre família, mas também adotou as duas órfãs”.

Apesar dos ensinamentos de Oiticica (1952), a correlação é normalmente associada à subordinação. Rodrigues (2007) explica que, embora tal associação ocorra, não é frequente a menção explícita à categoria “orações correlatas”. A autora esclarece que, em geral, se fala da existência de orações que se ligam às outras por meio de conjunções que vem aos pares. Nesse sentido, a correlação também não deixa de ser associada à coordenação. Rocha Lima (2003: 261), por exemplo, ao apresentar as orações aditivas, chama atenção para o fato de que fórmulas correlativas como *não só... mas também, não só... mas ainda, não só... senão também, não só... senão que* podem dar mais vigor à coordenação. A seguir, mostra-se um quadro que sintetiza o tratamento tradicional dado à correlação:

Quadro 2: Sistematização do tratamento da correlação em gramáticas tradicionais⁴

GRAMÁTICO	Explicitação da nomenclatura ORAÇÕES CORRELATAS	Menção indireta à correlação
Bechara (1987:216-34)	_____	_____
Cunha (1990: 539) Cunha & Cintra (1985: 578-601)	_____	Orações comparativas, consecutivas e, às vezes, proporcionais podem estar em correlação com um membro da oração principal.
Rocha Lima (1998: 259-84)	_____	Menciona “fórmulas correlativas” e “expressões correlativas” (cf. orações subordinadas comparativas, proporcionais e coordenadas aditivas).
Luft (2002:259-84)	Orações correlatas aditivas Orações correlatas comparativas Orações correlatas consecutivas (cf. p. 46)	Afirma que outros gramáticos consideram orações proporcionais correlativas (cf. p. 62).
Kury (2002: 62-109)	Orações consecutivas correlatas (cf. p. 98) Orações proporcionais correlatas (cf. p. 104)	Menciona: aditivas com correlação (cf. p.66) palavra ou locução correlativa (cf. p.91 – orações comparativas) comparativas quantitativas se acham em correlação com uma palavra intensiva da oração principal (cf. p.92)

⁴ Quadro proposto por Rodrigues (2007: 230).

Por meio do quadro 2, percebe-se que os gramáticos tradicionais não incluem em suas obras a correlação como um processo de articulação em separado. Segundo Azeredo (1979: 01), a maioria dos gramáticos brasileiros entende que a correlação e, também, a justaposição “servem apenas para materializar certas relações fundamentalmente coordenativas ou subordinativas”. Rosário (2007) explica que, apesar de a correlação apresentar especificidades bem particulares em relação à coordenação e à subordinação, a não inclusão se dá por influência da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Ao se consultar a gramática de Rocha Lima escrita antes da NGB, verifica-se que o autor considerava não apenas duas, mas quatro estruturas típicas para a organização das orações no período: coordenação, subordinação, correlação e justaposição. Em relação à correlação, este gramático afirma que:

*Neste processo sintático de características absolutamente próprias, não há independência das orações componentes do período como na coordenação, nem subdependência, como na subordinação. Existe, a rigor, **paradependência**.* (Rocha Lima, 1959: 259) (grifos nossos)

Após essa definição, o autor salienta que, no período “a rã inchou e estourou”, há simples coordenação. No entanto, com o acréscimo do advérbio de intensidade *tanto* à primeira oração, tal período deixa de ter sentido completo, ficando o período desconexo (a rã inchou tanto, estourou). Para consertá-lo, prossegue o autor, seria necessária a presença da palavra *que* antes da segunda oração (a rã inchou tanto, *que* estourou). Assim sendo, ele afirma que *tanto* e *que* são termos correlatos e que o período é composto por correlação.

Como visto no capítulo anterior, Rocha Lima (2003) já abandonara a explicitação de quatro processos. Acatando a NGB, este estudioso elenca em sua gramática apenas os dois processos canônicos de estruturação sintática. Chediak (1960 *apud* Rosário, 2007), na época

da elaboração da NGB, comentou ter sido lamentável que o Anteprojeto tivesse excluído a correlação e a justaposição como processos de composição de período.

Melo (1970), que compartilha da mesma opinião de Chediak (1960 *apud* Rosário, 2007), apresenta uma interpretação diferente da maioria dos gramáticos tradicionais, uma vez que não acata os preceitos da NGB:

Apesar das objeções ponderosas, continuo a admitir um terceiro processo sintático, a correlação, em que se observa interdependência das funções. (Melo, 1970: 170)

O autor esclarece que tal divergência não lhe causa problemas do ponto de vista didático, uma vez que se trata de um aspecto de doutrina e é bastante enfático ao defender que a NGB “não pode pretender ser mais uma *nomenclatura* sugerida”. Melo (1970: 237) critica os estudiosos que passaram a desconsiderar a correlação devido à NGB, afirmando que, apesar de ele manter sua posição, há aqueles que aceitam “a doutrina careada pela NGB”. Tal fato, explica ele, ocorre, ou porque já estivessem convencidos de tal doutrina ou porque se converteram depois, passando a dizer que as orações que ele continua a considerar correlativas são “subordinadas adverbiais”.

De acordo com Melo (1970), a correlação é um processo sintático que não se insere simplesmente à coordenação e à subordinação, é um processo mais complexo, em que há interdependência de partes do período, visto que se dá a intensificação de um dos membros da frase ou de toda a frase, intensificação esta que pede um termo em correlação com outro.

Com postura semelhante à de Melo, Castilho (2004) e Rodrigues (2007), fundamentando-se no trabalho de Oiticica (1952), também abordam a correlação como um processo distinto da subordinação e da coordenação.

Para Castilho (2004: 143), na correlação, a cada elemento gramatical na primeira oração corresponde outro elemento gramatical na segunda, sem o quê o arranjo sintático seria inaceitável. Rodrigues (2007) aponta a falta de consenso, por parte dos estudiosos, em reconhecer que certas estruturas, tidas tradicionalmente como subordinadas adverbiais, envolvem estruturas de correlação. Ela assevera ser a correlação um procedimento sintático e não apenas um subtipo da subordinação e/ou coordenação, caracterizando este processo pela presença de duas orações formalmente interdependentes, em que a relação entre elas é materializada por meio de expressões correlatas.

Câmara Jr. (1981: 87) difere da posição desses autores e assemelha-se à posição dos gramáticos apresentados no quadro 2. Ele define a correlação como “uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódase”. Segundo esse linguista, a correlação se estabelece tanto por meio da coordenação como por meio da subordinação, não devendo, portanto, ser considerada como um processo distinto desses.

Módolo (1999), ao confrontar os pressupostos teóricos de Câmara Jr. (1981) e Oiticica (1952), explica que aquele partia de uma perspectiva estruturalista da sintaxe, perspectiva esta que se preocupa com a segmentação do texto em unidades gramaticais dispostas em uma hierarquia. Deste modo, a sintaxe estrutural não estaria tão preocupada com possíveis digressões semânticas, mas sim com a estruturação sintagmática dentro da oração, em um percurso baseado em critérios puramente mórficos.

Uma vez que tais critérios implicam uma disposição binária dos elementos da língua, como ocorre nas dicotomias saussurianas, Câmara Jr. (1981) deixa a idéia da correlação à margem. Assim, para que a correlação não impedisse a adoção do binarismo coordenação/subordinação, insinuando-se como outro procedimento sintático, este

estruturalista opta por distribuir as estruturas correlatas entre as coordenadas e as subordinadas.

Por outro lado, Oiticica (1952) parte de uma perspectiva funcional da sintaxe, conforme Módolo (1999). Segundo esse autor, Oiticica (1952) foi um funcionalista “*avant la lettre*”, uma vez que seu livro *Teoria da Correlação* foi publicado na década de 50, bem antes de o funcionalismo ter se projetado como corrente linguística.

Módolo (1999), assim como Pauliukonis (1995), destaca a intensa preocupação de Oiticica (1952) com o componente semântico, um dos pilares de sua argumentação sobre a correlação oracional.

Destacando a relação entre estrutura e função, o modelo funcionalista sustenta que a estrutura existe tendo em vista a necessidade de cumprir certas funções. De acordo com esse ponto de vista,

a linha mestra para entender a correlação é perceber que, em primeiro lugar, as orações se correlacionam funcionalmente, resultando depois uma disposição sintática, em que um termo da primeira oração encadeia-se com outro termo da segunda oração. Essa parece ser a posição de Oiticica. (Módolo, 1999: 7)

Neste capítulo, evidenciou-se que a maioria dos gramáticos, muito por influência da tradição normativa, prefere não considerar a correlação como um processo distinto dos demais. No entanto, apresentaram-se argumentos bastante contundentes em defesa desta como um terceiro processo de estruturação sintática.

3. AS CLÁUSULAS CONSECUTIVAS

Como se viu anteriormente, ao se estudar as orações do período composto nas GTs, discriminaram-se dois processos de estruturação sintática: coordenação e subordinação.

Sabe-se que o primeiro processo se caracteriza por organizar sentenças, estabelecer relação de paralelismo entre os elementos coordenados e relacionar orações sintaticamente independentes, por meio de pausa ou conectivo coordenativo.

Já o segundo é caracterizado por organizar termos ou orações hierarquizadas, estabelecer relações de dependência sintática entre os elementos subordinados e relacionar uma oração a um termo da chamada oração principal por meio de pausa, conjunção, pronome/advérbio interrogativo e pronome relativo. Nesse processo, reúnem-se as orações substantivas, adjetivas e adverbiais.

Estas três orações são articuladas com predicadores presentes na oração principal, estabelecendo assim uma relação de subordinação de tal forma que uma exerça função sintática em outra. As substantivas podem assumir a função de sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal e aposto. As adjetivas, por sua vez, a função de adjunto adnominal; as adverbiais, a função de adjunto adverbial.

Em relação a esse último tipo de oração, pode-se dizer que, de um modo geral, o que se encontra na bibliografia consultada é uma visão superficial e uniforme. As cláusulas que são interesse deste trabalho, ou seja, as cláusulas consecutivas estão inseridas em um conjunto “homogêneo” de orações, nomeado subordinadas adverbiais. No entanto, uma observação mais detalhada destas construções permite afirmar que nem sempre as consecutivas assumem o comportamento sintático esperado das subordinadas adverbiais. Para tal fato, encontra-se explicação em Said Ali (1971), que já havia observado que as adverbiais não só compreendem

as noções de tempo, lugar, modo, mas também outras noções para as quais não existem advérbios equivalentes.

Dentre estas outras noções, destaca-se a de consequência presente nas cláusulas consecutivas, uma vez que não possuem um comportamento tão homogêneo quanto as temporais e as causais, por exemplo. Devido à homogeneização dos tipos oracionais, pouco espaço é atribuído à discussão de peculiaridades comportamentais de cada cláusula e isso pode ser observado em Rocha Lima (2003), Bechara (2003), Kury (2002), Luft (2002) e Cunha & Cintra (2001), que serão apresentados no primeiro subitem deste capítulo.

No segundo subitem, apresentam-se trabalhos de outros estudiosos que utilizam um enfoque diferente para essas cláusulas, ao apontarem algumas de suas peculiaridades, como fazem Mateus *et alii* (2003), Neves (2000), Álvarez (1995), Castilho (2004) e Oiticica (1952), sendo esses dois últimos os que refutam a idéia de que as cláusulas consecutivas, contendo pares correlativos, inserem-se no grupo das orações subordinadas.

2.1 O que dizem os gramáticos

Nas gramáticas, as construções consecutivas são estudadas dentro das orações subordinadas adverbiais, logo, admite-se que elas têm uma relação de dependência com a oração que as antecede. No entanto, é importante destacar algumas diferenças referentes à abordagem de alguns autores.

Bechara (2003), ao analisar as orações adverbiais, isola as consecutivas e as comparativas em um grupo à parte das demais, denominadas de subordinadas propriamente ditas. O autor justifica tal atitude pelo fato de que, enquanto estas exercem função própria de

um adjunto ou determinante circunstancial não-argumental do núcleo verbal, as consecutivas apresentam um transpositor ‘*que*’ que se prende a expressões de natureza intensiva presente na oração principal.

Bechara (2003:475) chama atenção, ainda, para o fato de que a relação do transpositor *que* com uma unidade quantificadora manifesta uma consequência, todavia, esclarece que o valor semântico principal é o de demonstrar que o quantificador reforça o conteúdo do pensamento designado. Afirma, também, que a falta desse quantificador aproxima tais orações das orações adjetivas restritivas e oferece ao leitor o seguinte exemplo:

(I) “*Ela sentia **tal** medo **que** a deixava paralisada*”⁵

Se o intensificador ‘tal’ fosse retirado desse exemplo, não haveria mais uma oração subordinada consecutiva, mas uma oração adjetiva restritiva: “Ela sentia medo que a deixava paralisada”. Tal fato comprova a interdependência de ‘que’ com o intensificador antecedente.

A distinção entre os dois grupos de adverbiais proposta pelo autor e a dependência de *que* em relação a um termo intensificador poderiam ter sido usadas como argumentos em defesa de que construções desse tipo sejam pertencentes não a um grupo distinto dentro das adverbiais, mas sim, pertencentes a um processo distinto de estruturação de períodos – correlação –, no entanto, isso não foi feito.

Como já apontado por Rodrigues (2007), os gramáticos Kury (2002) e Luft (2002) não só fazem menção indireta à correlação, como também explicitam a nomenclatura *orações correlatas*. Para os referidos autores, as orações consecutivas, quando desenvolvidas, podem ser simples ou correlatas. São correlatas, por serem introduzidas pela conjunção ‘*que*’ em

⁵ Para a apresentação de exemplos retirados de autores aqui comentados, utilizam-se números romanos (I, II, III etc.). Já para os que forem encontrados em nosso *corpus*, usam-se números arábicos (1, 2, 3 etc.).

correlação com um termo intensivo na oração principal. Apesar de explicitarem tal nomenclatura, assim como Bechara (2003), não admitem que a correlação possa ser um processo distinto do da subordinação.

No tratamento dado às consecutivas, percebe-se que os autores tradicionais dão bastante ênfase à construção iniciada pela conjunção *que* em correlação com um intensificador. Rocha Lima (2003) diz ser este o tipo mais característico. No entanto, esses autores não deixam de mencionar, ainda que de forma rápida, outras formas de representação destas construções, que são as formas simples, ou seja, aquelas articuladas por *de forma que*, *de modo que*, *de maneira que*, *de sorte que* etc. Há que se destacar que Bechara (2003:499) afirma que se utilizam tais articuladores quando o conteúdo da primeira oração está completo e que eles não introduzem orações subordinadas, mas justapostas:

Estando completo o conteúdo da primeira oração, empregam-se as expressões (destituídas de tal) de maneira que, de sorte que, de forma que, de modo que, como “locuções” conjuntivas, sem pausa entre o substantivo e o que, para introduzir uma consecutiva atenuada em orações justapostas. (grifos nossos)

O autor afirma que, nestes casos, há uma independência sintática entre as orações. Para justificar tal afirmação, ele diz que a oração consecutiva iniciada por essas locuções pode vir indicada por uma pausa maior, ou seja, por ponto e vírgula ou até mesmo por ponto, como se pode observar a seguir:

(II) *“As alegrias da vida quase sempre são rápidas e fugidias, ainda que disto não tomemos conhecimento. De modo que elas devem ser aproveitadas inteligentemente.”*

Bechara (2003) diz que a unidade “de modo que” vale por um advérbio da oração para avivar ao ouvinte o pensamento anterior. Apesar de este autor seguir uma abordagem tradicional, sua análise muito se assemelha à abordagem funcional-discursiva para a combinação de cláusulas de Decat (2001), que afirma ter evidenciado uma função discursiva anafórica de certas cláusulas, uma vez que elas iniciam uma nova cadeia, remetendo-se para o que está na porção do discurso anterior.

Outra forma mencionada é a reduzida que, para a maioria dos gramáticos, só pode ocorrer na forma nominal de infinitivo. Os conectores normalmente utilizados são *sem*, *de*, *para*, *a ponto de*, como, por exemplo, se vê em Kury (2002:98):

(III) “*O arco se dilatava a ponto de comprometer mentalmente o trânsito*”.

Bechara (2003) é o único a fazer menção ao fato de que estas construções se reduzem não só de infinitivo, mas também de gerúndio. Ele afirma que isso ocorre quando se substitui a forma nominal de gerúndio por *e como consequência*. Kury (2002) discorda desta posição, dizendo que o que Bechara (2003) chama de consecutiva reduzida de gerúndio, ele prefere classificar como aditiva reduzida de gerúndio. Todavia, observando os exemplos⁶ a seguir, percebe-se que há diferença entre um e outro uso.

Ex1: *Este produto regenera os órgãos respiratórios e dissipa a tosse, fazendo com que a expectoração se torne mais fácil.* [consecutiva reduzida de gerúndio]

Ex2: *Seus cabeçotes duplos cortam rapidamente a barba mais rebelde, funcionando como uma suavidade de pluma.* [aditiva reduzida de gerúndio]

⁶ Exemplos retirados de anúncios do século XX, coletados do Projeto Varport.

No 1º exemplo, o período pode ser reescrito da seguinte forma: “Por este produto regenerar os órgãos respiratórios e dissipar a tosse, faz com que a expectoração se torne mais fácil”, tornando mais evidente a relação de causa e consequência. Já em relação ao 2º exemplo, se fosse reescrito em – “Por seus cabeçotes duplos cortarem rapidamente a barba mais rebelde, funcionam com uma suavidade de pluma” – ter-se-ia uma estrutura gramaticalmente correta, porém uma observação mais atenta permitiria afirmar que esta frase não é aceitável, pois não há uma relação direta com o fato de os cabeçotes de um barbeador cortarem rapidamente a barba e por causa disso funcionarem de forma suave.

Feitas essas considerações a respeito da abordagem tradicional, pode-se verificar que as construções consecutivas introduzidas pelo conector *que* em correlação com um termo intensificador da primeira oração são consideradas apenas como formas de organização das orações no período e não como um procedimento sintático diferente da subordinação. Esta abordagem rejeita, assim, os estudos de Oiticica (1952), segundo os quais se reconhecem quatro formas de estruturação do período composto, dentre as quais a correlação. Sendo assim, faz-se necessária a consulta a outros autores que tratam do tema em estudo, a fim de verificar se a abordagem adotada por eles traz alguma inovação em relação aos estudos prescritivos tratados até o momento.

2.2 O que dizem outros estudiosos

Ao comparar as construções consecutivas que ocorrem em correlação com um termo precedente (*tanto, tão, tal*) com as adverbiais temporais e causais, por exemplo, é possível afirmar que aquelas diferem destas, já que não têm valor adverbial prototípico, por não indicarem circunstâncias que limitam o sentido geral do verbo e por não serem presas ao

verbo da oração principal. Acrescente-se a isso o fato de que não é possível verificar entre a oração principal e a dita subordinada uma relação de tal forma que uma exerça função sintática em outra.

Mateus *et alii* (2003) atentam para essa diferença e inserem essas construções em um grupo diferente do das orações adverbiais, ou seja, no grupo das construções de graduação e comparação. Para as autoras, as orações pertencentes a este grupo – comparativas, consecutivas, conformativas e proporcionais – envolvem, de diferentes modos, proposições relacionadas à expressão de grau, fato que difere da classificação tradicional.

As referidas autoras designam orações consecutivas aquelas que exprimem uma consequência (1) da intensidade de uma qualidade - “Este filme é tão cômico que os espectadores riem todo o tempo”, (2) da quantidade de um objeto - “O Antônio tem tantos livros que vai fazer um seguro” e (3) da qualidade de um processo descrito na oração matriz - “A rapariga emagreceu tanto que não tem roupa que lhe sirva”.

Elas chamam atenção para o fato de que, além das consecutivas típicas iniciadas por *que* na dependência de um termo intensificador (consecutivas de intensidade) e das iniciadas por locuções conjuncionais *de forma que*, *de maneira que*, *de modo que* etc., há outras que se aproximam quanto ao significado. Destacam as consecutivas infinitivas introduzidas pela preposição ‘*para*’, contendo expressões como, por exemplo, *suficiente* e *bastante* e certas coordenadas conclusivas iniciadas por conectores como *logo*, *por isso*, *portanto* etc. No entanto, frisam que esse último tipo não será analisado. Acredita-se que tal fato se dê porque a análise deste exigiria uma análise mais voltada ao aspecto semântico-discursivo, o que iria de encontro à proposta mais estrutural das autoras.

Tratando das consecutivas de intensidade, Mateus *et alii* (2003) contestam o caráter subordinado destas e apresentam comportamentos característicos que as diferenciam das adverbiais, a saber:

1) O segundo membro da construção é frásico e não sintagmático, portanto, não pode ser substituído por um pronome de valor anafórico, como ocorre com as comparativas:

Ex: *O Luís é tão inteligente que a Maria

2) As consecutivas não podem ser objeto de clivagem nem tem mobilidade, o que as aproxima das relativas e das comparativas, e as distingue das subordinadas adverbiais:

Ex: *Ela trabalhou tão bem é que escreveu dois capítulos da tese.

* Que escreveu dois capítulos da tese ela trabalhou tão bem.

3) Não são adjuntos nem ao SV nem à oração matriz, como são as adverbiais. Isto pode ser comprovado através do teste de pergunta *fazer / acontecer*:

Ex: Ela trabalhou tão bem que escreveu dois capítulos da tese.

* O que ela fez que escreveu dois capítulos da tese? Trabalhou tão bem.

Diferentemente do que ocorre com uma adverbial prototípica, como, por exemplo, uma temporal (O que aconteceu quando Marcos saiu? Maria chegou.), não é possível incluir a consecutiva nessa pergunta e responder com o restante da construção.

4) As consecutivas são caracterizadas pela relação com os sintagmas de que dependem. Sendo assim, integram-se no SN, no SAdj, no SAdv ou no SV da oração matriz, por isso, a expressão de intensidade não pode ser suprimida:

Ex: O barulho foi tanto que os espectadores se assustaram.

*O barulho foi que os espectadores se assustaram.

Após a análise destas propriedades sintáticas, as autoras afirmam que as consecutivas de intensidade não são subordinadas adverbiais, contudo, não apresentam outra alternativa de classificação.

Para Neves (2000), as construções consecutivas se apresentam de dois modos: com antecedente e sem antecedente. Quanto ao primeiro modo, há, na primeira oração, a intensificação do estado de coisas ou a intensificação ou quantificação de um dos elementos (substantivo, adjetivo ou advérbio).

A autora afirma que, dentro destas construções, estão não só aquelas orações introduzidas pela conjunção ‘*que*’ em correlação com um intensificador, como também aquelas introduzidas pela preposição ‘*para*’ ou por uma locução do tipo ‘*a ponto de*’:

(IV) *Era preciso gostar muito **para** não desistir.* (Neves, 2000: 919)

(V) *Mas também não há tantas **a ponto de** permitir que elas sucumbam assim.* (Neves, 2000: 919)

Tem-se, neste primeiro exemplo, a presença do intensificador *muito* na oração principal; no segundo, a presença do intensificador *tantas*.

Quanto ao segundo modo – as construções sem antecedentes – a autora afirma serem estas iniciadas por locuções conjuntivas consecutivas, como *de (tal) modo que*, *de (tal) maneira que*, *de (tal) sorte que* etc.:

(VI) *Vamos mobilizar o povo para o desenvolvimento, de modo que ele tenha plena consciência da sua missão.* (Neves, 2000: 918)

Para ela, esse modo de construção expressa, mais especificamente, um resultado.

Em relação à ordem das construções consecutivas, Neves (2000) afirma que estas se constroem, geralmente, em uma ordem icônica⁷, vindo a consequência depois da causa. No entanto, destaca que a consequência, resultado ou efeito do evento também podem ser expressos em uma coordenada, vindo a consequência anteposta à causa, como no seguinte exemplo:

(VII) *“Estava a velha Soares, então, no corredor e não parecia apressada em se afastar TÃO certa devia estar de que me fulminara”.* (Neves, 2000: 920)

Outro aspecto apontado por Neves (2000) é de que o termo intensificador, geralmente presente dentro da predicação da primeira oração, pode funcionar externamente à predicação da oração principal, como em:

(VIII) *“Bem, isto foi depois, porque ela demorou a acordar, tanto que imaginei: nem acredito, estou diante de uma viagem?”.* (Neves, 2000: 923)

No processo de correlação, o ‘que’ mantém uma relação de interdependência com o intensificador que se encontra dentro da predicação da oração antecedente, como ocorre quando se reescreve o exemplo dado por Neves (2000): “... ela demorou **tanto** a acordar **que** imaginei: nem acredito, estou diante de uma viagem?”.

Após essas considerações feitas por Neves (2000), observa-se que a autora, apesar de atentar para o fato de que as consecutivas podem se expressar tanto com ou sem antecedente,

⁷ Ordem icônica diz respeito ao paralelismo entre a relação das partes da estrutura linguística e a relação das partes da estrutura de significação.

não menciona a correlação como um procedimento possível para o primeiro caso, ou seja, aquele em que a conjunção ‘*que*’ se correlaciona com um intensificador.

Castilho (2004) não analisa as consecutivas dentro do grupo das subordinadas. Ao abordar as relações intersentenciais, ele lança mão de alguns exemplos, dentre os quais “O aluno falou tanto que ficou rouco”, para defender um terceiro tipo de estruturação sintática: a correlação. Através deste, demonstra que a sentença “que ficou rouco” se correlaciona com “falou tanto” e que a omissão do termo intensificador *tanto* implica uma sentença sintaticamente semelhante a uma oração substantiva objetiva direta (O aluno falou que ficou rouco). Sendo assim, afirma que há uma relação de interdependência entre as consecutivas e que estas “verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco” (Cf. Castilho, 2004: 132).

O autor admite, então, três tipos de relação intersentencial, pois, ao definir sentenças complexas, diz que são “duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma unidade maior, estruturando-se tais constituintes coordenada, subordinada ou correlatamente” (cf. Castilho, 2004:131).

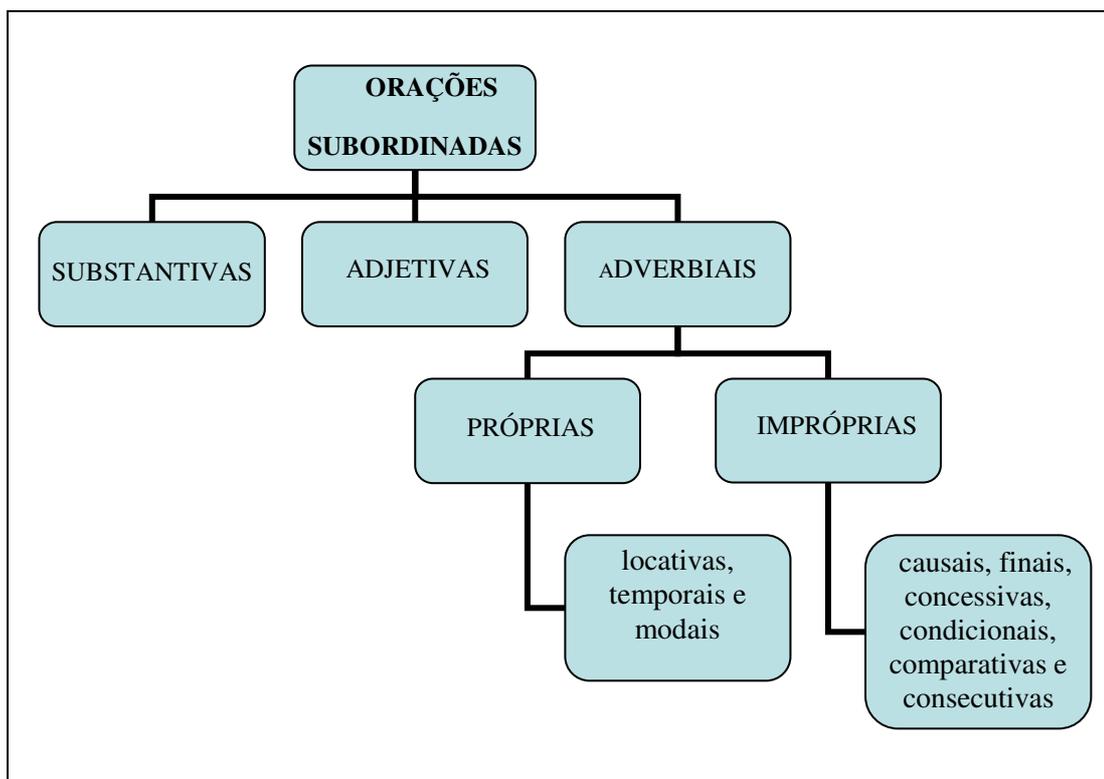
Mesmo considerando esses três tipos de relação, o autor esclarece que não há unanimidade em admitir a correlação como um processo de ligação intersentencial distinto.

Oiticica (1952) não considera todas as orações subordinadas adverbiais como adjuntos, segundo afirmam as gramáticas. É devido a este fato que, para ele, as orações consecutivas como também as comparativas são estruturas correlatas e não subordinadas.

Uma outra abordagem acerca das construções consecutivas encontra-se em Álvarez (1995). O autor trabalha com estas construções, dividindo-as em dois grupos: o da oração completa – aquela com um núcleo verbal principal e, pelo menos, outro subordinado, e o da oração composta – aquela com mais de um núcleo verbal.

No primeiro grupo, encontram-se as construções do tipo *tanto/tão/tal...que*. Nestes casos, o autor questiona se, de fato, como afirmam as gramáticas espanholas, estas construções pertencem ao grupo das orações adverbiais, ainda que impróprias⁸ – como mostra a figura a seguir:

Quadro 3: Classificação das orações subordinadas, segundo Álvarez (1995)



Este questionamento deve-se ao fato de que, apesar de as causais, finais, concessivas e condicionais serem consideradas como adverbiais impróprias, constituem, junto com seus transpositores, uma unidade de função autônoma no esquema oracional, ou seja, funcionam como complementos autônomos dentro do núcleo verbal. Já as orações transpostas pelo *que* consecutivo se integram na oração através de sua peculiar correlação com os intensificadores

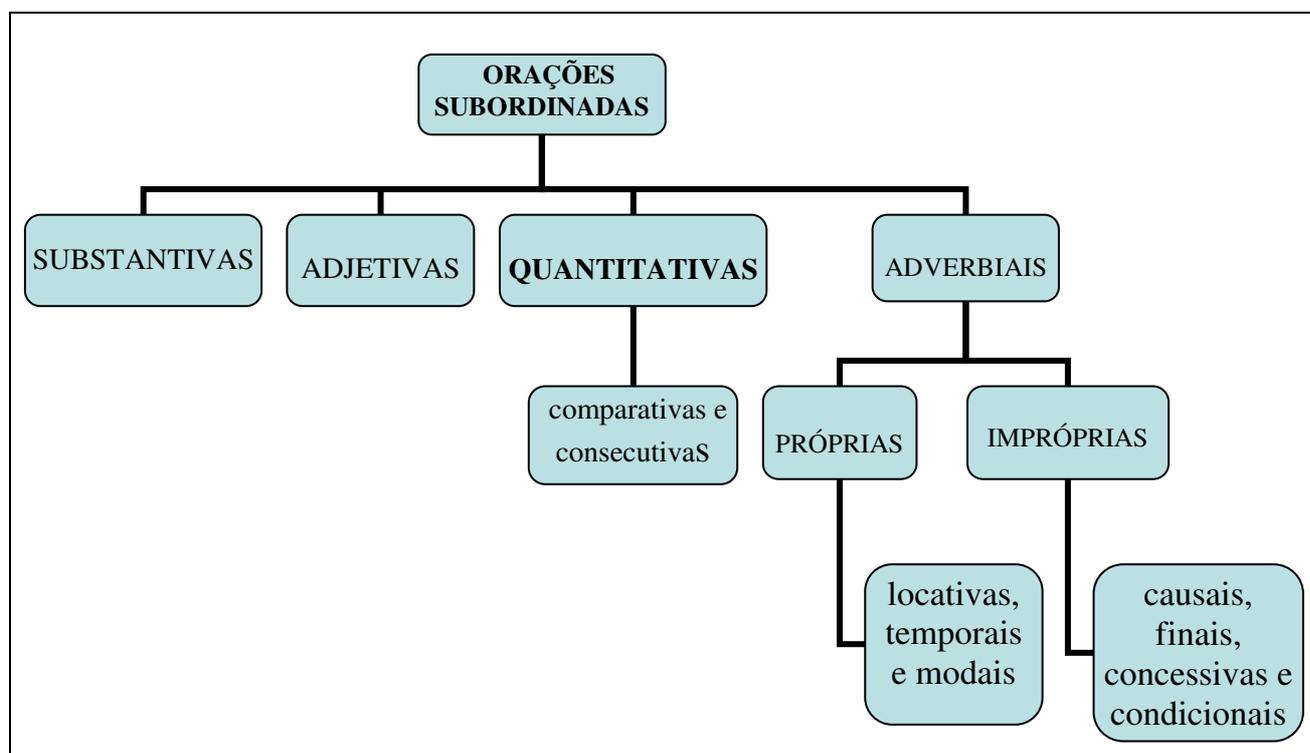
⁸ Orações impróprias são aquelas que não podem ser substituídas por um advérbio.

(tanto, tão, tal), com os quais constituem um grupo sintagmático de natureza nominal. Segundo o autor, tais construções não são diretamente dependentes do núcleo verbal, portanto, não devem ser consideradas adverbiais.

Apesar destas considerações, o autor não menciona a correlação como um procedimento sintático possível em orações como estas e continua a considerá-las como subordinadas.

Rodríguez (2007) também concorda que as consecutivas, assim como as comparativas, não devem ser consideradas adverbiais, por apresentarem traços funcionais, formais e semânticos que obrigam a repensar sua classificação. O autor explica que estas orações não desempenham a função de modificadores oracionais por si mesmas; ao contrário, se assemelham mais às adjetivas, na medida que dependem de um antecedente. O autor propõe, então, a seguinte classificação:

Quadro 4: Classificação das orações subordinadas, segundo Rodríguez (2007)



Tratando do segundo grupo das construções consecutivas, que é o da oração composta, Alvarez (1995), oferece alguns exemplos, como os seguintes:

- (IX) *Manãna es fiesta, asi [es] que não habrá clase.*
(Amanhã é festa, assim [é] que não haverá aula).⁹
- (X) *Llegó muy cansado, de modo que não irá a la reunião.*
(Chegou muito cansado, de modo que não irá à reunião).

Têm-se, nesses dois exemplos, duas orações que se combinam mediante um conector que unifica em um enunciado seus respectivos significados, ordenando-as em uma relação dedutiva de “causa-efeito”.

O autor considera esses exemplos como coordenadas consecutivas. Ele afirma que a simples identidade categorial é condição suficiente para que dois ou mais sintagmas possam combinar-se sem dependências mútuas e funcionar como grupo unitário, de maneira que cada um deles “sobreviva” sem a presença do outro. Pode-se, inclusive, reescrever o exemplo IX, usando a conjunção coordenativa ‘e’, como em: “Amanhã é festa e não haverá aula”.

Diante desta justificativa, acredita-se que o autor tenha se pautado no critério da prescindibilidade. Critério este estabelecido pelos gramáticos, como apontam Bosque y Demonte (2004 *apud* Rosário, 2007: 25):

Dados dois elementos A e B, sejam frases ou orações, em que nos baseamos para assegurar que A e B estão no mesmo nível ou, ao contrário, que B está sob A ou dominado por A? Os gramáticos costumam dizer que quando dois termos estão unidos por coordenação, qualquer um deles resulta prescindível, mas, quando estão unidos por subordinação, dita supressão potencial é impensável.

⁹ Tradução feita por nós.

Por meio deste critério, pode-se afirmar que o exemplo X (repetido a seguir sob a forma de *a* e *b*), estudado tradicionalmente, dentro da subordinação, admitiria o seguinte desdobramento:

- a) Chegou muito cansado.
- b) Não irá à reunião.

Do ponto de vista sintático, elas são independentes, uma vez que possuem sentidos completos e não constituem um termo da oração a que se ligam. No entanto, são dependentes do ponto de vista semântico, já que há uma coesão íntima, uma relação de causa e efeito entre suas orações.

Após a exposição das abordagens de diferentes autores sobre as cláusulas consecutivas, apresenta-se, no capítulo seguinte, a fundamentação teórica desse estudo. Com esse capítulo, pretende-se demonstrar que a classificação de uma cláusula deve ser baseada em seu contexto de uso. Sendo assim, é possível admitir que as cláusulas consecutivas não representam uma única estruturação na língua, portanto, seus não se restringem ao conceito de subordinação.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Teoria Funcionalista: uma teoria baseada no uso

Serviu de norte para o desenvolvimento dessa pesquisa a teoria linguística de cunho funcionalista, cuja principal característica é a idéia de que a gramática é suscetível a pressões de uso. De acordo com Neves (2006:17), em uma concepção geral, o funcionalismo é uma teoria que se liga aos fins a que servem as unidades linguísticas, ou seja, se ocupa das funções dos meios linguísticos da expressão.

A teoria funcionalista da linguagem diverge da teoria formalista por conceber a língua como um fenômeno essencialmente maleável e, portanto, mutável. Para o funcionalismo, essa mutabilidade se dá, efetivamente, pelo uso. Sendo assim, entende-se que a gramática das línguas não constitui um sistema autônomo, explicado por si mesmo, mas sim uma entidade que pode ser moldada de acordo com seu uso em situações reais de comunicação.

De acordo com Neves (2006), ao se conceber a mutabilidade linguística, destaca-se um centro condutor de reflexão que é a noção de *função*, entendida não apenas como entidade sintática, mas também como a união do estrutural com o funcional. Ao se rejeitar uma preocupação com a pura competência para a organização gramatical das frases, como fazem os formalistas, por exemplo, a reflexão se volta para a multifuncionalidade dos itens, ou seja, para uma consideração das estruturas linguísticas pelo que elas representam de organização dos meios linguísticos de expressão das funções a que serve a linguagem, segundo Neves (2006), é funcional por natureza.

Esta estudiosa afirma que as estruturas linguísticas são configurações de funções e que as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários de uma língua. Dentro dessa concepção,

“funcional é a comunicação, e funcional é a própria organização interna da linguagem” (cf. Neves, 2006:18).

A teoria funcionalista liga-se, desse modo, historicamente às propostas linguísticas da Escola Linguística de Praga, que segundo Neves, Braga e Paiva (1997, *apud* Neves, 2006), concebiam a linguagem articulada como um sistema de comunicação, preocupavam-se com os seus usos e funções, rejeitavam as barreiras intransponíveis entre diacronia e sincronia, e preconizavam uma relação dialética entre sistema e uso.

Baseados em tais propostas, diversos grupos têm se organizado para montar arcabouços de reflexão e análise funcionalistas. Nas escolas de Londres, por exemplo, desenvolveu-se, por meio de Michael Halliday, uma tendência a estudar as línguas de um ponto de vista funcional. Este funcionalista fixa-se particularmente na noção de *função*, vendo-a como o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos e assenta sua gramática em uma base sistêmica e paradigmática, na qual o enunciado não parte de uma estrutura profunda abstrata, mas das escolhas que o falante faz quando o compõe para um propósito específico, com elas produzindo significado.

O grupo da Holanda tem como principal representante Simon Dik, que se fixa particularmente na visão da interação verbal por via dos usuários, preocupando-se, entretanto, em valorizar o papel da expressão linguística na comunicação. Para ele, o principal interesse de uma linguística funcionalista está nos processos relacionados ao êxito dos falantes ao se comunicarem por meio de expressões linguísticas. Neves (2006:19) afirma que o que Dik propõe, afinal, é que a teoria da gramática constitui um subcomponente integrado da teoria do “usuário de língua natural” e que a descrição linguística inclui referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.

Segundo Cunha, Oliveira & Martelotta (2003), o funcionalismo ganhou projeção nos Estados Unidos a partir da década de 70. Autores como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón passaram a advogar uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística.

Givón (*apud* Neves, 2006), por exemplo, fixa-se particularmente no postulado de não-autonomia do signo linguístico, na concepção da estruturação interna da gramática como um organismo que unifica sintaxe, semântica e pragmática e no exame dos aspectos icônicos da gramática. Este autor afirma que a gramática de uma língua não pode ser descrita com um sistema autônomo, uma vez que não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.

Nesse sentido, a sintaxe, para Givón, é vista como a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica (proposicional) e a pragmática (discursiva). Portanto, na concepção desse autor, uma sentença que presumivelmente contenha apenas informação semântica e que não apresente função pragmática realmente não existe na comunicação, apenas pode representar um segmento artificialmente isolado de seu contexto, para fins de análise.

Apesar de os autores citados acentuarem uma marca particular de proposta funcionalista, todos admitem a importância do falante dentro dos contextos linguísticos e concebem a sintaxe como uma estrutura em constante mutação devido às vicissitudes do discurso. Dito de outro modo, a sintaxe apresenta a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Assim sendo, para se compreender o fenômeno sintático, é preciso que se estude a língua em

uso em seus contextos discursivos específicos, pois, é nesse espaço, que a gramática é constituída.

Reunindo alguns dos princípios apresentados por Neves (2006:16) como característicos da teoria funcionalista baseados em afirmações feitas por diversos autores, tem-se algumas concepções básicas do funcionalismo:

- *A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (Prideaux, 1987).*

- *A língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicada como um sistema autônomo (Givón, 1995).*

- *As formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas (Halliday, 1985).*

- *Na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (Dik 1978, 1980, 1989a, 1997; Givón, 1984; Hengeveld, 1997).*

- *A gramática inclui o embasamento cognitivo das unidades linguísticas no conhecimento que a comunidade tem a respeito da organização dos eventos e de seus participantes (Beaugrande, 1993).*

- *Existe uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (Mackenzie 1992).*

- *O falante procede a escolhas, e a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas (Halliday, 1973, 1985).*

- *A gramática é susceptível às pressões de uso (Du Bois, 1993), ou seja, às determinações do discurso (Givón, 1979b), visto que o discurso como a rede total de eventos comunicativos relevantes (Beaugrande, 1993).*

- *A gramática resolveu-se no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (Du Bois, 1985).*

- *O objeto da gramática funcional é a competência comunicativa (Martinet, 1984).*

Dentro de tais pressupostos, desdobram-se alguns temas funcionalistas que são regidos por princípios teóricos fundamentais, dentre os quais se destacam *a teoria dos protótipos* e *a gramaticalização*.

➤ **Teoria dos protótipos**

A teoria dos protótipos decorre da necessidade de categorização linguística dos itens de uma língua. Rosário (2007: 9) afirma que tal preocupação é observada desde a Antiga Grécia até os dias atuais, submetendo-se a diferentes propostas ao longo do tempo por diversos gramáticos e linguistas.

De acordo com o autor, existe um atrito entre aqueles que defendem uma classificação de palavras em classes discretas, sem interpenetrações, enquanto há outros que advogam a existência de pontos de contato entre uma classe e outra. Assim, a caracterização linguística pode ser estudada a partir de duas grandes correntes teóricas: de um lado, os partidários da abordagem clássica, baseados nos princípios aristotélicos; de outro lado, os partidários da teoria dos Protótipos.

Em Rosário (2007:11) são apresentados os princípios básicos da abordagem clássica:

1º - As categorias são definidas em termos de uma conjunção de características necessárias e suficientes – Aristóteles elaborou a *lei da contradição*. Segundo o filósofo, uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Uma entidade não pode possuir uma característica e não possuí-la ao mesmo tempo, não pode pertencer a uma categoria e não pertencer ao mesmo tempo a essa categoria. Desse princípio, depreende-se o segundo:

2º - As características são binárias – As características são uma questão de tudo ou nada. Ou uma categoria possui determinada característica ou não a possui. O meio-termo,

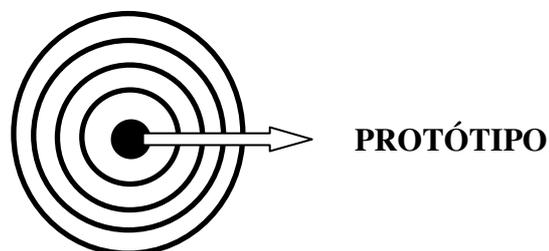
nessa concepção, é impensável. Em qualquer exemplo, uma característica está claramente presente ou está ausente.

3º - As categorias têm limites definidos – Uma vez estabelecida, uma categoria divide o universo em dois grupos de entidades – aquelas que são membros de uma categoria, e aquelas que não são. Segundo essa perspectiva, não há casos ambíguos ou de difícil classificação.

4º - Todos os membros de uma categoria têm o mesmo *status* – Qualquer entidade que exiba todas as características de uma determinada categoria é um membro perfeito da categoria. Por outro lado, qualquer membro que não exiba mesmo que uma única característica daquela categoria não poderá ser considerado como um membro.

De acordo com a teoria clássica, as classes gramaticais são discretas e possuem características inerentes. Assim, o protótipo é a unidade central em torno da qual se organiza a categoria, situando-se no centro aqueles exemplares que têm maior semelhança com o protótipo, e na periferia os que têm menor semelhança.

A seguir, é apresentada a representação do protótipo, segundo os princípios da teoria clássica:

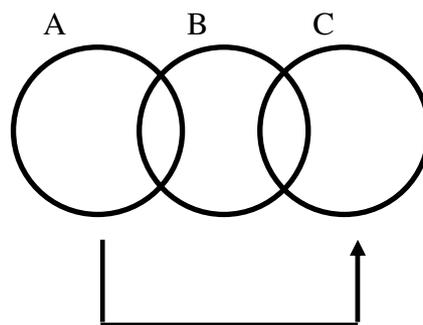


Como se vê, os quatro princípios apresentados subjazem à proposta tradicional de categorização linguística tal como veiculado por meio das gramáticas normativas, que se

baseiam nos preceitos da NGB. Deste modo, um pronome não pode ser um advérbio; um advérbio não pode ser uma conjunção; um verbo não pode ser um substantivo; uma oração subordinada substantiva não pode ser subordinada adverbial etc.

Taylor (1992, *apud* Rosário, 2007) chama atenção para o fato de que as últimas décadas legaram à contemporaneidade diversos debates oriundos de várias áreas da Ciência. Tais discussões encetadas na área da Psicologia Cognitiva, entre outros campos, permitiram um aumento considerável de evidências empíricas que contestam os fundamentos da teoria da categorização clássica, tal como foi proposta por Aristóteles. Desta forma, surge a Teoria dos protótipos.

Tal teoria decorre da admissão da existência de vaguidade nos limites entre categorias. Desta forma, não é necessário que todos os membros da categoria apresentem traço(s) em comum. Eles podem pertencer a subcategorias diferentes, mas constituir uma mesma categoria, por meio de princípios de encadeamento e associação, conforme é representado a seguir:



Como se percebe, as classes têm limites imprecisos e os itens que elas compreendem possuem vários tipos de integração. Assim, itens que possuem muitos traços em comum são protótipos de sua categoria, e aqueles que compartilham apenas alguns traços são

introduzidos em certa classe como elementos marginais, conforme explica Taylor (1992, apud Rosário, 2007: 14):

As categorias tipicamente têm limites difusos e podem até mesmo fundir-se uma na outra; alguns atributos podem ser compartilhados por apenas alguns membros de uma categoria; pode haver categorias até mesmo sem atributos compartilhados por todos seus membros. Para manter nossas categorias maximamente distintas, e conseqüentemente maximamente informativas, nós precisamos focalizar no nível básico de categorização, mais especificamente, nos membros mais centrais das categorias de nível básico.

Entre as várias vantagens dessa teoria destacam-se a possibilidade de inclusão de dados não-prototípicos, antes deixados à margem por abordagens de cunho aristotélico. Os casos ambíguos e de difícil classificação não ficam marginalizados nessa abordagem e os membros periféricos podem ser associados às diversas categorias.

Vê-se, a seguir, que a noção de protótipo encontra amplo espaço para desenvolver-se no âmbito dos estudos de gramaticalização, conforme propõem Hopper & Traugott (1993:25), visto que este processo caracteriza-se justamente pela fluidez no *continuum* categorial. Esses autores afirmam que a gramaticalização se apresenta como um desafio para abordagens de língua que assumem categorias discretas embutidas em sistemas fixos, estáveis.

➤ Gramaticalização

O processo de gramaticalização é visto como um processo de criação da gramática através da necessidade discursiva. Tal processo, afirma Neves (2006:20), reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo, ou seja, se explica pela interação

entre as motivações internas ao sistema e as motivações externas a ele. Castilho (1997, *apud* Poggio, 2002:62; 63) oferece a seguinte definição para gramaticalização:

Gramaticalização é o trajeto empreendido por uma forma, ao longo do qual, ela muda de categoria sintática (=recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações semânticas e fonológicas, deixa de ser uma forma livre e até desaparece como consequência de uma cristalização externa.

Em sentido mais amplo, esse autor define o processo de gramaticalização como a codificação de categorias cognitivas em formas linguísticas, em que se incluem a percepção do mundo pelas diferentes culturas, o processamento da informação etc.

O primeiro a empregar o termo gramaticalização foi Antoine Meillet (1912). Ele conceituou o processo como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma. Meillet (1912) observa que a transição é sempre uma espécie de *continuum* e que, nos casos em que se pôde conhecer a fonte primeira de uma forma gramatical, a fonte encontrada foi uma palavra lexical.

De acordo com Poggio (2002:60), existem três grupos de conceitos de gramaticalização, a partir de épocas e perspectivas diferentes.

O primeiro grupo opera com o léxico e a gramática. Assim sendo, a gramaticalização é tida como um processo através do qual uma unidade ou uma estrutura léxica assume uma função gramatical. O item lexical vai de uma classe aberta para uma classe fechada e perde substância semântica e fonológica.

Já o segundo grupo opera com o discurso e a gramática. Poggio (2002) diz que a partir da metade dos anos 70, o discurso pragmático foi considerado um parâmetro maior para o entendimento da estrutura linguística e para o desenvolvimento de estruturas sintáticas e

categorias gramaticais, em particular. Sendo assim, essa nova linha de pesquisa vê a gramaticalização não apenas como uma reanálise do material léxico para o material gramatical, mas também como reanálise dos moldes do discurso para os moldes gramaticais.

De acordo com Barreto (1999:107), até 1970, os linguistas vinham operando com dois módulos linguísticos: o Léxico e a Gramática. Entretanto, Givón, ao declarar que *a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*, delinea a gramaticalização, nos quadros da Gramática Funcional, acrescentando um novo módulo, o do Discurso. Surge assim a escala:

Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero

Givón (1979, *apud* Barreto, 1999) usa o termo sintaticização para a passagem de um modo mais pragmático para um modo menos pragmático ou sintático. As principais características desse processo podem ser assim sumarizadas:

Modo Pragmático	Modo Sintático
Estrutura tópico-comentário	Estrutura sujeito-predicado
Ordem das palavras determinada na maior parte das vezes, por um princípio pragmático: inicialmente, a informação velha, depois a nova.	Ordem das palavras determinada pela necessidade de assinalar funções semânticas.
Número equivalente de Nomes e Verbos	Maior quantidades de Nomes
Verbos semanticamente simples	Verbos semanticamente complexos
Não-emprego de morfologia gramatical	Uso elaborado de morfologia gramatical
Vários efeitos entonacionais	Um único contorno entonacional

Agregando o módulo do discurso, o Funcionalismo Givoniano estabeleceu uma relação de prioridade entre o Discurso e a Gramática. Essa idéia conheceu uma série de desdobramentos, entre os quais o da *Teoria da Iconicidade Sintática*, entendendo-se por sintaxe icônica a que revela um grau de não-arbitrariedade das estruturas em relação ao que elas significam (cf. Barreto, 1999:108).

Finalmente, o último grupo desenvolve seus estudos com base na cognição e é representado, principalmente, por E. Sweetser (1988), Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991), S. Svorou (1993), entre outros.

Nesta nova linha de pesquisa, a gramaticalização é vista como um fenômeno externo à estrutura da língua e pertencente ao domínio cognitivo. Os linguistas citados anteriormente enfatizam que a gramaticalização é proveniente de alterações semânticas.

Barreto (1999: 111) diz que Willet (1988, *apud* Heine, Claudi e Hunnemeyer 1991:21; 22) discute as seguintes hipóteses que têm sido propostas para a generalização semântica, a ser observada no processo de gramaticalização:

- a) a hipótese da extensão metafórica, de acordo com a qual o significado concreto de uma expressão é aplicado a um contexto mais abstrato;
- b) a hipótese do conteúdo, segundo a qual os significados gramaticais são parte de uma estrutura semântica interna, presente na sua fonte lexical;
- c) a hipótese da implicatura, segundo a qual o mecanismo predominantemente responsável para a criação de significados secundários que, gradualmente, transformam-se em significados primários, é a convencionalização de implicaturas.

G. Lakoff e M. Johnson (1980, *apud* Poggio, 2002) admitem que a maioria do sistema conceitual do homem é estruturada metaforicamente, assinalando que os primeiros conceitos a

serem compreendidos são os espaciais simples, derivados da experiência. Desta forma, eles consideram que o primeiro passo para a metáfora ocorre a partir de conceitos espaciais, ampliando-se para conceitos temporais e para outros mais abstratos.

Como se pôde constatar, os estudos sobre a gramaticalização apresentam abordagens e perspectivas teóricas diversas. Devido a este fato, o conceito de gramaticalização apresentado pelos diversos autores é mais ou menos abrangente.

Como observa Barreto (1999: 141), há os que se preocupam com o mecanismo interno do processo e acreditam ser a gramaticalização um processo em que as unidades linguísticas:

1. *perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética* (Heine e Reh 1994);
2. *mudam de uma categoria lexical para uma funcional* (Roberts 1993);
3. *passam de itens lexicais a itens gramaticais ou de itens menos gramaticais a itens mais gramaticais* (Traugott e König (1991), Kurilowicz (1965), Lichtenberk (1991), Bybee, Perkins e Pagliuca (1994));
4. *deixam de ser palavras necessárias e consideradas partes essenciais do discurso para serem palavras acessórias* (Tooke v.i:1786, v.ii:1805, *apud* Lehmann 1982:1);
5. *'desbotam', isto é, sofrem enfraquecimento semântico* (Gabelentz 1891, *apud* Lehmann 1982), (Bybee, Perkins e Pagliuca 1994);
6. *inicialmente autônomas adquirem o caráter gramatical* (Meillet 1912);
7. *evoluem a partir da sua utilização no discurso* (Givón 1970, *apud* Hopper e Traugott 1993; Ono e Thompson 1993), *é a cristalização das formas discursivas mais produtivas* (Castilho 1994);
8. *experimentam um contínuo evolutivo* (Heine e Reh 1984) ou *um movimento contínuo em direção à estrutura* (Hopper 1988).

Há ainda os que se preocupam com o mecanismo externo do processo, acreditando ser a gramaticalização um processo no qual:

1. *o significado concreto de uma expressão é aplicado a um contexto mais abstrato* (Willet 1988) (Heine, Claudi e Hunnemeyer 1991);
2. *o mecanismo predominantemente responsável para a criação de significados secundários que, gradualmente, transformam-se em significados primários, é a convencionalização de implicaturas* (Traugott (1987), Willet (1988), Levinson (1983), Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991), Bybee, Perkins, Pagliuca (1994);
3. *a mudança de sentido se processa de uma situação externa para uma situação avaliativa, perceptiva, cognitiva ou mesmo textual* (Bybee e Pagliuca (1985), Claudi e Heine (1986) Sweetser (1988-90);
4. *a influência de associações metafóricas* (Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991), Sweetser (1988-1990), *ou metonímicas* (Traugott e König 1991) *é evidente*;
5. *as modificações experimentadas são motivadas por fatores extralinguísticos, especialmente pela cognição* (Heine, Claudi, Hunnemeyer 1991), Sweetser (1990);
6. *as formas associam-se a significados progressivamente mais abstratos, partindo da noção de **espaço** podendo ou não passar pela noção de **tempo** e desembocando na categoria mais abstrata de **texto*** (Lyons 1977), (Heine, Claudi, Hunnmeyer 1991).

Ao fim da apresentação dos três grupos de conceitos concernentes à gramaticalização, destaca-se o fato de haver um desacordo entre os linguistas quanto ao fato de a gramaticalização ser um fenômeno diacrônico ou sincrônico.

Poggio (2002: 62) explica que até 1970 esse processo foi visto como parte da linguística diacrônica. Após esse período, começou-se a dar destaque ao potencial que os estudos de gramaticalização oferecem para o entendimento sincrônico da gramática.

Hopper & Traugott (1993) ressaltam que o estudo da gramaticalização também é sincrônico, centrado no uso da linguagem, estando voltado para a investigação dos fenômenos sintáticos e pragmáticos-discursivos.

Atualmente, segundo Poggio (2002), esse processo pode ser considerado como um processo pancrônico que apresenta uma perspectiva diacrônica, por envolver mudança, e uma

perspectiva sincrônica, por implicar variação, podendo ser descrita como um processo sem referência ao tempo, tal como será feito nessa pesquisa (cf. capítulo 6).

Assim, destaca-se que esse estudo pode ser situado no paradigma da gramaticalização, em uma perspectiva *sincrônica*, uma vez que analisa estruturas sintáticas em sentenças complexas cuja relação semântica seja a de consequência, a fim de observar como estruturas surgem e como elas são usadas, segundo um *continuum* de gramaticalização.

4.2 Processos de combinação de cláusulas

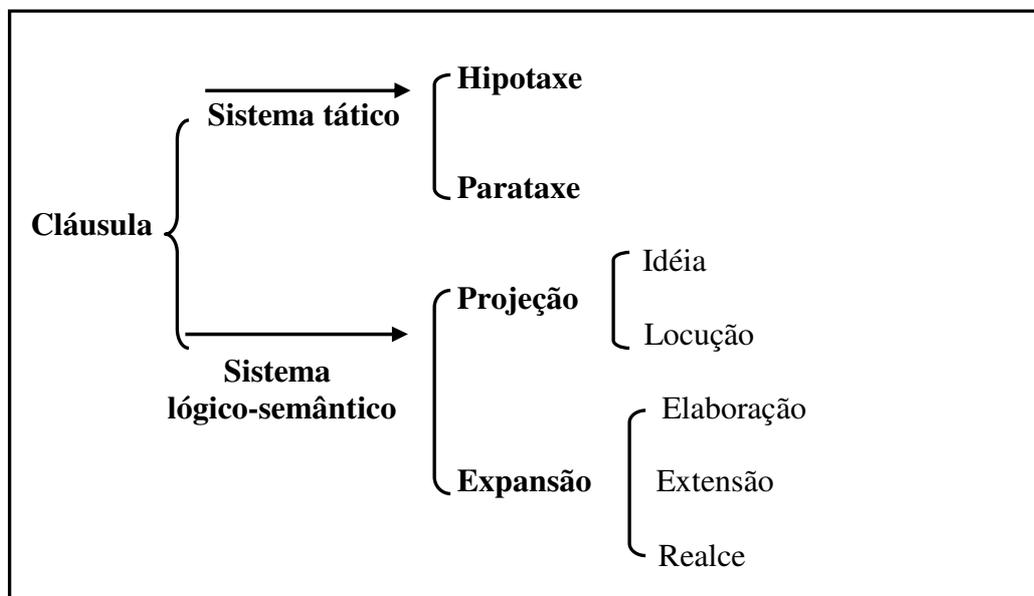
Devido à falta de consistência teórica observada na formulação dos conceitos tradicionais de coordenação e subordinação, muitos estudos linguísticos, sob a luz de postulados funcionalistas, vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de reformular tais conceitos. Sendo assim, autores como Halliday (1985), Thompson (1984), Mathiessen e Thompson (1988), Lehman (1988), Givón (1990), Hopper & Traugott (1993), dentre outros, apresentam vários questionamentos e revisões a respeito das noções desses dois tipos de estruturação sintática e das propriedades em que se pauta sua distinção, chegando algum deles a associar a integração das sentenças complexas com o processo de gramaticalização. Faz-se necessário, nesse item, portanto, retomar algumas das discussões feitas por esses teóricos sobre os processos de vinculação de cláusulas.

4.2.1 Enfoques funcionalistas

Halliday (1985) investiga a organização das sentenças complexas a partir de dois eixos: o sistema tático e o sistema lógico-semântico. Segundo este autor, o primeiro sistema diz respeito aos graus de interdependência entre os elementos e inclui a *parataxe* e a *hipotaxe*, sendo esta uma relação entre um elemento dependente e seu dominante – logo elementos de estatuto diferenciado. Já a parataxe caracteriza-se pela relação entre elementos de igual estatuto, um iniciando e o outro continuando.

O segundo eixo, ou seja, o sistema lógico-semântico refere-se à relação entre os processos, desvinculada do modo de organização e de estruturação do enunciado, e abrange a *expansão* e a *projeção*, relações que cumprem diversos papéis semântico-funcionais e apresentam subtipos, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 5: Os sistemas de combinação de cláusulas, segundo Halliday (1985)



Pode-se perceber que, na projeção, a cláusula secundária é projetada através da cláusula primária, instanciando uma locução ou uma idéia. Já na expansão, a cláusula secundária expande a primeira por elaboração, extensão ou realce.

É na expansão de realce que são encontradas as cláusulas adverbiais em que se incluem as consecutivas. Nesse subtipo da expansão – realce – o autor utiliza o sinal matemático \times (multiplicação), na extensão, o sinal utilizado é $+$ (adição) e, na elaboração, o sinal é $=$ (igual) Veja-se a seguir uma tabela apresentada por Halliday (1985: 270) que exemplifica os subtipos da expansão, cujas nomenclaturas tradicionais são dadas entre aspas:

Tabela 1: Tipos básicos de cláusulas complexas, segundo Halliday (1985)

		Parataxe	Hipotaxe
EXPANSÃO	Elaboração	1 João não esperou; =2 ele foi embora. “ aposição ”	α João foi embora, = β o que surpreendeu a todos. “ relativa explicativa ”
	Extensão	1 João foi embora, +2 e Fred ficou atrás. “ coordenação ”	α João foi embora, β enquanto Fred ficou para atrás.
	Realce	1 João ficou assustado, \times 2 então ele foi embora.	α João foi embora, $\times\beta$ porque ele estava assustado. “ cláusula adverbial ”

Na expansão por elaboração, uma cláusula expande outra, reafirmando o conteúdo através de outras palavras, especificando em maiores detalhes, comentando ou exemplificando; na parataxe, além das cláusulas justapostas, incluem-se também as coordenadas assindéticas. Já, na expansão por extensão, uma cláusula expande outra, acrescentando algum elemento novo, oferecendo exceções ou alternativas. Neste subtipo, a

parataxe engloba as coordenadas sindéticas. No entanto, percebe-se que, em relação à hipotaxe, o autor não oferece uma nomenclatura que corresponde à tradicional, todavia, pautada nos exemplos oferecidos por ele, Neves (2001:15) as chama de hipotáticas de adição. Por fim, na expansão por realce, uma cláusula expande a outra, embelezando-a ou qualificando-a com uma característica circunstancial de tempo, lugar, causa ou condição.

Braga (2001: 25) salienta que a inclusão do eixo lógico-semântico feita por Halliday “fornece respaldo à intuição de que uma mesma relação semântica pode ser codificada por diferentes estratégias sintáticas (...) e desarticula a correlação, sustentada pela abordagem tradicional, entre tipo de oração e tipo de relação semântica, sinalizada, sobremaneira, pelo conectivo que encabeça a oração.”

É importante destacar que, enquanto os processos combinatórios de cláusulas são vários em termos de grau de interdependência, o encaixamento é mais restrito por apresentar estatuto sintático diferente, determinando apenas casos em que uma cláusula funciona como constituinte de outra cláusula. Sendo assim, no modelo de Halliday (1985), o encaixamento não implica combinação de cláusulas.

Thompson (1984 *apud* Lima-Hernandes, 1998:26) diz não haver critérios razoáveis que dêem conta de tudo o que, na língua, se encaixa em subordinação: “O termo ‘subordinação’ parece ser no mínimo um termo negativo que engloba todos os desvios de norma das ‘cláusulas principais’, o que significa que esse termo trata como unificado um conjunto de fatos que pensamos não ser um único fenômeno”¹⁰.

Diante de tal fato, a autora faz uma distinção entre dois tipos de cláusulas que normalmente são consideradas subordinadas, sendo o primeiro tipo o que congrega um grupo

¹⁰ “The term ‘subordination’ seems to be at best a negative term which lumps together all deviations from some ‘main clause’ norm, which means that it treats as unified a set of facts which we think is nor a single phenomenon”.

de orações governadas por princípios gramaticais, e o segundo que possui como um traço marcante a independência organizacional.

No primeiro grupo, as cláusulas estão em constituição com um nome, um verbo ou uma preposição. Se em constituição com um nome, são reconhecidas como cláusulas relativas; se em constituição com um verbo ou preposição, são cláusulas-complemento. No segundo grupo, incluem-se as chamadas adverbiais, participiais e relativas não-restritivas. Essas cláusulas diferem das do primeiro grupo por não desempenharem função sintática dentro da outra oração e por serem apresentadas como não-dependentes.

A autora prefere o rótulo não *dependente* a *independente*, por acreditar que não existem cláusulas plenamente independentes no discurso. Ela explica que, pragmaticamente, quase todas as estruturas que os falantes usam são dependentes, uma vez que dependem do contexto para a sua interpretação.

Mathiessen & Thompson (1988) consideram problemático o termo “subordinação”, uma vez que se torna improvável fazer a distinção entre encaixamento e articulação (combinação de cláusulas), isto é, entre cláusulas que se integram estruturalmente em outras e cláusulas que têm a ver com o aspecto organizacional do discurso. Sendo assim, seguindo a abordagem de Halliday (1985), admitem, em termos de grau de interdependência (eixo tático), dois tipos de combinação de cláusulas: a paratática e a hipotática. No entanto, uma diferença entre as propostas desses autores e a de Halliday (1985) tem a ver com o tratamento das cláusulas de fala reportada, que são classificadas por eles como instanciações de estruturas encaixadas e não de construções hipotáticas, tal como defendido por Halliday (1985).

Atendo-se, principalmente, às construções hipotáticas de realce, Mathiessen & Thompson (1988) propõem que a combinação de cláusulas seja um reflexo da organização retórica do discurso. Eles explicam que diferentes tipos de relações retóricas (como as de

causa, condição, concessão etc.) que se processam nos textos em geral se atualizam através de diferentes processos de vinculação.

Nesse sentido, o processo de combinação de cláusulas constitui uma gramaticalização das unidades retóricas discursivas, que pode ocorrer tanto na relação de *listagem*, em que não se verifica nenhuma relação de subordinação entre as partes textuais, não havendo, portanto, hierarquização – quanto na relação *núcleo-satélite*, na qual certas porções textuais realizam os objetivos centrais do falante/escritor e outras, os objetivos complementares, mas não menos importante ou dependente, em relação à oração-núcleo. Tem-se, portanto uma relação que envolve a noção de “escopo” e a noção de “satélite”. Nesse caso, segundo Braga (2001: 27), o termo gramaticalização é concebido na acepção lata, isto é, “aquela que contempla as forças e maneira como as formas e construções gramaticais emergem, são utilizadas e formatam a língua”, tal como sustentado por Hopper e Traugott (1993).

No Brasil, estudiosos de orientação funcionalista também têm centrado a sua atenção nos processos sintáticos de combinação de cláusulas, criticando o enfoque tradicional dado a esses processos. Cite-se, por exemplo, Decat (1999: 24) que questiona as definições apresentadas para sentenças coordenadas e subordinadas a partir da noção de dependência (formal, semântica ou pragmática), já que, segundo ela, tais definições nem sempre são suficientes para descrever períodos compostos da modalidade falada da língua:

As diversas pesquisas que se preocupam com a língua em sua manifestação oral têm mostrado, através da evidência dos dados, que a caracterização de cláusulas coordenadas e subordinadas em termos de dependência não é assim tão simples. Faz-se necessário verificar que tipo de dependência está sendo considerado para essas definições: dependência de forma? de sentido? dependência pragmática? Além disso, não constitui novidade a existência, seja na língua oral, seja na escrita, de conexões implícitas e conexões explícitas.

Decat (1999:24) destaca que o parâmetro formal ainda é o mais utilizado para se caracterizar a noção de dependência. Para a autora, “a dificuldade em se explicarem casos das chamadas ‘falsas coordenações’, ou de cláusulas subordinadas sem a matriz, ou mesmo o estatuto das cláusulas quanto à noção de dependência vem reforçar a necessidade, apontada por Thompson (1984) e Haiman & Thompson (1984), de se abandonar o termo subordinação e de substituí-lo por parâmetros que melhor descrevam a relação entre cláusulas no nível do discurso”.

Assumindo uma abordagem discursivo-funcional, Decat (1999) discute a questão da (in) dependência de sentenças a partir do parâmetro, postulado por Chafe (1980), de *idea unit* (unidade informacional). Segundo Chafe (1980 *apud* Decat, 1999:27), unidade informacional é um “jato de linguagem” que contém toda a informação que pode ser manipulada pelo falante em um único fluxo de consciência.

Tomando por base esse parâmetro, Decat (1999) revisita a classificação das chamadas orações subordinadas. Seguindo a proposta de autores como Lyons (1968), Halliday & Hasan (1976), Van Valin (1984), Lakoff (1984), Halliday (1985) e Matthiessen & Thompson (1988), a autora subdivide essas orações em dois grupos: estruturas de encaixamento – que compreendem as subordinadas substantivas e adjetivas restritivas da gramática tradicional – e estruturas de hipotaxe – que englobam as adverbiais e as adjetivas explicativas.

No primeiro grupo, estão inseridos os tipos de subordinadas que fazem parte de uma mesma unidade de informação. Já, no segundo grupo, aquelas sentenças que, caracterizando-se como opções de que se vale o falante na organização do seu discurso, constituem, elas mesmas, unidades de informação à parte.

Evidencia-se também um comportamento diferente dos dois grupos antes mencionados, no que concerne ao seu papel sintático: as estruturas de encaixamento ocorrem

em uma função de argumento ou de modificador, enquanto as estruturas de hipotaxe funcionam como adjuntos. Esse fato torna viável o estabelecimento da diferença entre esses dois grupos em termos de unidade informacional, que, de acordo com Decat (1999), “poderá lançar uma luz sobre a questão da (in) dependência das cláusulas”.

A autora explica que o argumento utilizado pelos gramáticos para estabelecer a diferença entre cláusula principal e subordinada é a necessidade de completar o sentido de outra cláusula. Tal necessidade seria uma decorrência natural do que constitui, em cada caso, a unidade informacional. Sendo assim, a autora diz que, quando uma cláusula não puder constituir por si só um enunciado, ela não pode ser considerada uma unidade de informação, sendo, portanto, uma cláusula dependente.

4.2.2 Critérios para a gramaticalização de cláusulas

Ao tratarem do processo de mudança, os estudiosos da gramaticalização, geralmente, fazem referência à dicotomia item lexical/item gramatical. Gonçalves *et alii* (2007) dizem que é necessário indagar se esses itens estão realmente em uma relação de polarização ou se há um *continuum* entre eles. Afirmam estes autores que a teoria funcionalista dos protótipos, nos termos que é defendida por Taylor (1989), é um forte argumento contra essa polarização. Do contrário, a classificação de itens que se encontram em contextos de ambiguidade (aqueles que provavelmente possibilitam a reanálise) não seria possível.

Como já mencionado, a teoria dos protótipos entende que ser membro de determinada categoria é uma questão de gradiência (cf. item 4.1). Sendo assim, as categorias gramaticais

possuem uma estrutura prototípica com membros centrais¹¹, que partilham mais atributos (semânticos e sintáticos) entre si. Além dos membros centrais, há também membros marginais, que compartilham menos atributos, segundo Taylor (apud Gonçalves *et alii*, 2007).

Admitindo-se haver elementos mais centrais e outros mais marginais, é possível afirmar que, na margem de uma categoria, pode ocorrer a reanálise de determinado membro. Para Gonçalves *et alii* (2007), tal fato evidencia, portanto, os problemas de se trabalhar com modelos dicotômicos, sobretudo no que diz respeito à categorização linguística, pois parece perigoso considerar que existem limites tão nítidos, definido entre as categorias gramaticais.

Reconhecendo esse problema, os estudos de gramaticalização, além de focalizarem fenômenos morfológicos (ou seja, mudança no estatuto categorial de um item lexical ou de um item já gramatical), ampliam seus estudos para a abordagem de fatores sintáticos. Já é consenso na literatura linguística de orientação funcionalista que tais estudos também podem abranger os processos de combinação de orações.

Braga (apud Gonçalves *et alii*, 2007) diz que poderia se indagar a legitimidade de se examinarem os processos de articulação de orações sob este enfoque, visto que, de acordo com a concepção básica, a gramaticalização é um processo de morfologização. No entanto, a própria autora esclarece que Meillet (1912) já inseria questões concernentes à ordem das palavras nos domínios da gramaticalização¹², e autores como Li & Thompson (1974), Givón (1979), entre outros, já focalizavam processos que levam à amalgamação, condensação de duas sentenças em apenas uma, com mudança no estatuto gramatical dos constituintes da oração inicial. Segundo Braga (apud Gonçalves *et alii*, 2007), tal fato demonstra que a

¹¹Os membros centrais também são chamados de nível básico. Um dos critérios para distingui-los é a sua alta frequência de uso.

¹² Meillet (1912) propõe que as mudanças de ordem das palavras como aquelas relativamente livres no Latim para uma ordem mais restrita nas línguas Românicas seriam casos de gramaticalização (Traugott, 2003).

ampliação dos domínios dos estudos de gramaticalização não é tão recente nas pesquisas linguísticas.

A respeito da gramaticalização de construções, Bybee (2003) comenta que seria mais apropriado dizer que uma construção contendo um item lexical particular torna-se mais gramatical, em vez de dizer que apenas o item lexical se gramaticaliza. Lehmann (1982 *apud* Traugott, 2003: 625) afirma que “um número de processos semânticos, sintáticos e fonológicos interage na gramaticalização de morfemas e de construções inteiras”. O autor, em trabalho posterior, volta a destacar a gramaticalização de construções ao dizer que “gramaticalização não abarca simplesmente uma palavra ou morfema... mas toda construção formada por relações sintagmáticas do elemento em questão” (Lehmann, 1992:406).

Abordando mais especificamente as cláusulas complexas, Hopper & Traugott (1993:168) afirmam que, sendo a gramaticalização definida amplamente como um processo que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, então o processo de articulação de cláusulas está dentro de seus domínios. Segundo eles,

A combinação de cláusulas pode ser considerada do ponto de vista de um continuum unidirecional: da justaposição relativamente livre à combinação sintática e morfológica dentro dos limites da estrutura da gramaticalização amplamente interpretada. (Hopper e Traugott, 1993:168)

Os três últimos autores citados – Lehmann e Hopper & Traugott – estabelecem uma tipologização das sentenças complexas a partir de um *continuum* que leve em consideração níveis de maior ou menor vinculação sintática entre cláusulas, rejeitando, deste modo, a descrição dos processos de articulação de cláusulas por meio da dicotomia coordenação/subordinação e parataxe/hipotaxe. Primeiramente, apresenta-se a proposta de

Lehmann (1988) e, em seguida, a de Hopper & Traugott (1993), destacando, em cada uma delas, os critérios em que esses autores se pautam.

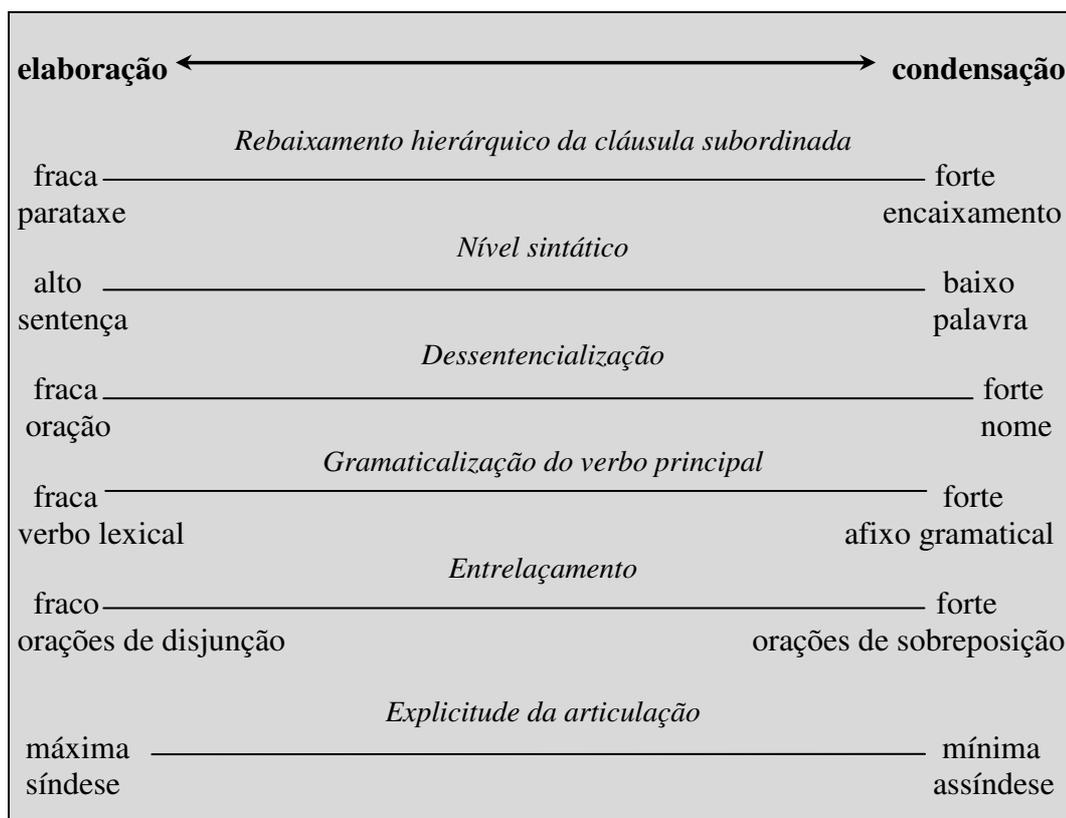
Lehmann (1988 *apud* Gonçalves *et alii*, 2007) propõe seis parâmetros semântico-sintáticos para o estudo da articulação de cláusulas em qualquer língua e a formulação de uma tipologia de frases complexas. Esses parâmetros são:

- (1) rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada;
- (2) nível sintático do constituinte ao qual a cláusula subordinada se vincula;
- (3) dessentencialização da subordinada;
- (4) gramaticalização do verbo principal;
- (5) entrelaçamento das duas cláusulas;
- (6) explicitude da articulação.

Tendo em vista alguns aspectos da vinculação de sentenças, esses seis parâmetros são agrupados pelo autor em três pares – (1)-(2), (3)-(4) e (5)-(6). Tais aspectos consistem na autonomia ou integração da cláusula subordinada, na expansão ou redução da sentença subordinada ou da principal e no isolamento ou articulação das orações.

Cada um dos parâmetros propostos pelo autor é analisado a partir de um *continuum* que é expresso entre dois pólos: um pólo de máxima elaboração e o outro de máxima condensação de informação lexical e gramatical, conforme demonstrado no quadro 6:

Quadro 6: *Continuum* da articulação de cláusulas (Lehmann, 1988)



Gonçalves *et alii* (2007: 86) explicam que o primeiro e o segundo parâmetros podem sinalizar autonomia ou integração da cláusula subordinada na principal; o segundo e o terceiro podem constituir indícios de expansão ou redução de cláusula subordinada ou da principal; o quinto e o sexto podem indicar isolamento ou articulação das cláusulas.

Segundo Lehmann (1988), cada extremo desses *continua* corresponde a um tipo de cláusula, sendo o primeiro equivalente a uma combinação de sentenças sintaticamente iguais e interligadas por um conectivo (sentenças paratáticas). Já o segundo equivale a uma combinação de sentenças com um dos predicados reduzidos (sentenças encaixadas). Percebe-se, desta forma, que o *continuum* do quadro 6 parte de um pólo em que o nível de vinculação sintática entre as cláusulas é mais frouxo para um pólo em que esse nível é mais estreito.

Embora não exponha todos os tipos oracionais que podem ser identificados, o autor não nega a possibilidade de existirem outras cláusulas entre esses dois extremos, como, por exemplo, as cláusulas correlatas.

Hopper & Traugott (1993) definem, em termos sintáticos, a sentença complexa como uma unidade que consiste em mais de uma cláusula. Tal unidade pode ser constituída de um núcleo e um ou mais núcleos adicionais, ou de um núcleo e uma ou mais margens. De acordo com esses autores, a cláusula que pode permanecer sozinha na estrutura é designada núcleo, já as cláusulas relativamente dependentes que não podem permanecer isoladamente, mas exibem grau de dependência diferente, são designadas margens. Entre as cláusulas que constituem margem estão aquelas que funcionam como sintagmas nominais (completivas), aquelas que funcionam como modificadores de nomes (relativas) e as que funcionam como modificadores de sintagmas verbais ou de toda uma proposição (adverbiais).

Os estudiosos mencionam que o processo de junção de cláusulas pode ocorrer em níveis diferentes nas línguas humanas:

As sentenças complexas podem ir de um tipo em que há múltiplos núcleos justapostos sob um contorno entonacional, mas sem indicação segmental de uma relação gramatical entre eles até a combinações de núcleo e margens em que essa relação é altamente condensada¹³. (Hopper & Traugott, 1993: 169)

Desta forma, visando a uma simplificação, os autores – baseados nos trabalhos de Matthiessen & Thompson (1998); C. Lehmann (1998 e 1999) e Longacker (1991) – propõem um modo tripartido para um entendimento mais satisfatório de como as cláusulas se articulam em um complexo oracional. Para esses autores, as cláusulas devem ser classificadas,

¹³ Complex sentences range in type from multiple nuclei that are juxtaposed under one intonation contour but have no segmental indication of a grammatical relationship between them, to combinations of nucleus and margin in which this relationship is highly compressed.

conforme seu grau de dependência e encaixamento; portanto, propõem o seguinte *continuum*: parataxe, hipotaxe e subordinação.

I – Parataxe (independência relativa entre as cláusulas)

Compreende tanto as sequências nas quais as cláusulas-núcleo se justapõem umas as outras, sob um único contorno entonacional, sem o uso de um elemento conector (justaposição), quanto aquelas nas quais um elemento segmental sinaliza a relação entre elas (coordenação).

II – Hipotaxe (interdependência entre as cláusulas)

Compreende uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas (margens) que não podem figurar sozinhas no discurso. As estruturas hipotáticas incluem as relativas apositivas e as adverbiais da gramática tradicional, ou seja, estruturas que envolvem alguma relação circunstancial, como condição, razão, finalidade, causa, tempo, espaço, modo e meio (Matthiessen & Thompsom, 1988).

III – Subordinação (dependência das cláusulas em relação ao núcleo)

Compreende cláusulas que se encontram à margem e estão incluídas no constituinte de um núcleo, como as cláusulas completivas e as relativas restritivas.

Estes três tipos de categorização das cláusulas são evidências, portanto, de que não existe um fenômeno único de subordinação. Observa-se que o primeiro e o segundo arranjo representam opções organizacionais para o usuário da língua na estruturação de seu discurso,

diferenciando-se assim do terceiro tipo, em que se encontram cláusulas integradas estruturalmente em outra.

Nesse sentido, Hopper & Traugott (1993:170) propõe um *continuum* em termos de combinação das características \pm dependente ou \pm encaixada para colocar de um lado os casos de relações táticas e, de outro, os casos de subordinação estrita:

Tabela 2: *Continuum* de combinação de cláusulas a partir dos traços [dependência] e [encaixamento], propostos por Hopper & Traugott (1993:170)

	PARATAXE	> HIPOTAXE	> SUBORDINAÇÃO
[Dependência]	–	+	+
[Encaixamento]	–	–	+

Hopper & Traugott (1993) afirmam que, ao se estabelecerem esses três modos de combinação de cláusulas, há uma redefinição da terminologia de duas tradições e a expansão de dois pares sobrepostos. Um par – *parataxe e hipotaxe* – deriva da tradição do início do século XIX em que *parataxe* incluía todos os tipos de justaposição e *hipotaxe*, todos os tipos de dependência. Já o outro par – *coordenação e subordinação* e, especialmente, *encaixamento* – deriva de tradições mais recentes, em que *coordenação* e *encaixamento* são definidos formalmente em termos de componentes da estrutura.

Após estabelecerem o *continuum* exposto na tabela 2, os autores discutem se os diferentes tipos de combinação de cláusulas são motivados e pelo quê são motivados. Para tanto, citam Givón (1990) que sugere haver um paralelismo cognitivo de forma e função, paralelismo esse denominado iconicidade.

Martellota *et alii* (2003) afirmam que a iconicidade é manifestada através de três subprincípios. O primeiro, o subprincípio da quantidade, diz que, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma. O segundo, o subprincípio da integração, diz que, quanto mais dois eventos/estados forem integrados semântica ou pragmaticamente, mais integradas gramaticalmente serão as cláusulas que os codificam. Por fim, o terceiro subprincípio, o da ordenação linear, diz que a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática.

Depreende-se que a integração sintática entre duas cláusulas é explicada pelo subprincípio da integração. De acordo com Gonçalves *et alii* (2007: 134), o nível de integração entre duas sentenças pode ser observado a partir de propriedades tanto formais quanto semântico-pragmáticas. Essas propriedades podem se manifestar através do compartilhamento ou não de constituintes dessas sentenças. Deste modo, inserem-se, no primeiro caso, fatores como correferencialidade e formas de expressão do sujeito, correlação modo-temporal, concordância negativa etc.; no segundo, inserem-se fatores como ordem verbo-sujeito, posição da sentença etc.

Hopper & Traugott (1993) fazem referência a Lehmann (1998) e dizem que, nos termos desse autor, um caso especial de integração sintática tem a ver com o entrelaçamento de categorias gramaticais pelas orações gramaticais que constituem uma sentença complexa. Tal entrelaçamento implica (1) compartilhamento de participantes (por exemplo, mesmo sujeito), tempos e modos verbais entre cláusulas interligadas e (2) entrelace de cláusulas separadas originalmente na estrutura superficial da matriz, o que é denominado de entrelaçamento sintagmático, como ocorre em “*She seems to be smart*¹⁴”. Neste exemplo,

¹⁴ Ela parece ser inteligente.

embora o constituinte *she* esteja na matriz, ele é sujeito da cláusula encaixada, como pode ser observado em “*It seems that she is smart*”¹⁵.

Após citarem Lehmann (1998) e Givón (1990), Hopper & Traugott (1993) levantam a hipótese de que o uso explícito e independente de recursos (por exemplo, o emprego do conectivo *that*) para a articulação de cláusulas está correlacionado a uma integração semântico-pragmática mínima, enquanto a não explicitação desses recursos representa uma integração semântico-pragmática máxima, conforme é demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 7: Propriedades relevantes para o *continuum* de combinação de cláusulas, segundo Hopper e Traugott (1993:171)

parataxe (independência)	hipotaxe (interdependência)	subordinação (dependência)
núcleo-----		-----margem
integração mínima-----		-----integração máxima
ligação explícita máxima-----		-----ligação explícita
	mínima	

O exame do quadro 7 permite evidenciar que esses autores, ao lançar mão dessas três propriedades, fazem uma associação entre os fenômenos de integração sintática e gramaticalização, uma vez que, conforme demonstrado no quadro 7, integração mínima corresponde ao grau de menor gramaticalização (parataxe), enquanto integração máxima, ao grau de maior gramaticalização (subordinação). Tal associação assenta-se no seguinte princípio: quanto maior o nível de vinculação entre as sentenças interligadas, mais avançado será o processo de gramaticalização e vice-versa.

¹⁵ Parece que ela é inteligente.

De acordo com Carvalho (2004), dentro do quadro de referência teórica funcionalista, a partir das análises de sentenças complexas de Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993) é possível destacar algumas superposições de postulados sobre os processos sintáticos de combinação de cláusulas. Segundo a estudiosa, esses autores mostram que:

(a) a classificação tradicional de sentenças complexas reúne, sob um mesmo rótulo, diferentes tipos oracionais;

(b) as dicotomias antes propostas pela tradição gramatical – coordenação/subordinação e/ou parataxe/hipotaxe – não são suficientes para dar conta de todas as possibilidades de codificação de sentenças complexas nas línguas humanas.

Diante de tais fatos, esses estudiosos funcionalistas ampliam e/ou redefinem essas dicotomias, postulando *continua*, nos quais os tipos de sentenças complexas variam de um ponto em que o grau de vinculação entre as cláusulas é tênue até um ponto em que esse grau de articulação é bastante coeso.

Ao término das observações feitas no decorrer deste item, pode-se evidenciar que alguns estudiosos funcionalistas associam integração à gramaticalização, indicando que quanto mais integradas as orações de um enunciado tanto mais avançado o processo de gramaticalização. A integração sintática, por sua vez, constituiria um reflexo da integração semântica ou pragmática dos estados de coisa codificados pelas orações em questão, e se deixaria medir pela dependência e pelo encaixamento das cláusulas.

De acordo com Lima-Hernandes (2004: 186),

para compreender como se instanciam tais processos nas orações do português, uma tarefa básica de funcionalistas que lidem com gramaticalização em sincronia é justamente traçar o continuum de estágios de gramaticalização das orações complexas que codificam uma noção.

No trabalho citado, a autora demonstra, através de exemplos da sincronia do português do Brasil, que a noção temporal pode ser codificada pelos processos da parataxe, hipotaxe e encaixamento. Sendo assim, esta pesquisa vai ao encontro da proposta da autora, uma vez que tem por objetivo principal codificar a noção da consequência, propondo-lhe um estágio de gramaticalização a partir das observações de seus usos.

4.3 A hipotaxe adverbial: uma opção organizacional do discurso

Em pesquisas de cunho funcionalista, as cláusulas conhecidas tradicionalmente como adverbiais têm sido bastante estudadas. De acordo com Neves (2003), isso se deve, principalmente, ao fato de ser difícil sustentar a condição de ‘subordinadas’ que a tradição lhes atribui, como ressaltam Matthiessen e Thompsom (1988). Estes defendem que as adverbiais não se encaixam em um núcleo, como ocorre com as completivas, por exemplo, mas que elas se combinam, a fim de organizar o pensamento do falante. Conforme já mencionado, para eles, essa combinação reflete a organização retórica do discurso na língua.

Decat (2001) defende que, ao se estudarem as cláusulas adverbiais, torna-se relevante uma análise que leve em conta níveis que ultrapassem o sentencial. Segundo a autora, embora em determinadas situações se possa explicar a articulação hipotática de cláusulas adverbiais a partir do grau de integração estrutural de uma cláusula em outra, uma abordagem que dê conta somente do nível sentencial não será suficiente para explicar as relações mantidas entre as cláusulas adverbiais e o discurso maior que as envolve.

Decat (2001), aprofundando-se nos estudos das relações hipotáticas, lança mão do exemplo “Leite com manga, morre”, para demonstrar que qualquer falante do português é

capaz de estabelecer uma relação condicional que emerge entre os dois constituintes – “leite com manga” e “morre”, cuja possível paráfrase seria: “Se tomar leite com manga, morre”.

A estudiosa explica que o tipo de relação existente nesse enunciado é tratado, nas gramáticas tradicionais, na parte reservada às relações adverbiais, ou ainda, às cláusulas adverbiais. No entanto, o tratamento tradicional se atém apenas ao nível sentencial e estruturas que constituam cláusula, não sendo esse o caso do constituinte “leite com manga”. Ela esclarece que, em tal constituinte, não se reconhece uma equivalência com qualquer advérbio ou expressão adverbial, conforme é postulado nas gramáticas.

Pode-se observar que, na paráfrase anteriormente demonstrada, tem-se, na primeira cláusula, conforme o rótulo tradicional, uma oração subordinada adverbial. Tal rótulo, segundo Matthiessen & Thompsom (1988), é problemático, uma vez que se torna improvável fazer a distinção entre encaixamento e articulação (combinação de cláusulas), isto é, entre cláusulas que se integram estruturalmente em outras e cláusulas que têm a ver com o aspecto organizacional do discurso.

Além disso, sendo uma cláusula adverbial aquela que funciona como um advérbio (ou sintagma adverbial), como postula a gramática tradicional, ela constituiria parte de outra cláusula, e isso a colocaria como ‘encaixada’.

Decat (2001) destaca que nem sempre é possível estabelecer que tipo de função uma cláusula adverbial serve em outra cláusula, já que

frequentemente ela terá, mais que uma função gramatical, uma função discursiva, no sentido de orientar o ouvinte para a mensagem que se quer transmitir, organizando, assim, a forma do discurso.
(Decat, 2001: 106)

Há de se atentar também para o fato de que, ao se tratar uma cláusula adverbial como ‘encaixada’ em outra, pelo fato de exercer nela a função que um advérbio exerceria, não é

possível mostrar que seu escopo abrange, muitas das vezes, um conjunto de cláusulas articuladas, com a qual a cláusula adverbial se combina. Como exemplo disso, tem-se:

(XI) “*Enquanto Maria descia as escadas, Pedrinho saiu pela porta da frente, deu uma volta ao redor da casa e entrou pela porta dos fundos*”. (Decat, 2001: 106)

Nota-se que a relação temporal explicitada por “enquanto” em “Enquanto Maria descia as escadas” não é estabelecida apenas com uma cláusula (Pedrinho saiu pela porta da frente **ou** (Pedrinho) deu uma volta ao redor da casa **ou** (Pedrinho) entrou pela porta dos fundos), mas com a combinação das três cláusulas. A autora afirma que, da mesma forma que há uma cláusula adverbial realçando um conjunto de cláusulas – fato que extrapola o nível da sentença – há a ocorrência de várias cláusulas realçando a informação contida em outra cláusula única.

Diante de tal fato, o importante não é classificar uma cláusula como adverbial ou subordinada, mas sim reconhecer a capacidade de ela se combinar com outras, refletindo uma propriedade organizacional básica do discurso em geral, que é a articulação para a formação de um discurso coeso e coerente.

Em seu trabalho, Decat (2001) se propõe a examinar cláusulas que mantêm alguma relação circunstancial com a cláusula ou sequência a que se combinam, ou seja, a autora se propõe a examinar a articulação hipotática adverbial, nos termos de Halliday (1985), hipotaxe de realce (*enhancement*). Como já mencionado do subitem 4.2, a hipotaxe de realce é o fenômeno de articulação de cláusulas que se combinam para modificar ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, o que é manifestado pelas relações circunstanciais. Assim, uma cláusula realça, salienta o significado de outra, qualificando-a com referência a tempo, modo, lugar, causa ou condição.

Assim este trabalho assemelha-se ao de Decat (2001), uma vez que se analisam as relações circunstanciais que ocorrem na combinação de cláusulas, diferenciando-se, no entanto, pelo fato de que aqui a análise se restringirá à relação circunstancial consecutiva.

Decat (2001) explica que as relações hipotáticas podem ser explícitas ou implícitas, ou seja, podem se relacionar por meio de conectivos conjuntivos ou não. Tratando da primeira possibilidade, a autora comenta que, nas gramáticas do português, é procedimento comum classificar uma cláusula adverbial levando-se em conta a conjunção que a inicia. A autora lança mão de alguns exemplos para demonstrar que tal procedimento mostra-se inadequado. Veja-se um deles:

(XII) *“Em consequência, interdisciplinaridade, das ciências da educação, **quando existe** e se instaura sob a forma de um intercâmbio de informações e de métodos, depende também de uma precedente colaboração nessas áreas”.*
(Decat, 2001: 121)

A cláusula destacada no exemplo é classificada como uma adverbial temporal na análise tradicional, classificação que se fundamenta no tipo de conjunção que encabeça a cláusula. No entanto, Decat (2001) atenta para o fato de que, mesmo considerando a emergência de uma proposição relacional temporal, não se pode deixar de reconhecer que dessa combinação emerge uma segunda inferência, que é a de condição. Desta forma, Decat (2001:124) afirma que “a decisão sobre qual das duas inferências é predominante só será possível no nível do discurso, para o que a análise tradicional é, portanto, insuficiente”.

Além de condição/temporalidade, a autora encontrou inúmeras outras combinações de cláusulas em que emerge mais de uma inferência, como se observa nos exemplos a seguir:

a) CONCESSÃO/CONDIÇÃO

(XIII) “*mesmo que fosse num bairro de branco CE não poderia morar sozinha*”.

b) CAUSA (MOTIVO) /CONDIÇÃO

(XIV) “*Além disso, se a oração inicial demonstrou constituir um ambiente desfavorável a SAE e vimos que ao iniciar um novo período corresponde a mudanças menos significativas que ao iniciar um novo parágrafo, é razoável ter-se a expectativa de que a frequência de SAE em início de parágrafo será ainda mais baixa que em início de período*”.

c) CONCESSÃO/EXCLUSÃO

(XV) “*mas aí ela levantava esses parâmetros sem:... nenhuma justificativa né? sem dizer ó eu to com uma hipótese assim assim...*”

Segundo a autora, ao se reconhecer tais relações, tem-se englobado, como adverbiais, cláusulas que não eram objeto de classificação na gramática tradicional, como por exemplo, as combinações de cláusulas com inferência de exclusão, substituição e adição, apresentadas nos exemplos.

A respeito da multiplicidade de relações exibidas pela articulação de cláusulas, Bechara (2003:498) diz que:

As orações condicionais não só exprimem condição, mas ainda podem encerrar as idéias de hipótese, eventualidade, concessão, sem que muitas vezes se possam traçar demarcações entre esses vários campos do pensamento.

Góis (1955, *apud* Decat 2001), mesmo que indiretamente, trata dessa questão ao admitir a “ubiquidade” das conjunções. Dito de outro modo, o autor admite o fato de as

conjunções poderem ter mais de uma classificação em decorrência da possibilidade de se poderem fazer várias inferências entre as cláusulas iniciadas por um único tipo de conjunção.

Ao tratar das relações hipotáticas implícitas, Decat (2001) diz que as proposições relacionais nem sempre são explicitadas através de uma conjunção, já que essas proposições existem independentemente de uma marca que as identifique. São dadas, como exemplos, pela autora, algumas estruturas, dentre as quais se destacam:

(XVI) “*casamos... faz quatro anos e meio*” (Decat, 2001:130)

(XVII) “*há sempre um pressuposto... te/esteja ou não consciente quem está interagindo no processo... né?*” (Decat, 2001:131)

Como é possível perceber nesses exemplos, as cláusulas destacadas se articulam com as respectivas porções de discurso mesmo sem haver entre elas uma marca formal dessa combinação, estando as cláusulas, portanto, justapostas.

Decat (2001) diz não haver dúvidas de que, nas estruturas apresentadas, exista, além das proposições explícitas, constituídas pelas próprias cláusulas, uma proposição implícita com inferência temporal e condicional, respectivamente. A autora esclarece que o tipo de relação existente em (XVI) e (XVII) é o mesmo encontrado em outras combinações de cláusulas em que havia um conectivo auxiliando na identificação da proposição relacional.

Assim sendo, compreende-se que a simples ausência dessa marca não impede que se reconheça uma construção hipotática. Tem-se, nestes casos, a codificação da relação hipotática adverbial feita por justaposição.

4.4 Elementos conjuntivos a serviço do discurso

De acordo com a tradição, as conjunções são palavras que relacionam orações ou termos de uma mesma função sintática. Dionísio da Trácia (*apud* Barreto, 1999), autor da primeira gramática sistemática do grego, apresenta uma definição bastante inovadora, ao dizer que a conjunção é a parte do discurso que funciona como elemento de ligação e que ajuda na interpretação do enunciado. Almeida (1956) diz que as conjunções fazem do discurso um todo harmônico e um símbolo da unidade que existe no espírito entre as idéias e os pensamentos. Explica o autor que:

(as conjunções) ligam as proposições umas as outras, constituindo os períodos; estes encadeiam-se uns com os outros tecendo o discurso o qual sem esses elementos conectivos, que lhe servem de liga e cimento, perderia seu verdadeiro caráter. (Almeida, 1956: 285)

Considerações semelhantes são feitas por Halliday e Hasan (1976 *apud* Neves, 2006). Para esses autores, a conjunção é um processo textual coesivo que desempenha uma relação semântica pela qual se especifica a conexão existente entre o que vem depois e o que vem antes em um enunciado. É um conjunto de relações semânticas entre orações, entre complexos oracionais, entre trechos de texto, explicitados por um sem números de expedientes.

Barreto (1999:174) destaca que, na constituição das conjunções portuguesas, são envolvidas diferentes classes gramaticais. A autora explica que isso ocorre pelo fato de o português ter herdado poucas conjunções do latim. Desta forma, para suprir essa falta, a língua recorreu a palavras de outras classes gramaticais e com elas criou novas conjunções.

Said Ali (1971), na sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, afirma que, da respeitável série de conjunções latinas, restaram, no português, apenas nove: *e, ou, nem, quando, se, como, que, mas e porém*. Sendo assim, o autor afirma que:

A falta das demais partículas suprem-na criações novas, isto é, advérbios, que se adaptam ao papel de conjunção, assim como o amplo emprêgo de que, simples, ou combinado com preposições ou advérbios ou locuções de caráter adverbial. (Said Ali, 1971: 220)

Estudos, sobretudo funcionalistas, demonstram que tais criações continuam bastante produtivas; e não apenas no português. De acordo com Paiva (2001), o desenvolvimento/aparecimento de novos elementos de conexão entre orações é uma das questões que levantam maior interesse no âmbito dos estudos de gramaticalização. A autora destaca que evidências fornecidas pelo estudo de diversas línguas apontam que, diacronicamente, elementos conectores se desenvolvem a partir de itens lexicais ou de outros elementos menos gramaticais como advérbios e preposições.

Neves (2006: 258) também aborda essa questão e afirma que muitos dos elementos usados na articulação de orações estão envolvidos em processo de gramaticalização e, ao se observar o seu comportamento nos enunciados da língua, é possível verificar que tais elementos podem ser colocados em diferentes pontos de escalas, segundo os diferentes estágios em que se encontram na direção do estatuto de conjunção.

A estudiosa chama atenção para o grande número de elementos conjuntivos no âmbito da hipotaxe adverbial e para a facilidade de criação de novas locuções que exercem papel de articuladores de relações hipotáticas, o que demonstra que as relações estabelecidas neste campo têm natureza bastante diferente das que se estabelecem na subordinação estrita (orações substantivas e adjetivas restritivas).

Neves (2006) assegura não ter havido, na língua, a formação de conjunções gramaticalizadas integrantes nem de locuções conjuntivas integrantes. No entanto, esses tipos de formações povoam o universo da hipotaxe. Como exemplo, ela cita as locuções conjuntivas de expressão causal, condicional e concessiva que se encontram distribuídas em três grandes grupos de bases lexicais (verbal, preposicional e adverbial), seguidas de um transpositor *que*.

A autora não deixa de comentar que as partículas adverbiais também são fontes de elementos coordenativos na língua portuguesa. Segundo ela, os limites entre um papel semântico-discursivo e um papel basicamente relacional dessas partículas são fluídos, assim como é fluída a própria classificação que pode ser atribuída a elementos ou sintagmas como, *porém*¹⁶, *entretanto*, *contudo*, *no entanto*, *portanto*, *por conseguinte*. Todas essas formas são arroladas, nas gramáticas em geral, entre as conjunções coordenativas. Contudo, para Neves (2006), tais elementos representam instâncias de gramaticalização de elementos adverbiais que se encontram em diferentes estágios, não tendo ainda o estatuto de conjunção.

Hopper & Traugott (1993), citando Halliday & Hassan (1996), explicam que essa derivação de elos conectores é pragmaticamente motivada pela necessidade de o falante ser claro e informativo, direcionando os ouvintes a interpretarem as cláusulas dentro de seu contexto linguístico. Entende-se, assim, que, devido à(s) pressão(ões) pragmático-discursiva(s), ou, a fatores relacionados às necessidades do falante em situações reais de comunicação, itens conjuncionais podem (1) deixar de ser empregados; (2) ser substituídos por outros; (3) assumir valores semânticos, por processos metafóricos de associação de idéias, ou, por processos metonímicos, devido à contiguidade com outros itens ou estruturas da

¹⁶ De acordo com Said Ali (1971: 187), o primitivo advérbio *porende*, que apresentava conteúdo semântico de *por isso*, transmutou-se em conjugação adversativa.

língua; por analogia a outras formas linguísticas; como resultado de implicaturas conversacionais (cf. Barreto,1999).

Decat (2001:123) assinala a possibilidade de ocorrer um “esvaziamento semântico” de algumas conjunções ou locuções conjuntivas e que esse esvaziamento pode ser observado não só na língua oral, em que é mais comum, mas também na língua escrita, sendo possível, deste modo, haver diferentes inferências entre as cláusulas iniciadas por um único tipo de conjunção. O que importa é o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas e não a marca lexical dessa relação.

Desta forma, a análise empreendida na presente pesquisa não se limita ao levantamento daqueles itens considerados prototípicos das cláusulas consecutivas. Seguindo a proposta de Decat (2001), serão analisados todos e quaisquer elementos responsáveis pela relação consecutiva.

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa. Nesse capítulo, expõem-se, além da metodologia adotada, o *corpus* utilizado, bem como os gêneros textuais analisados e o quantitativo geral dos textos pesquisados.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista que o estudo de frases isoladas, fora de um co-texto e contexto de uso não é suficiente para estabelecer o conteúdo proposicional que emerge da combinação de cláusulas, recorreu-se a um *corpus* de usos autênticos da língua, coletado do Projeto VARPORT (Variedades do Português). Trata-se de um *corpus* constituído de quatro gêneros textuais distintos – anúncios, editoriais, notícias e entrevistas orais pertencentes às variedades brasileira e europeia e disponibilizados no site [www. letas.ufrj.br/varport](http://www.letas.ufrj.br/varport).

Os gêneros textuais que englobam a modalidade escrita encontram-se distribuídos entre os anos de 1900 e 2000, ou seja, todos os textos do século XX foram analisados.

A tabela a seguir mostra a quantidade de textos distribuídos por local de publicação, gênero textual e faixa de tempo:

Tabela 3: Quantitativo geral de textos escritos pesquisados

Local de publicação	Gêneros textuais	Faixa de tempo				
		1901-1924	1925-1949	1950-1974	1975-2000	Total
Brasil	Anúncios	54	47	37	22	160
	Editoriais	04	06	06	07	23
	Notícias	25	29	17	31	102
Portugal	Anúncios	59	45	39	41	184
	Editoriais	5	7	7	10	29
	Notícias	12	13	12	12	49

As entrevistas orais encontram-se distribuídas nas modalidades culta e informal/popular da década de 70 e 90 do século XX, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 4: Quantitativo geral de textos orais pesquisados

Local de publicação	Modalidade	Faixa de tempo		
		Século XX Déc. 70	Século XX Déc. 90	Total
Brasil	Culto	12	23	35
	Popular	—	24	24
Portugal	Culto	12	13	25
	Popular	23	—	23

Todos os dados levantados foram analisados e submetidos ao programa computacional Goldvarb 2000, com o objetivo de melhor descrever as estruturas analisadas. No entanto, vale lembrar que a análise empreendida aqui é eminentemente qualitativa e não quantitativa no sentido variacionista do termo. Portanto, utiliza-se esse programa apenas como metodologia e não como teoria, como costuma ocorrer em estudos de cunho sociolinguístico.

Os exemplos coletados do *corpus* e que serão apresentados a seguir, na análise dos dados, terão a mesma codificação adotada pelos organizadores do Projeto VARPORT. Algumas dessas codificações e o que elas representam podem ser melhor visualizadas a seguir:

- Oc-B-70-1m-001
 - Mostra que o inquérito é da modalidade culta da língua falada (Oc), pertencente ao português brasileiro (B), coletado na década de 70 (70), cujo

informante é do sexo masculino (1m). Por último, é apresentado o número do texto por ordem de ocorrência no *corpus* (001).

- Op-P-70-3m-002
 - Mostra que o inquérito é da modalidade popular¹⁷ (Op), pertencente ao português de Portugal (P), coletado na década de 70 (70), cujo informante é do sexo masculino (3m).

- Oc-B-90-1f-002
 - Mostra que o inquérito é da modalidade culta (Oc), pertencente ao português do Brasil (B), coletado na década de 90 (90), cujo informante é do sexo feminino (1f).

- E-P-91-Ja-001
 - Mostra que o inquérito é da língua escrita (E), pertencente ao português europeu (P), coletado na 1ª fase do século XX, entre 1901 a 1924 (91), cujo gênero textual é um anúncio (Ja). Por último é apresentado o número do texto por ordem de ocorrência no *corpus* (001).

- E-B-93-Je-003
 - Mostra que o inquérito é da língua escrita (E), pertencente ao português do Brasil (B), coletado na 3ª fase do século XX, entre 1950 a 1974 (93), cujo gênero textual é um editorial (Je). O número (003) indica que este é o terceiro texto do grupo.

- E-B-94-Jn-016
 - Por fim, tem-se um exemplar da língua escrita (E), do português do Brasil (B), coletado na 4ª fase do século XX, entre 1975 a 2000, pertencente ao gênero textual notícia.

¹⁷ Quanto à modalidade popular, só há informantes do sexo masculino nas duas variedades do português. No PB, todos os informantes foram entrevistados na década de 90, enquanto, no PE, as entrevistas ocorreram na década de 70.

Em relação aos critérios de seleção de dados, levou-se em conta a noção de consequência, que pode ser efetivamente codificada por uma cláusula em relação à outra, não importando se o conectivo é prototipicamente uma conjunção consecutiva ou qualquer outra, ou ainda se a partícula conectora não está expressa. Portanto, a seleção dos dados partiu de uma perspectiva funcionalista, no sentido de buscar dados com base na relação semântica estabelecida no momento da produção linguística.

O ponto de partida para essa análise é a maneira como funciona determinada sequência de valor consecutivo no momento da interação tanto oral quanto escrita. Dessa maneira, cláusulas que seriam tradicionalmente classificadas como adjetivas ou substantivas podem fazer parte deste rol de ocorrências, porque a perspectiva para a seleção dos dados é funcional-discursiva. Assim, identificamos a relação proposicional de consequência, independentemente da codificação estrutural.

De acordo com Lima-Hernandes (1998), ao se trabalhar com unidades coexistentes de mesmo sentido, aborda-se o princípio rotulado de *layering*, que pode ser entendido como camadas de uso, sentido esse muito próximo ao de ‘variantes’ utilizado por Labov (1983). A diferença é que no caso da gramaticalização, pensa-se sempre em ‘contínuos’.

Cabe esclarecer que o trabalho de identificar em *layering* as estratégias consecutivas não pressupõe o rastreamento histórico de conectivos ou idade de cada estratégia empregada, embora em alguns momentos seja necessário que se recue no tempo para evidenciar o fenômeno como possível ou recorrente na história do português, portanto, passível de ocorrer atualmente.

Embora os dados do *corpus* utilizado estejam distribuídos por sexo, escolaridade e classe social, não houve, para este trabalho, a preocupação de se controlar fatores de ordem extralinguística – não descartando, contudo, a possibilidade de fazê-lo em trabalhos futuros.

6. ESTÁGIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONSECUTIVAS: HIPÓTESES, PARÂMETROS E RESULTADOS

Dos aspectos discutidos sobre os processos de combinação de cláusulas, a possibilidade de distribuí-los em dois tipos - coordenação e subordinação - aparece como uma idéia recorrente. Essa é a tradicional classificação encontrada nas gramáticas e a mais difundida nos ensinos fundamental e médio, ainda que problemática, por não dar conta de todos os casos presentes na língua em uso (cf. capítulo 4).

Na visão dos funcionalistas, não é concebível a divisão em apenas dois processos e o maior problema por eles apontado diz respeito à classificação das subordinadas. A explicação para a não-aceitação é calcada na idéia de que esse rótulo funciona como um “guarda-chuva” acolhedor de tipos oracionais diversificados - substantivas, adjetivas e adverbiais - que, em um conjunto aparentemente harmônico, mostram suas diferenças comportamentais (cf. capítulo 2).

Como se pôde perceber, a fim de resolver tal problema e oferecer outras possibilidades de análise para os processos de combinação de cláusulas e, além disso, propor estágios de gramaticalização, os teóricos geralmente costumam fazer referência ao traço *dependência*, empregando-o como um critério na identificação de diversas estratégias de combinação. Todavia, Braga (2001: 23) chama atenção para o fato de que há bastante divergência nas propostas de algum desses autores:

Uma vez que se trata de um traço de natureza formal (dependência), era de se esperar que o continuum dos processos de articulação fosse segmentado em pontos similares. A análise das propostas tipológicas de alguns autores revela, todavia, que tal não é o caso.

Houve, portanto, que se optar por uma das propostas tipológicas já apresentadas no capítulo 4. Sendo assim, a proposta de análise que melhor descreve os usos observados foi a de Lehmann (1988) que, se não explicita todos os tipos oracionais que podem ser encontrados, não exclui a possibilidade de existirem outras cláusulas no *continuum* por ele estabelecido. Já, para o estabelecimento dos estágios de gramaticalização da noção de consequência, assume-se como ponto de partida o *continuum*, proposto por Hopper & Traugott (1993).

Esses autores, assim como Lehmann (1988), também mostram os diferentes tipos de combinações de orações dispostos em forma de *continuum* e oferecem também critérios que justificam a redistribuição dos tipos oracionais arrolados na gramática tradicional, como pôde ser observado no quadro 7.

Segundo Braga (2001: 29), o modelo de Hopper & Traugott (1993), conjugado ao eixo das relações lógico-semânticas de Halliday (1985) e à aceitação de que uma mesma relação semântica pode ser codificada por diferentes estratégias sintáticas – o que é feito neste trabalho – oferece um tratamento mais adequado aos processos de combinação de cláusulas.

Tendo assumido o *continuum* de Hopper & Traugott (1993) como realidade no português, é importante esclarecer que, para se evitar a confusão de rótulos, em função do emprego do termo *subordinação*, haverá a substituição do mesmo pelo termo *encaixamento*.

Quadro 8: Gramaticalização de processos de combinação de cláusulas

PARATAXE > HIPOTAXE > ENCAIXAMENTO

Pode-se depreender pelo quadro 8 que o sinal de maior usado na representação objetiva reproduzir em processos estruturas oracionais do menor para o maior estágio de

gramaticalização. Essa representação não esgota, contudo, os tipos de estruturas que podem emergir nos intervalos, como ocorre com as cláusulas correlatas, por exemplo.

Neste momento, identificam-se os processos de combinação de cláusulas citados em que a noção de consequência foi codificada: parataxe, hipotaxe e encaixamento.

a) Parataxe

Foram consideradas cláusulas consecutivas por parataxe as estruturas¹⁸ justapostas e as estruturas coordenadas.

a.1 Estruturação justaposta

A justaposição constitui o processo pelo qual o falante apresenta cláusulas lado a lado, sem o emprego de conectivos explícitos, portanto, em uma sequência formalmente desconexa em que as relações são depreendidas pelo contexto, como se observa a seguir:

(1) *é época de chuva porque sempre o rio está cheio né? cresce e tem muita força ele e então uma época até difícil do pescador pescar nós estamos passando até crise aí difícil aí agora entendeu?* (Op-B-90-2m-003)

(2) *fui no Nelson da Capitinga não gostei... Ari Toledo... Ari Toledo foi bom ... Ari Toledo foi bom... eles têm umas piadas inteligentes... você tem que parar para pensar... para depois achar graça* (Oc-B-9C-1f-002)

a.2 Estruturação coordenada

Foram consideradas estruturas coordenadas cláusulas introduzidas por conectivos prototípicos de outros conteúdos semânticos, mas que desencadearam uma relação

¹⁸ O rótulo *estruturação* baseia-se no trabalho de Lima-Hernandes (1998). A autora explica que esse termo é usado como sinônimo de “camada”, sendo um dos princípios de gramaticalização de Hopper.

consecutiva – como, “e” e “então”, por exemplo – que, tradicionalmente conectam cláusulas coordenadas aditivas e conclusivas, respectivamente. Vejam-se os exemplos:

- (3) *É engraçado, há certas coisas na vida da gente, eu já estive marcada pra ir lá, a passeio, duas vezes e sempre aconteceu alguma coisa **e eu não pude ir**.* (Oc-B-9R-4f-002)
- (4) *... o barco fica mais bojudo na traseira e fica mais seco na frente **então o barco anda menos*** (Op-B-90-2m-001)

b) Hipotaxe

As cláusulas que indicam circunstancialmente a consequência da cláusula-núcleo foram classificadas como hipotáticas de realce. Essas cláusulas aparecem sob duas formas: cláusulas finitas e cláusulas não-finitas.

b.1 Cláusulas finitas

As cláusulas finitas equivalem às subordinadas adverbiais consecutivas encabeçadas por elos consecutivos prototípicos não correlatos, a saber as locuções conjuntivas “de modo que”, “de forma que” etc.:

- (5) *O varejista não póde custear as suas despesas com uma tão pequena margem de lucro. E, depois, o artigo é mal pesado, nas feiras, **de modo que o comprador leva sempre de menos**.* (E-B-92-Je-001)
- (6) *não pagam contribuição segundo se consta **de maneira que nós claro temos que estar sobrecarregados com essas coisas todas...*** (Op-P-70-1m-006)

b.2 Cláusulas não-finitas

As cláusulas não-finitas equivalem às cláusulas reduzidas de infinitivo encetadas por locução conjuntiva “a ponto de” e preposições “para” e “sem”. Além de cláusulas reduzidas de gerúndio, que expressavam conteúdo consecutivo:

- (7) *A consciência de reforma das estruturas políticas deixou sinais profundos na vida pública nacional, **a ponto de exigir uma projeção de continuidade no Govêrno que, por circunstâncias já sabidas, sucedeu ao Sr. Jânio Quadros.*** (E-B-93-Je-003)

- (8) *Razões de peso devem ter influido no animo dos actuais governantes, **para tomarem uma deliberação destas, que não pode deixar de influir notavelmente nas finanças publicas.*** (E-P-92-Je-006)

- (9) *A cafeina faz aumentar assim mesmo a produção da urina, **eliminando desta sorte as substancias toxicas do organismo enfermo, principalmente nos casos de febre e gripe, etc.*** (E-B-91-Ja-035)

c) Encaixamento

Sendo a cláusula consecutiva correlata analisada tradicionalmente como uma oração adverbial, ela faria parte da hipotaxe. No entanto, como já demonstrado, a cláusula, iniciada pela conjunção ‘que’ – no exemplo “Trabalhou tanto que ficou cansada” – não está subordinada a nenhum sintagma verbal da oração antecedente e a nenhum sintagma nominal. Tal conjunção estabelece relação com o termo intensificador “tanto”, relação esta de interdependência. Tal interdependência se aplica tanto à semântica, como ocorre com as cláusulas paratáticas e hipotáticas, quanto à sintaxe (estrutura), diferenciando-se das cláusulas encaixadas, por não apresentar dependência em relação a um SV ou a um SN, mas de um intensificador.

A partir desta constatação, como classificar construções deste tipo seguindo a proposta funcionalista de Hopper & Traugott (1993)?

Uma alternativa seria estender o conceito desses autores do que sejam as estruturas de encaixamento. Assim, haveria não apenas cláusulas integradas estruturalmente em outra, mas também **cláusulas que apresentam dois termos interdependentes estruturalmente**, ou seja, as cláusulas correlatas, as quais serão chamadas de estruturação intermediária 1.

c.1 Estruturação intermediária 1

Decat (1999) vem ratificar a inclusão das cláusulas correlatas consecutivas nas estruturas de encaixamento. A autora afirma que

se mesmo uma cláusula adverbial estiver em constituição com um item lexical de outra cláusula, ela não será, provavelmente uma unidade de informação à parte, estando, pois encaixada, integrada, estruturalmente em outra”.

A partir disso, ratifica-se a idéia de que as cláusulas correlatas enquadram-se, dentro dos estágios de gramaticalização da noção de consequência, nas estruturas de encaixamento, ainda que apresentando um encaixamento distinto, por exemplo, do das subordinadas substantivas:

(10) *Mas havia **tanta** coisa pra se fazer no jardim **que** nós fizemos uma parte do jardim muito grande, era uma parte que era um declive...* (Oc-B-70-2f-002)

(11) *Também, ao que se diz, progrediram as ciências bélicas em proporção. Vai matar-se o homem com **tanta** limpeza e caridade **que** se não sentirá a morte, mercê do poder destrutivo das bombas de urânio desintegrado.* (E-P-93-Je-001)

A partir das informações e dos exemplos apresentados, foi possível criar um quadro que explicita as estruturas contidas nos processos de combinação de cláusulas nesta pesquisa:

Quadro 9: Estruturas identificadas nos processos de combinações de cláusulas de consequência

PARATAXE	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação Justaposta Sequência formalmente desconexa em que as relações são depreendidas pelo contexto: <i>exemplos (1) e (2)</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação Coordenada Cláusulas introduzidas por conectivos prototípicos de outros conteúdos semânticos, mas que desencadearam uma relação consecutiva – como, por exemplo, “e” e “então”: <i>exemplos (3) e (4)</i>.
HIPOTAXE	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação finita Equivale às subordinadas adverbiais consecutivas encabeçadas por elos consecutivos não-correlatos, a saber as locuções conjuntivas “de modo que”, “de forma que” etc: <i>exemplos (5) e (6)</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação não-finita Equivale às cláusulas reduzidas de infinitivo encetadas por locução conjuntiva “a ponto de” e preposições “para” e “sem”, além de cláusulas reduzidas de gerúndio, que expressavam conteúdo consecutivo: <i>exemplos (7), (8) e (9)</i>.
ENCAIXAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação intermediária 1 (Cláusulas correlatas) Estendendo o conceito de Hopper & Traugott (1993) do que sejam as estruturas de encaixamento, têm-se não apenas cláusulas integradas estruturalmente em outra, mas também <u>cláusulas que apresentam termos interdependentes estruturalmente</u>: <i>exemplos (10) e (11)</i>.

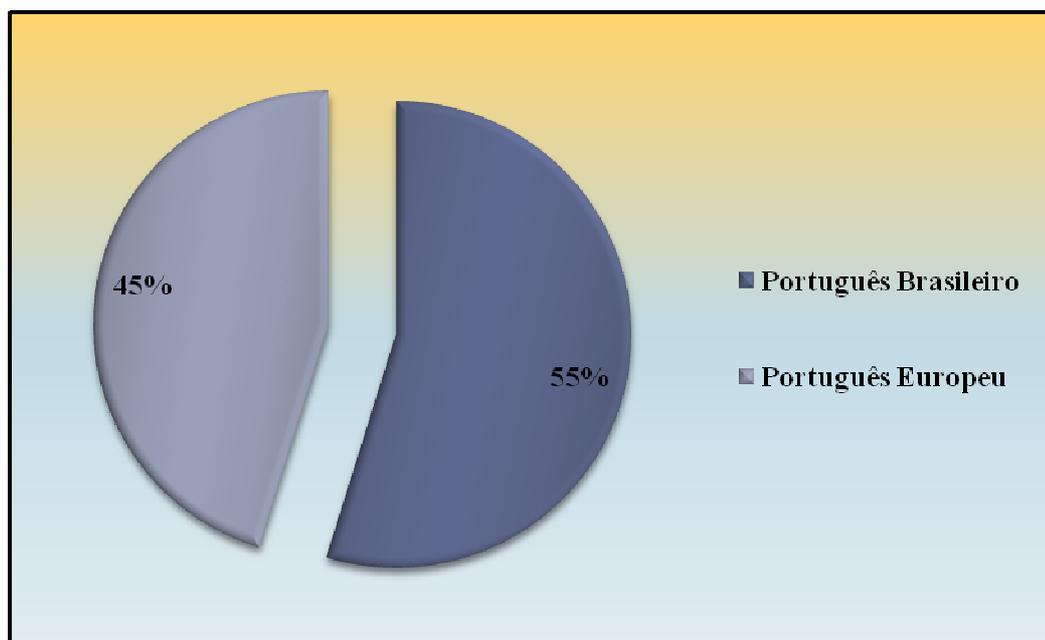
Do ponto de vista defendido por Hopper & Traugott (1993), essa diversidade formal de cláusulas que expressam um mesmo conteúdo semântico não é aleatória, uma vez que cada processo de combinação – parataxe, hipotaxe e encaixamento – corresponde a um grau diferente de gramaticalização. Outro ponto a ser destacado é que não constitui problema o fato de nem todas as relações semânticas disporem de codificações sintáticas correspondentes a cada ponto do *continuum*. Braga (2001) explica que o processo de gramaticalização pode ser interrompido a meio do caminho, antes que as formas alcancem os estágios mais avançados.

6.1 Quantificação geral dos dados

No total, foram encontradas 242 ocorrências de cláusulas consecutivas, sendo 115 da modalidade oral e 127 da modalidade escrita. Ao se comparar a quantidade de textos analisados em cada modalidade e o número de casos encontrados, percebe-se que o número daquelas foi muito maior do que o destas. Foram encontradas 115 ocorrências em 107 textos da modalidade escrita, enquanto apenas 127 ocorrências foram detectadas em 568 textos da modalidade escrita.

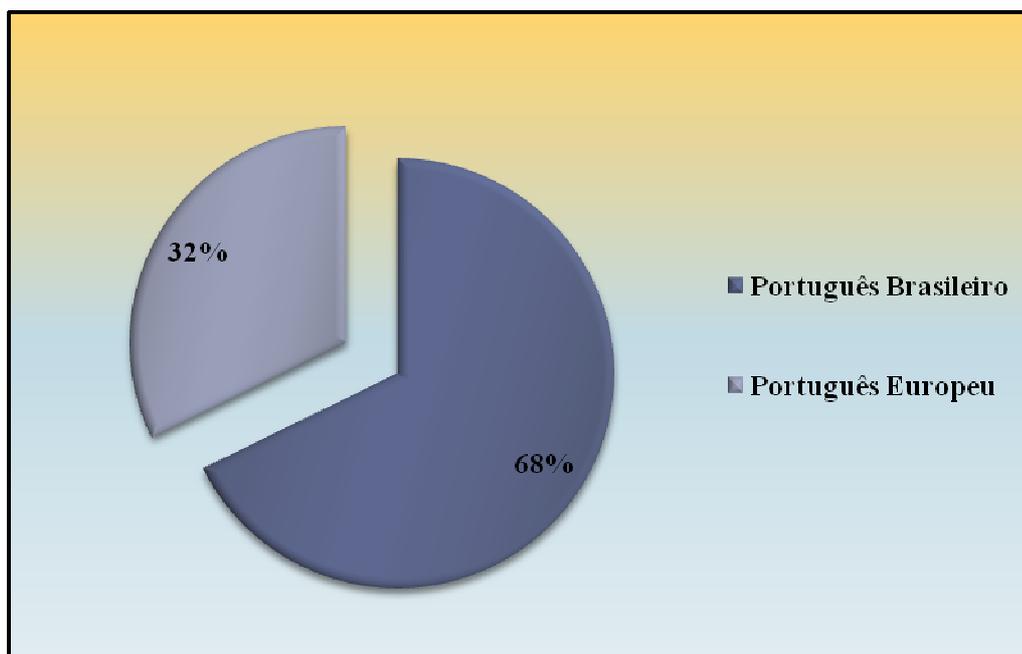
Os casos encontrados na modalidade oral mostraram-se equilibrados em relação às variedades do português, como mostra a figura a seguir.

Gráfico 1: Distribuição dos textos orais quanto à variedade do português



A diferença de 10% entre as duas variedades pode ser atribuída ao fato de o número de textos do PB ter sido um pouco maior do que os do PE, 63 e 52, respectivamente. Já na modalidade escrita, foram bem menores os números de casos encontrados na variedade europeia, como se pode observar a seguir.

Gráfico 2: Distribuição dos textos escritos quanto à variedade do português



Poder-se-ia argumentar que tal fato se deve ao menor número de textos analisados na variedade europeia – 262 – em relação a 285 textos da variedade brasileira. Tal argumento, no entanto, não se aplicaria, por exemplo, ao se comparar os números de textos pertencentes a anúncios e editoriais das duas variedades, com o número de ocorrências encontrado. Destacaram-se, por exemplo, 26 ocorrências de cláusulas consecutivas em 160 anúncios brasileiros e apenas 17 ocorrências em 184 anúncios portugueses – ou seja – apesar de o número de anúncios de Portugal ter sido superior aos do Brasil (24 a mais), o número de ocorrências foi bem aquém, comparando-se com o do Brasil. O mesmo ocorre com os editoriais:

Tabela 5: Total de ocorrência encontradas em cada gênero textual em relação ao número de textos analisados

	<i>Gêneros textuais</i>	<i>Textos analisados</i>	<i>Total de ocorrências</i>
Brasil	Anúncios	160	26
	Editoriais	23	26
	Notícias	112	34
Portugal	Anúncios	184	17
	Editoriais	28	14
	Notícias	61	10

Pode-se perceber que apenas o gênero notícia apresentou percentagem menor no português europeu, por, realmente, haver uma quantidade menor desses textos do que no português brasileiro, diferentemente do que ocorreu com os anúncios e editoriais. Como se vê na tabela 5, os textos brasileiros utilizam mais cláusulas consecutivas.

Quanto ao grau de dependência e encaixamento das cláusulas consecutivas, o resultado demonstra um uso pouco produtivo das cláusulas correlatas consecutivas, o que leva a crer que essas construções estão em desuso na língua. Verificou-se uma ocorrência muito maior das estruturas paratáticas na modalidade oral; e de estruturas hipotáticas, na modalidade escrita. Pode-se dizer que isso ocorre pelo fato de a modalidade oral se pautar na simplificação das estruturas da língua. De outro lado, na modalidade escrita, em que o padrão é o mais esperado, a hipotaxe tende a predominar, principalmente as reduzidas (não-finitas). Trata-se da elaboração do pensamento e tais estruturas cumprem essa importante função discursiva (cf. item 4.2.1).

Apresenta-se, a seguir, a distribuição desses três processos combinatórios, tanto nos textos orais, quanto nos textos escritos.

Gráfico 3: Distribuição dos processos de combinação de cláusulas nos textos orais

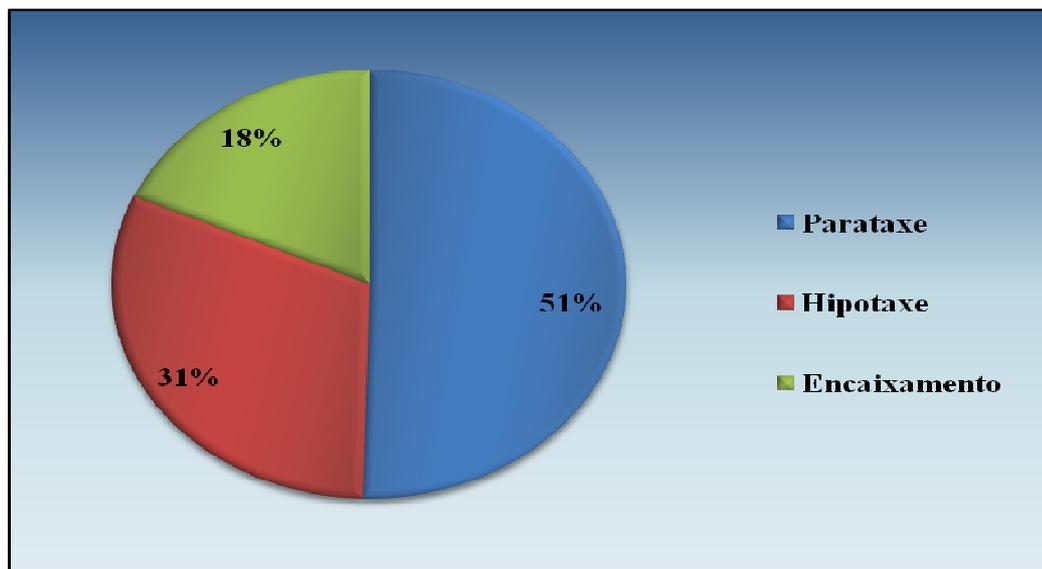
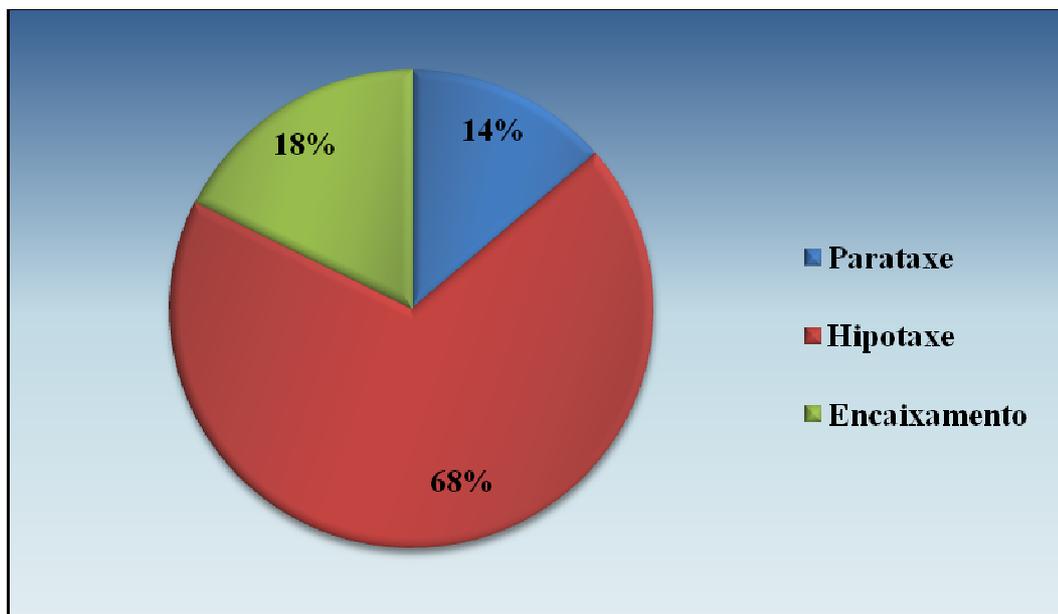


Gráfico 4: Distribuição dos processos de combinação de cláusulas nos textos escritos



Acredita-se que esse alto número de cláusulas paratáticas e hipotáticas deve-se ao fato de a análise ter se pautado em uma abordagem funcional-discursiva. Abordagem esta em que se analisam as proposições que se estabelecem na combinação de cláusulas, atentando-se para

o contexto discursivo de produção linguística, rejeitando, portanto, o que se faz nas gramáticas – classificação de uma cláusula adverbial a partir da conjunção que a inicia.

Faz-se, a partir desse momento, a reapresentação dos resultados, especificando-se o comportamento de cada uma das estruturas propostas no quadro 9.

Combinação por Parataxe

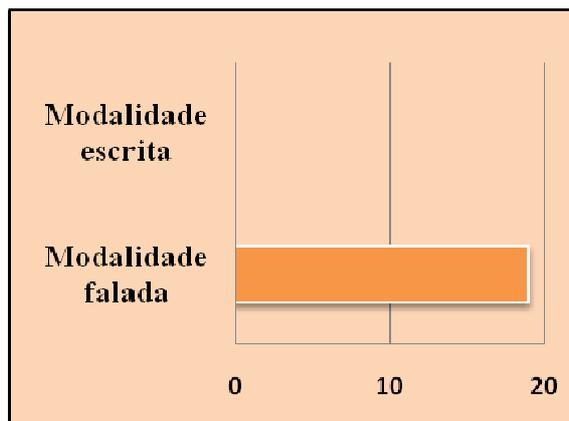
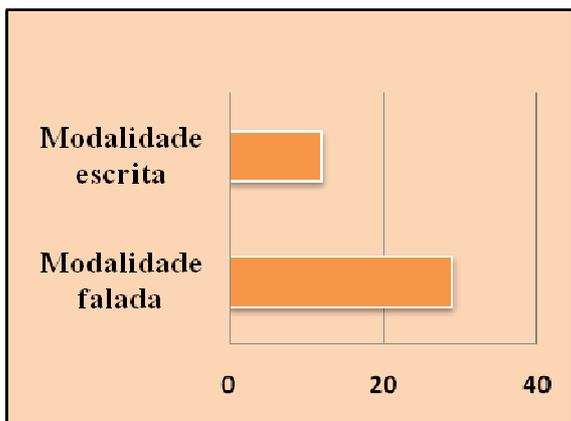
De um total de 72 cláusulas paratáticas, apenas 12 foram estruturadas por justaposição e 60 ocorrências foram estruturadas por conectivos coordenativos, portanto, consideradas exemplares de estruturação coordenada. Quanto à variedade do português, verificou-se que a combinação paratática se mostrou mais recorrente no português do Brasil.

Tabela 6: Estruturas Paratáticas x Variedades do Português

	Estruturação justaposta	Estruturação coordenada	Total
BRASIL	10 (14%)	41 (57%)	51
PORTUGAL	2 (2%)	19 (27%)	21
Total	12 (16%)	60 (84%)	72

Com base nos resultados da tabela 6, observa-se que as estruturas paratáticas tiveram uma recorrência de usos bem pequena. No português europeu, elas se mostraram quase insignificantes. Já as estruturas coordenadas se mostraram mais produtivas, principalmente no português brasileiro. Levando-se em conta a modalidade linguística, percebe-se que essas estruturas foram mais utilizadas na língua oral:

Gráfico 5: Estruturação coordenada no PB **Gráfico 6: Estruturação coordenada no PE**



De acordo com a análise dos gráficos 5 e 6, é possível notar, inclusive, que não foi registrada nenhuma ocorrência na modalidade escrita do português europeu.

Combinação por Hipotaxe

As estruturas que compõem o processo de combinação de orações por hipotaxe somam um total de 125 ocorrências, distribuídos em dois tipos – finitas e não-finitas –, sendo estas mais recorrentes no português do Brasil.

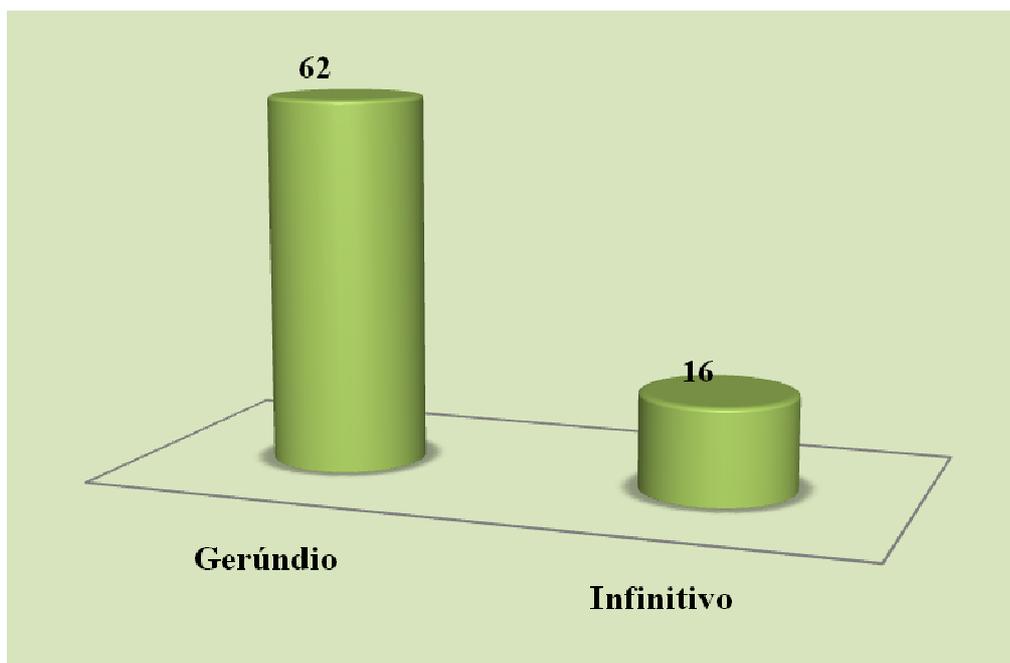
Tabela 7: Estruturas Hipotáticas x Variedade do Português

	Finitas	Não-finitas	Total
BRASIL	13 (10,4%)	54(43,2%)	67
PORTUGAL	34 (27,2%)	24 (19,2%)	58
Total	47(37,6%)	78 (62,4%)	125

O alto número de estruturas hipotáticas – em especial as cláusulas não-finitas – deve-se ao fato de se considerarem, na análise, cláusulas reduzidas de gerúndio que estabelecessem

circunstância consecutiva, que, como já exposto, não são consideradas pela tradição gramatical, a exceção de Bechara (2003). O gráfico a seguir evidencia tal fato.

Gráfico 7: Forma nominal do verbo das cláusulas não-finitas



Observa-se que o número de cláusulas de gerúndio ultrapassa em mais de quatro vezes o número de cláusulas infinitivas. Tal fato demonstra que, ao se pautar em uma análise tradicional, cuja classificação se dá muito mais na observação do conector utilizado do que nas relações que emergem no momento da interação, deixa-se de se considerar ocorrências muito produtivas no estabelecimento da relação consecutiva. Ratifica-se, portanto, a importância de se analisar as relações hipotáticas considerando-se o contexto discursivo. Vale mencionar que das 62 ocorrências de redução de gerúndio, 44 delas, ou seja, quase 70%, foram encontradas na variedade brasileira, predominantemente nos textos escritos.

Combinação por Encaixamento

O número de estruturas correlatas consideradas dentro de um *continuum* de gramaticalização como estruturas encaixadas contabilizam um total de 45 recorrências.

Tabela 8: Estruturas de Encaixamento x Variedade do Português e Modalidade

Linguística

	ESCRITO	ORAL	Total
BRASIL	18 (40%)	13 (28,8%)	31
PORTUGAL	6 (13,4%)	8 (17,8%)	14
Total	24 (53,4%)	21(46,6%)	45

Como se pode constatar, o número de estruturas encaixadas mostra-se bastante baixo em relação aos textos pesquisados. Pode-se afirmar que esse baixo número de ocorrências deve-se ao fato de o falante, ao expressar a relação causa/consequência, opta por utilizar as cláusulas causais. Isto pode ser constatado por Fadul (2007), que ao analisar as relações adverbiais em 40 redações escolares, encontrou, de um total de 132 ocorrências, apenas 07 relações consecutivas, ao passo que as causais totalizaram 38 casos.

6.2 Conexão das cláusulas consecutivas

Os conectivos, como já se discutiu, não são fundamentais para o estabelecimento de relações de sentido entre as cláusulas. A explicação para o fato prende-se à capacidade que o falante de uma língua tem de reconhecer que uma mesma relação pode ser desencadeada sob

mais de uma forma diferenciada (cf. item 4.4). Assim, as relações de significação podem ser estabelecidas entre duas cláusulas por outros meios que não o emprego de conectores e, de acordo com Halliday & Hasan (*apud*, Lima-Hernandes, 1998), essas relações conjuntivas não são lógicas, mas sim textuais. Dessa forma, quando se ouvem dois blocos informacionais, tende-se a interpretá-los como um todo.

Concorda-se aqui com a idéia de não ser a conjunção um elemento imprescindível para o estabelecimento da combinação de cláusulas em uma sentença complexa, ou seja, a relação sintática entre as cláusulas pode ser estabelecida mesmo em cláusulas justapostas. Por outro lado, a escolha do tipo do conectivo para expressar um tipo de relação pode ser determinante na gramaticalização da noção que carrega. O conector ‘e’, em uma construção complexa em que mais de uma relação semântica aflora, ratifica essa afirmação:

(12) *foi coberto a água entrou com as cheias **e não houve como escoar.***
(Op-B-90-2m-008)

(12’) *foi coberto a água entrou com as cheias, **de modo que não houve como escoar.***

Nesse sentido, uma conjunção, tradicionalmente aditiva, desencadeia a relação de consequência e permite considerar um novo uso para uma velha conjunção. Esse fenômeno não pode ser desprezado nos estudos funcionalistas, uma vez que pode envolver explicações de mudança histórica, tais como explicações fundamentadas na gramaticalização.

Já que a mudança linguística se concretiza de forma lenta e gradual, em um estudo sincrônico, como é o caso deste, é possível observar as variações de uso que podem ou não

desencadear mudanças linguísticas. Em outras palavras, em sincronia, podemos identificar *layerings*¹⁹, camadas de usos que convivem, mas com idades diferentes.

Para identificar essas camadas ou graus de gramaticalização, a observação das conjunções é essencial como índice de uma gramática que está sempre em construção, sempre se renovando.

Considerando o fato de que a gramaticalização também é um processo evolutivo pelo qual itens gramaticais surgem, a observação do elemento articulador das cláusulas não pode ser desprezada. A forma desse elo pode facilitar a identificação das novas camadas que continuamente surgem e passam a ‘funcionar’ ao lado de camadas mais antigas.

Nesta pesquisa, procedeu-se ao agrupamento dos elementos conectivos, segundo características estruturais partilhadas. Assim, sintetizaram-se os usos encontrados em seis subconjuntos: conjunções correlatas, conjunções “*que*”, locuções conjuntivas, preposições e locuções prepositivas, conectivos não prototípicos e ausência do conectivo.

(a) Conjunções Correlatas

Foram reunidas no conjunto das conjunções correlatas aquelas conjunções que vem aos pares, como *tão... que*, *tanto... que*, *tal...que* etc.

(13) *a valorização dos terrenos é em **tal** proporção **que** o dinheiro empregado por V. S. na compra de um lote deve duplicar em dois anos.* (E-B-92-Ja-001)

(14) *Kolinos é econômico (...). É **tão** concentrado **que** um centímetro sobre a escova seca é suficiente.* (E-B-92-Ja-034)

¹⁹ Segundo Hopper & Traugott (1993:124), *layering* é o resultado sincrônico de gramaticalização sucessiva de formas as quais contribuem para um mesmo domínio. Equivale, portanto, à coexistência de camadas.

(b) Locuções Conjuntivas

Agruparam-se, no conjunto das locuções conjuntivas, as expressões formadas por um item adverbial seguido da conjunção *que* (*de forma que, de modo que* etc).

- (15) (...) *tenho estado bastante mais vezes na Inglaterra, **de maneira que, eu em Inglaterra, digamos, d[...], desembrulho-me mais facilmente do que noutro país qualquer.*** (Oc-P-70-1m-001)

(c) Preposições / Locução prepositiva

Como se viu no capítulo 3, a preposição *para* é um conector também utilizado em cláusulas consecutivas e não apenas em cláusulas finais, como costuma se pensar, por isso, foi incluída nesse grupo. Além dessa preposição, têm-se nesse grupo as locuções prepositivas *a ponto de* e *sem que*.

- (16) (...). Na melhor das hypotheses, pois: *as propostas de fazenda não são suficientes **para produzir o equilíbrio orçamental.*** (E-P-91-Je-003)

- (17) (...) *primeiro vêem todos o, todo o desenho pormenor, **a ponto de, de, de não lhes passr a mais pequenina coisa.*** (Oc-P-70-1f-003)

- (18) *Não se póde fallar em eleição **sem que esta palavra suscite a idéa de fraude ou violência.*** (E-B-91-Jn-006)

(d) Conectivos não-prototípicos

Os itens *e, então, aí* – conjunção aditiva, conjunção conclusiva e advérbio de lugar, respectivamente – se mostraram, na presente pesquisa, instrumentos utilizados para ligar cláusulas com noção de consequência.

- (19) (...) *A matéria era extremamente difícil e suscitou profundas divergências de opinião entre os diferentes órgãos técnicos que sobre ela opinaram.* (E-B-92-Jn-030)
- (20) (...) *eles pegavam antes da desova então o IBAMA se entrevistou nesse caso esse ano é onde temos mais frequência de curimatã.* (Op-B-90-3m-007)
- (21) (...) *aquele negócio andou mesmo igual uma pessoa andando em volta da tolda aí eu fiquei até com medo fiquei com um bocado de medo.* (Op-B-90-2m-007)

(e) Ausência de Conectivos

Este é o fato que se verifica em sequências de cláusulas sem nenhum item conector que as ligue. Nesse sentido, incluíram-se, nesse grupo, tanto as cláusulas justapostas (exemplo 22), quanto as cláusulas reduzidas de gerúndio (exemplo 23). É importante esclarecer que, embora recebam o mesmo rótulo quanto à ausência do elemento conector, terão um tratamento diferenciado no conjunto das cláusulas: as justapostas encontram-se no grupo das cláusulas paratáticas, e as reduzidas, por sua vez, compõem o grupo das orações não-finitas hipotáticas.

Esse agrupamento proposto contraria a visão de Matthiessen & Thompson (1988), já que esses autores afirmam ser o conector, ao lado da natureza finita, as marcas gramaticais de cláusulas satélites, uma vez que, dentre os casos encontrados, tem-se algumas cláusulas-satélite com verbos nas formas não-finitas e sem conectivos explícitos.

A inclusão de cláusulas não-finitas no conjunto das hipotáticas também contraria a concepção de cláusulas reduzidas apresentadas por Hopper & Traugott (1993). Esses autores apresentam todas as reduzidas como encaixadas, tendo em vista o grau de integração dessas cláusulas com a outra com que se combinam.

- (22) (...) *há muita quantidade (de camarão) até nós estamos pedindo até pedindo pra pra a represa não sair aqui onde está permitida porque vai acabar vai inundar tudo.* (Op-B-90-3m-007)
- (23) (...) *eu após a operação engordei terrivelmente... tendo agora que diminuir o peso e é tudo light.* (Oc-B-9C-2f-001)

O resultado dos cálculos de frequência de uso dos subconjuntos dos elementos conectivos, distribuídos de acordo o tipo de combinação de cláusula, é apresentado na tabela a seguir.

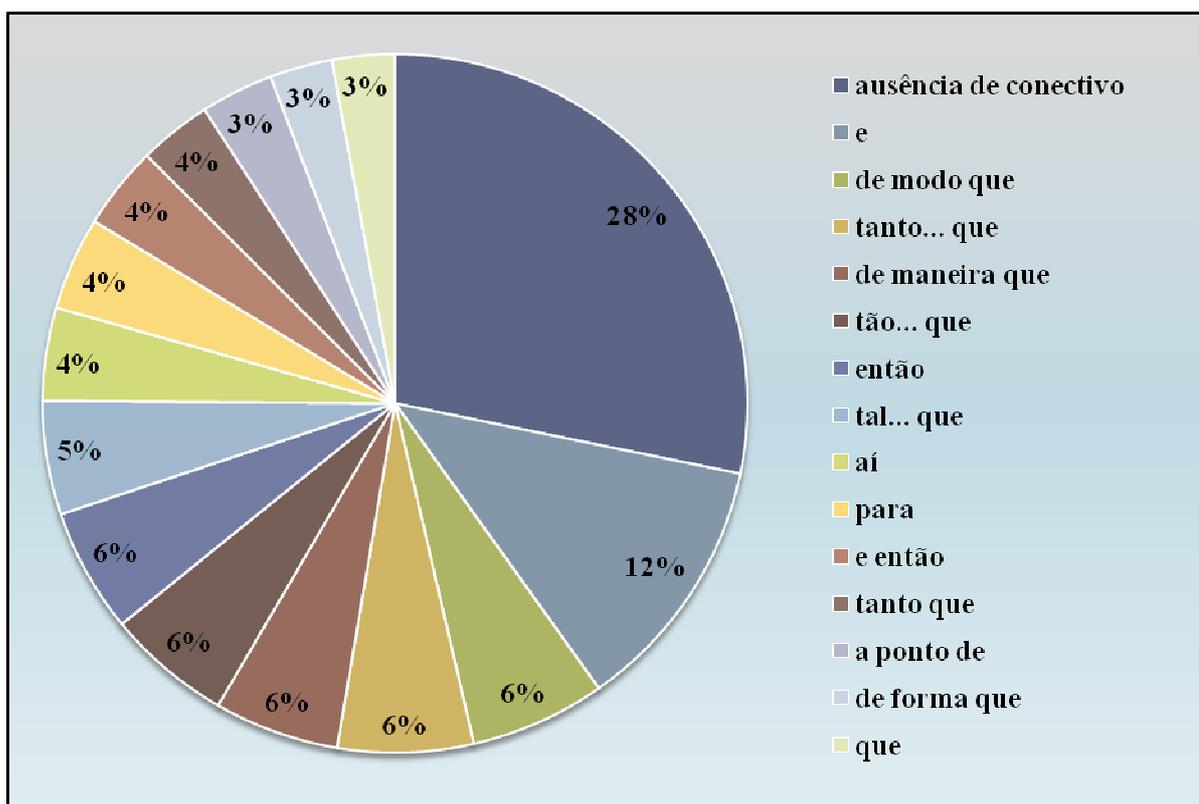
Tabela9: Tipo de conectivo e processos de combinação de cláusulas

	PARATAXE	HIPOTAXE	ENCAIXAMENTO
Conjunções correlatas	***	***	45 (18,5%)
Locuções conjuntivas	***	32 (13,5%)	***
Preposições/ Loc. prepositivas	***	18 (7,5%)	***
Conec. não-prototípicos	64 (26,5%)	***	***
Ausência de conectivo	13 (5,5%)	62 (26%)	***
Conjunção “que”	***	6 (2,5%)	***
TOTAL	77 (32%)	118 (49,5%)	45 (18,5%)

Por meio do exame da tabela 9, nota-se que o grupo dos conectivos não-prototípicos foi o que se mostrou mais produtivo. Outro fato interessante é a alta recorrência de cláusulas hipotáticas sem a presença de conectivo. Como se verá mais adiante, tal recorrência se dá pelo alto número de cláusulas reduzidas de gerúndio encontrado.

No gráfico a seguir, a percentagem de uso dos conectores encontrados em todos os textos pesquisados pode ser melhor visualizada.

Gráfico 8: Total de itens conjuncionais encontrados²⁰



Tendo uma visão geral dos elementos responsáveis por estabelecer a noção consecutiva nos processos de combinação de cláusulas, passa-se a estudar cada um desses elementos dentro do processo em que se encontram distribuídos.

²⁰ Na confecção deste gráfico, não foram considerados os casos inferiores a 05 (cinco) ocorrências por item, como ocorre com “sem que”, “tamanho... que”, “e por isso”, “e daí” e “portanto”.

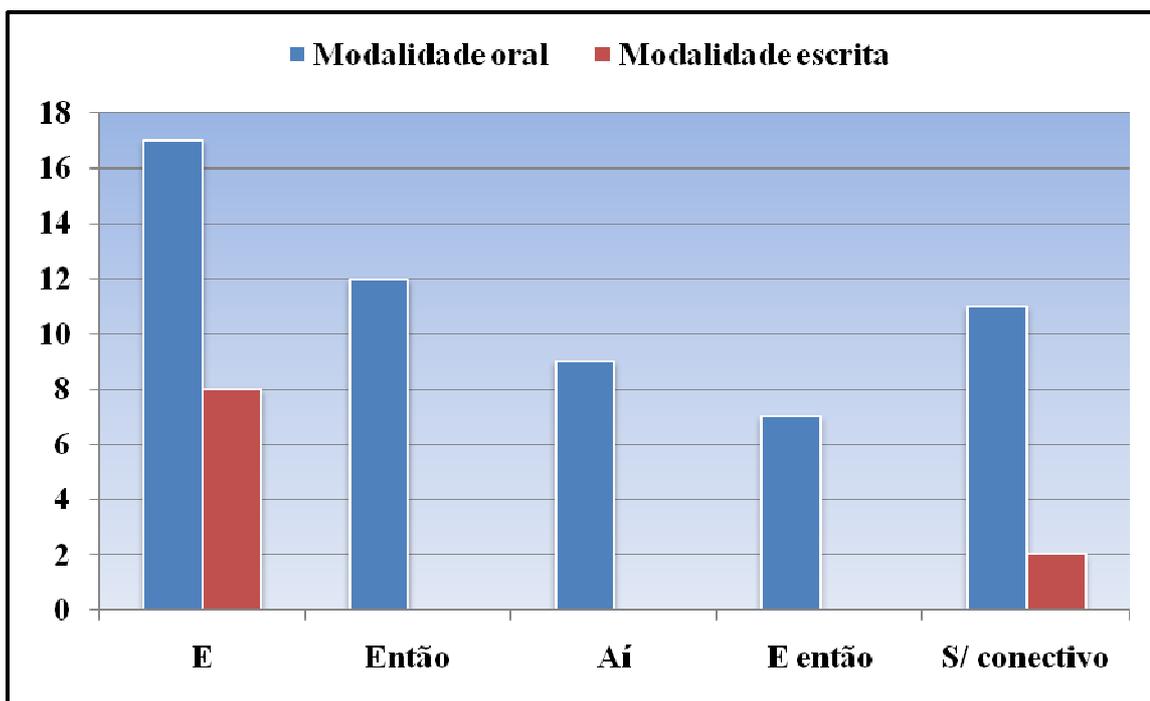
É importante esclarecer que, uma vez que se trabalha com duas modalidades distintas da língua, procura-se traçar, sempre que possível, correspondências com o tipo de estrutura e o tipo de conectivo utilizado.

6.2.1 Conectores na parataxe

Com base na abordagem adotada nessa pesquisa, foi possível encontrar, além daqueles itens conjuncionais característicos das cláusulas em estudo, outros elementos responsáveis por unir a causa à sua consequência que se encontram tradicionalmente no âmbito da coordenação. Destacam-se, nesse caso, os elementos *e*, *então* e *aí*.

A seguir, apresenta-se a distribuição dos itens conjuncionais das cláusulas paratáticas, encontrados nas duas modalidades da língua, assim como a distribuição das ocorrências que não apresentaram conexão explícita.

Gráfico 9: Conexão das cláusulas paratáticas



Como se pode depreender pela leitura do gráfico 9, a língua escrita não se mostrou muito inovadora em relação ao uso de conectivos não prototípicos para se estabelecer a relação em estudo. Os elementos conjuntivos “aí”, “então” e “e então”, por exemplo, só foram encontrados nas entrevistas orais. Já o “e” se mostrou presente em ambas as modalidades. A seguir, se comentam e se exemplificam os usos de cada um desses conectores.

Sabe-se que o “e” é conjunção aditiva, portanto, responsável por adicionar uma informação à outra. No entanto, esta conjunção pode assumir valores não aditivos, como afirma Kury (2002). Segundo este autor, ela adquire valores diversos, inclusive subordinativos, e os dois mais comuns são o valor adversativo e o valor consecutivo.

Barreto (1999), como já se mencionou (cf. item 4.4), verificou que houve um remanejamento significativo no quadro das conjunções latinas, já que algumas desapareceram, outras passaram a expressar diferentes relações e outras ainda tornaram-se

polissêmicas. No que se refere à conjunção ‘e’, a polissemia é verificada ainda no português atual, como mostram os exemplos a seguir:

(23) *eu chego a ter aqui três e quatro pessoas, em fila, no gabinete, porque entrou uma, e depois, eh, eh, estou a atender o telefone, bom, e depois entretanto entrou outra e eu não tenho coragem de dizer: "pst, faz favor de sair. eh, é só um bocadinho." e depois estou a continuar a atender o telefone. Bom, depois começo o, o coiso, chegam a estar três pessoas a espera e é assim é assim, e, **e não se consegue trabalhar.** (Oc-P-70-1m-002)*

(24) *...quando eu comecei a aprender gastar dinheiro, comecei a aproveitar a vida gastando dinheiro. Ora, aí com as horas extras eu ganhava mais dinheiro, eu coloquei em segundo plano o estudo **e acabei abandonando o curso pré-vestibular e o sonho do direito foi-se por água abaixo.** (Oc-B-90-3m-002)*

Nos exemplos (23) e (24), o “e” mantém, claramente, uma relação de causa e consequência entre as cláusulas. Tanto que as seguintes paráfrases seriam possíveis: (23’) “*Não se consegue trabalhar **porque** chegam a estar três pessoas a espera*” e (24’) “**Como** coloquei em segundo plano o estudo, acabei abandonando o curso pré-vestibular e o sonho do direito foi-se por água abaixo”.

Penhavel (2006) diz que uma rápida análise de alguns minutos de interação verbal permite constatar que o conectivo *e* desempenha uma grande variedade de funções na organização do discurso e opera em diferentes domínios, componentes, níveis e camadas de representação linguística. De acordo com esse autor, esse funcionamento faz emergir a primeira e principal exigência na análise de “e”, que é a necessidade de olhar para o **discurso em toda a sua extensão.**

Nos exemplos apresentados, o “e” aparece claramente funcionando como uma conjunção consecutiva, pois, através dele, é introduzida a consequência para o fato mencionado anteriormente. No inquirido, referente ao exemplo (23), o informante argumenta

que, naquele país (Portugal), não existe respeito pelo trabalho dos outros, e que as pessoas não compreendem que, quando se está trabalhando, é necessário raciocínio. Ele reclama que as pessoas o interrompem o tempo todo, o que o leva a se dispersar e, conseqüentemente, não conseguir prosseguir na atividade que estava fazendo.

Em (24), o informante comenta sobre suas dificuldades em dar prosseguimento ao curso pré-vestibular. A primeira delas refere-se à preocupação por parte do curso em aprovar o máximo possível, sendo assim, procurava desestimular os que não teriam chances de ser aprovados, passando muitos exercícios para serem feitos em casa. A segunda, prossegue o informante, deve-se ao fato de que, como ele – até os dezoito anos, não era acostumado a gastar dinheiro, visto que o pai não tinha condições de lhe dar mesadas – quando começou a trabalhar e a ganhar dinheiro não soube administrar os estudos, por conta de gastos com diversão, lazer etc.

Penhavel (2006) propõe a descrição e a sistematização da multifuncionalidade de “e”, elencando as seguintes funções: *e* - marcador discursivo (articulação de unidades discursivas), *e* - coordenador (coordenador de orações) e, por último, *e* - coordenador (coordenador de termos). Dentre essas três funções, destaca-se aqui a segunda, uma vez que se aplica aos propósitos deste estudo. Como coordenador de orações, o item “e” pode coordenar (1) orações sem equivalência funcional, (2) orações simétricas e (3) orações assimétricas.

Em (1), tem-se a função pela qual o falante estabelece as condições discursivas necessárias para a enunciação conjunta, integrada de orações que apresentam forças ilocucionárias diferentes entre si ou diferentes graus de comprometimento com a verdade do conteúdo proposicional que expressam. Penhavel (2006: 649) explica que se trata de uma função de *e* intermediária entre um uso discursivo e um uso coordenativo mais estrutural, no nível da sentença, ou seja, é uma situação limítrofe entre *e*-*marcador discursivo* e *e*-

coordenador. Em (2), o “e” apresenta função prototipicamente coordenativa, estabelecendo uma relação semântica puramente aditiva entre as orações conectadas.

Quando coordena orações assimétricas, o item “e”, assim como nas orações simétricas, também apresenta função prototipicamente coordenativa. No entanto, o significado aditivo de “e” assume um valor neutro e abstrato o suficiente para conectar orações que mantêm entre si relações semânticas diversas, responsáveis pela assimetria da construção, como sequenciamento de tempo, causa, conclusão, explicação, adversidade, condição e finalidade etc.

Como visto anteriormente, no subitem referente a hipotaxe adverbial, é possível que da combinação de cláusulas possa emergir mais de uma inferência, ou seja, além das proposições explícitas, pode haver mais de uma proposição relacional. Tal fato pode ser observado no exemplo a seguir:

(25) *Conservae os vossos olhos pelo uso constante de LAVAOLHO e elles constituirão o ponto mais atraente de vosso semblante.* (E-B-91-Ja-038)

No exemplo (25), percebe-se que, da combinação das duas cláusulas, ligadas pela conjunção *e*, depreende-se, ao mesmo tempo, a noção de condição, tempo e finalidade. Tanto que se poderia reescrever esse exemplo das seguintes formas:

- Condição

(25') *Se conservar os vossos olhos pelo uso constante de LAVAOLHO, elles constituirão o ponto mais atraente de vosso semblante.*

- Tempo

(25') *Quando conservar os vossos olhos pelo uso constante de LAVAOLHO, elles constituirão o ponto mais atraente de vosso semblante.*

- Finalidade

(25') *Para que vossos olhos constituam o ponto mais atraente de vosso semblante, conserva os vossos olhos pelo uso constante de LAVAOLHO.*

Pode-se dizer ainda que o elemento *e*, no exemplo (25), desencadeia, também, uma leitura consecutiva:

Causa: *Uso constante de 'lavaolho'.*

Consequência: *Olhos mais atraentes.*

Além do 'e', verificou-se também a recorrência de 'então' introduzindo meramente uma consequência de um fato antes mencionado, ao contrário do que prevê, por exemplo, Kury (2002). O autor afirma que este elemento – para ele uma conjunção – introduz orações conclusivas. Vejam-se os exemplos a seguir:

(26) *Naquele tempo até podia, não tinha tanta facilidade porque o desenvolvimento aqui não era esse que hoje já tem, **então** éramos obrigados a procurar o táxi nos pontos* (Oc-B-70-3m-002)

(27) *O Ibama está apertando esse ano foi tomada umas cinco mil tarrafa na região lá em cima na Ilha dos Pombo **então** o peixe esse ano desovou tranquilo...*(Op-B-90-2m-004)

Nota-se, nos exemplos (26) e (27) que o conector *então* não desencadeia uma conclusão do falante, como se poderia vislumbrar em uma análise tradicional. Em ambos os exemplos, pode-se observar uma relação factual entre as cláusulas, ou seja, o conector *então* introduz fatos ocasionados pela causa exposta na primeira cláusula. Em (26), a procura pelos táxis ocorria devido ao fato de não haver a facilidade dos tempos atuais. Da mesma forma, em

(27), a desova do peixe se deu de forma tranquila porque o IBAMA apertou e tomou muitas tarrafas.

Parte-se, assim, da hipótese de que *então* articula não apenas cláusulas conclusivas, mas também, cláusulas consecutivas, pelo fato de ainda preservar o valor sequencial característico dos advérbios.

Em algumas gramáticas, *então* é estudado como uma conjunção coordenativa conclusiva, no entanto, Mateus *et alii* (2003), estabelecendo diferenças formais entre conjunções e conectores, concluem que nem todos os conectores apresentados em estruturas de coordenação são conjunções, sendo este o caso do articulador em análise.

As autoras afirmam que os conectores ocorrem tanto em domínios de coordenação como de subordinação, por terem um âmbito mais geral do que as conjunções. Tal afirmação também pode ser encontrada em Câmara Júnior (1976, *apud* Falco, 2005):

(...) alguns advérbios fixaram-se até, no estado atual da língua, como conjunções coordenativas; outros têm uma distribuição nítida como tais e como advérbios; outros, enfim, ficam a cavaleiro das duas funções.

Tratando especificamente das orações consecutivas, Mateus *et alii* (2003) apontam para a possibilidade de tais orações serem introduzidas por conectores conclusivos, todavia, não se aprofundam na questão.

Estudos de cunho funcionalistas como os de Martelotta (1996), por exemplo, já demonstraram que este articulador mantém, no português atual, valores temporais e sequenciais provenientes de sua característica anafórica e, também, valores que possuem uma função mais pragmático-discursiva. Em seu estudo, o autor demonstrou que *então* pode

funcionar como um elemento anafórico, sequencial, conclusivo, alternativo, intensificador, resumitivo e, ainda, introdutor de informações livres.

Em seu estudo, Falco (2005) detectou, para *então*, os seguintes valores sintático-semânticos: sequenciação, tempo, explicação/justificativa, conclusão e consequência. Interessam aqui estes dois últimos valores.

Pezzati (2001) aponta para o fato de que este elemento está sofrendo um processo de gramaticalização, ou seja, está passando de um advérbio para uma conjunção, por isso se apresenta ora desempenhando a função de um, ora, do outro. Segundo Rizzo (1996), neste último caso, este elemento se presta mais ao discurso e assume a função de um operador argumentativo.

Defende-se, portanto, que orações iniciadas por *então* podem expressar uma conclusão do falante, isto é, uma relação de inferências entre as proposições, em que a primeira é uma das premissas e a segunda a conclusão (relação subjetiva / argumentativa) ou, apenas, uma relação de causa/consequência (relação objetiva / factual), como se verifica nos seguintes exemplos encontrados no *corpus*:

a) *então* conclusivo

(28) ... lá... a diversão lá em Cambuquira era basicamente você reunir as pessoas... ir pra um lugar e lá você dá um jeito de fazer alguém virar palhaço pra você rir com os teus amigos né (...) e aqui no Rio não tem isso, aqui no Rio você tem que sair de casa, você tem que ir pra um shopping, você tem que ir pro cinema né... ***então às vezes eu prefiro lá*** . (Oc-B-9C-1f-002)

b) *então* consecutivo

(29) ... os navios já estavam encostando na areia ***então eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui***. (Op-B-90-3m-004)

No exemplo (28), pode-se verificar a exposição de argumentos por parte do falante, para embasar a sua conclusão. O falante conclui que prefere Cambuquira ao Rio de Janeiro pelo fato de que, nesta cidade, para se ter diversão, é necessário gastar dinheiro, saindo de casa para ir a um shopping ou ao cinema, diferentemente do que ocorre em Cambuquira.

Já no exemplo (29), não se pode, como em (28), depreender essa relação de argumento e conclusão; não há uma relação subjetiva, mas sim uma relação factual. O fato de terem botado um encanamento e jogado areia não consiste em uma conclusão feita pelo falante, mas sim em algo que se deu devido à causa exposta na cláusula precedente, ou seja, pelo fato de os navios já estarem encostando na areia.

Podem-se associar estas duas relações expressas por *então* com a teoria das metafunções proposta por Halliday (*apud* Neves, 2006). Este autor defende que as línguas são organizadas em torno de dois significados principais, que são o ideacional e o interpessoal. Aquele consiste na expressão da experiência do falante em relação ao mundo real e ao mundo interno da sua consciência; este, na interação entre a expressão e o desenvolvimento do falante e as expectativas do ouvinte.

Na primeira função, a ideacional, a coesão que flui naturalmente deve ser interpretada como significados – o que ocorre com o exemplo 19 – enquanto, na segunda, a coesão deve ser interpretada como uma relação entre os significados.

Apresentam-se, adiante, algumas características relevantes do *então* que ainda carrega uma noção temporal e, portanto, introduz uma consequência:

- **Admite focalização**

Ex: “... os navios já estavam encostando na areia foi então é que eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui.

- **Admite ser precedido pela conjunção aditiva ‘e’ e ser até substituído por ela**

Ex: “... os navios já estavam encostando na areia e **então** eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui.

- **Apresenta mobilidade no interior da sentença que inicia**

Ex: “... os navios já estavam encostando na areia eles, **então**, botaram um encanamento (...)”

- **Ao se inverter a ordem das orações e usar a conjunção ‘porque’, tem-se uma oração causal. Já com o *então* conclusivo tem-se uma oração explicativa**

Consecutiva \implies *Causal*:

“... os navios já estavam encostando na areia **então** eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui” \implies Eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui PORQUE os navios já estavam encostando na areia.

Conclusiva \implies *Explicativa*:

“... e aqui no Rio não tem isso, aqui no Rio você tem que sair de casa, você tem que ir pra um shopping, você tem que ir pro cinema né... **então** às vezes eu prefiro lá (Cambuquira)”. \implies Eu prefiro lá (Cambuquira), PORQUE aqui no Rio você tem que sair de casa, você tem que ir pra um shopping, você tem que ir pro cinema né.

Outra característica observada é que o *então* consecutivo vem, na maioria das ocorrências analisadas, acompanhado de verbos no pretérito, a saber, *éramos*, *desovou*, *botaram*, *jogaram*, encontrados nos exemplos (26), (27) e (29), respectivamente.

No *corpus*, também foi detectado que o elemento *aí*, além se comportar como um advérbio locativo, pode também adquirir funções mais textuais, exercendo o papel de conector de causa e consequência.

Braga (2003) afirma que os itens *aí* e *então* foram examinados, nas últimas décadas, por numerosos linguístas brasileiros. Ela ressalta que, embora os enfoques teóricos das investigações sejam diferentes, os pesquisadores concordam quanto ao caráter multifuncional desses elementos.

A autora aponta para o fato de que, da perspectiva da gramaticalização, essa multifuncionalidade é referida através do princípio da divergência, postulado por Hopper (1991). Esse autor diz que as formas lexicais que se gramaticalizam em clíticos ou afixos podem permanecer como elementos autônomos e, enquanto tal, sofrer as mudanças que atingem os itens da classe a que pertencem.

Braga (2003:160), visando depreender a trajetória de gramaticalização do item *aí*, a partir das propriedades formais que facultaram suas sucessivas recategorizações, distribuiu as ocorrências de *aí*, extraídas de amostras de fala, em dêitico, fórico, juntivo e discursivo. A autora explica que categorizou como usos juntivos as instâncias em que *aí* interliga duas orações, contexto em que, segundo ela, favorece a inferência de relações proposicionais diversas.

Os exemplos coletados e mostrados a seguir comprovam que uma das possíveis relações que se pode inferir do *aí* funcionando como juntivo é a relação consecutiva:

(30) (...) *cerca de uns vinte dias atrás... houve problema de água lá em casa... a água estava muito... com muito cloro... aí... eu passei mal... eu... minha sogra... meu filho...* (Oc-B-9C-2m-001)

(31) (...) *mais de um ano pra cá ele num... se afastou (também por causa disso) violência... assalto ah... o amigo dele... faleceu já coitado... teve um:/ a última vez que estiveram no Maracanã o carro dele foi roubado... nem sinal... quer dizer aí... meu pai tá meio... tá meio desiludido.* (Oc-B-9C-2m-002)

- (32) (...) *é houve uma mudança... mas... é...minhas coisas... corta eu não quero mais você fazendo isso... eu não vou ter trabalho... ai... fui obrigado a parar... mas eu tomava cafezinho com pão... leite... manteiga... antes de dormir...* (Oc-B-9C-2m-001)

Essa relação inferida se torna mais evidente com a possibilidade da paráfrase dos três exemplos anteriores: (30') "A água estava com **tanto** cloro **que** eu passei mal", (31') **Por** o carro dele ter sido roubado, meu pai ta meio desiludido" e (32') "**Como** houve uma mudança, fui obrigado a parar".

Destaca-se que o *ai*, como conector de causa e consequência, foi encontrado apenas na modalidade oral do Brasil, em 17% das ocorrências. Já no europeu, como se observa no gráfico 9, não foi encontrada nenhuma ocorrência com esta função.

Não se pode deixar de comentar, também, aquelas ocorrências desprovidas de quaisquer conectivos, mas que nem por isso se deixou de depreender a relação consecutiva. Ressalta-se que tais ocorrências foram encontradas apenas na modalidade oral do Brasil. Barreto (1999:169) já observara que o latim falado, assim como qualquer língua falada, dava preferência à formação de período simples e ao processo de justaposição das orações. Nestes casos, ficava "a cargo do contexto, interpretado pelo ouvinte, as relações existentes entre elas".

Decat (2001) que denomina proposições relacionais as inferências que emergem da articulação de cláusulas, afirma que, geralmente, essas relações não são explicitadas através de um conector. São relações hipotáticas implícitas, em que não é necessária a presença de um conector conjuntivo para se estabelecer relação entre as cláusulas (cf. item 4.4).

Embora Bechara (2003:507) apresente uma abordagem mais tradicional da língua, este autor novamente se assemelha à proposta daquela autora (cf. item 2.1), ao tratar de orações

justapostas de valor **contextual** adverbial (grifo nosso). O autor afirma que pode haver algumas interpretações para a justaposição no nível do texto, a saber:

- a) Concessivas: *Tivesse ele dito a verdade*, ainda assim não lhe perdoaríamos.
- b) Condicionais: *Não fora a escuridão*, veria o perigo.
- c) Temporais: Não lhe escrevia *fazia meses*.
- d) Finais: Cala-te, minha filha, *ninguém te ouça mais falar*.

No *corpus*, detectou-se que a justaposição também pode ser interpretada sob uma leitura consecutiva, como se observa a seguir:

- (33) (...) *e no hotel era bem quentinho ... tinha aquecimento... você entrava e você não sentia... **chegava até a sentir calor debaixo daquelas cobertas*** (Oc-B-9C-2f-002)
- (34) (...) *lá era meio entediante... porque você sempre fazendo a mesma coisa... sempre as mesmas pessoas... sempre a mesma coisa... sempre as mesmas pessoas... **ficava até meio entediante**... chega uma hora que não adianta você fazer graça com ninguém porque não tem mais...* (Oc-B-9C-1f-002)
- (35) (...) *agora tem importado no camelôs né... o pessoal que vai lá fora apanhar... e é apanhado às vezes também... e aí é um corre-corre **chega até ser engraçado**... não é?* (Oc-B-9R-4f-001)

Tanto o exemplo (33), quanto o exemplo (35) poderiam se parafraseados através do processo da correlação, respectivamente – “(...) no hotel, era **tão** quentinho **que** eu chegava a sentir calor” e “(...) é **tanto** corre-corre **que** chega a ser engraçado” – o que torna mais

evidente o conteúdo de causa e consequência. Já, no exemplo (34), pode-se notar que a construção do sentido consecutivo se dá pela repetição de sintagmas iniciados pelo advérbio *sempre*. Desta forma, não é possível a paráfrase.

Percebe-se, ainda, que o advérbio de intensidade *bem* e o acréscimo sufixo *-inho* ao adjetivo *quente* em (33), assim como a própria repetição da construção *corre-corre* em (35) tornam mais clara a relação consecutiva. Esses casos evidenciam que existem outras formas de se expressar o conteúdo de intensidade, além dos intensificadores *tão*, *tanto*, *tal* etc. Tal fato, também, será abordado mais adiante, conforme os demais exemplos forem sendo apresentados e comentados.

Outro fato interessante observado nos exemplos (33), (34) e (35) é a presença do item *até*, que também parece reforçar a noção da consequência. Rosário (2007) mostra que este item está passando por um processo de gramaticalização, por isso, ele pode apresentar usos espaciais, temporais e, ainda, usos nocionais, sendo este último o caso dos exemplos do *corpus*. O autor afirma que estes usos nocionais são os mais inovadores e representam usos mais gramaticalizados.

No exemplo apresentado a seguir, pode-se notar, inclusive, que a cláusula que carrega a noção consecutiva é iniciada pelo próprio item *até*:

(36) (...) *não, esta anedota é, é boa, é boa de [...], até, até te faz rir.* (Oc-P-70-2f- 004)

(36') (...) *não, esta anedota é, é **tão** boa **que** até te faz rir.*

A partir da análise destes exemplos, ratifica-se que o que deve ser levado em conta é o tipo de proposição relacional emergente da combinação das cláusulas e não simplesmente a

marca lexical desta relação, visto que há casos em que há a ausência de conector e que nem por isso deixa-se de reconhecer uma relação adverbial.

6.2.2 Conectores na hipotaxe

Como já mencionado, a maior parte das ocorrências de cláusulas hipotáticas é atribuída às cláusulas reduzidas de gerúndio.

Analisando as construções de gerúndio no português brasileiro, Braga & Coriolano (2007) defendem que estas podem se distribuir em três “constelações”, consoante a forma que constitua o núcleo de um predicado verbal. Desta forma, defendem que as construções de gerúndio podem ocorrer em orações independentes, hipotáticas ou encaixadas; funcionar como um elo conectivo, estabelecendo relações entre sintagmas/orações ou como um marcador discursivo que contribui para a organização das relações interpessoais ou para sinalizar as atitudes do falante.

As autoras comentam que as orações complexas integradas por uma oração com predicado verbal no gerúndio são de variados tipos, podendo expressar uma circunstância que, nos termos de Halliday (1994), realça a oração nuclear (circunstanciais), exprimir uma qualificação para um nome ou um evento (qualificadoras) e sinalizar que um evento se segue a outro (sequenciais). Elas distribuíram essas orações em três sub-grupos conforme admitissem paráfrases por orações adverbiais, adjetivas ou coordenadas.

Em relação às orações gerundiais circunstanciais, Braga & Coriolano (2007:181) dizem que há um consenso parcial no que diz respeito às acepções semânticas que estas podem sinalizar. Elas afirmam que Hengeveld (1997), fundamentado em abordagem

tipológica, lista tempo, causa, circunstância, concessão, etc. Já Haiman (1985), por sua vez, a partir de investigação de cunho tipológico, cita sequência temporal, consequência, modo ou aparência, contraste, concessão, condição, instrumento, testemunho ou exemplificação e simples conjunção (simple conjoining) para o japonês.

As autoras também citam trabalhos sobre o português do Brasil que, independentemente da orientação teórica, também salientam a grande variedade de significados que podem ser expressos no contexto das orações de gerúndio. A partir das obras analisadas, as autoras apresentam as diversas relações semânticas associadas às orações gerundiais, a saber, tempo, causa, concessão, condição, modo, meio ou instrumento, consequência, consequência e finalidade.

Braga & Coriolano (2007:182), no *corpus* por elas analisado, identificaram algumas relações semânticas que podem ser inferidas na presença de orações de gerúndio, como as de modo, tempo, condição, causa e concomitância. Elas ressaltam que a apreensão da inferência desencadeada pelas construções de gerúndio não é fácil devido a ambiguidade, a compatibilidade com duas ou mais acepções, a vagueza e indeterminação semântica que as caracteriza.

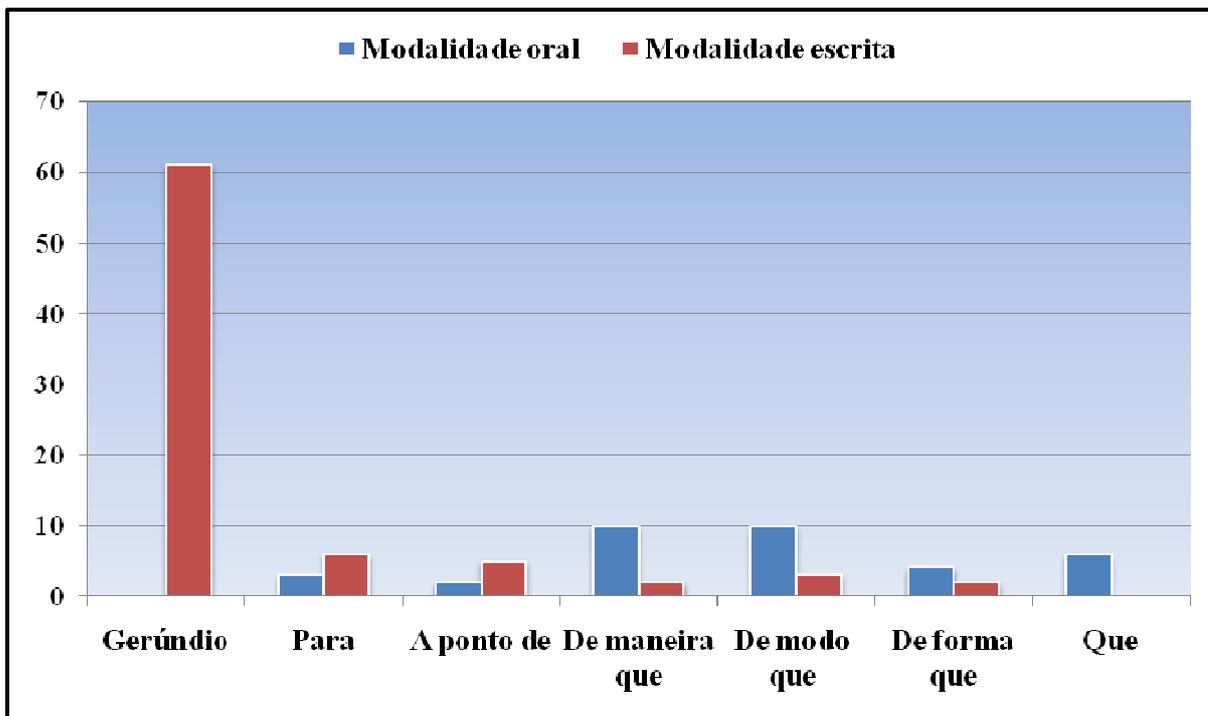
Ao abordar os diversos empregos do gerúndio, Said Ali (1971:359) diz que:

Dada a variedade de relações e circunstâncias expressáveis pelo gerúndio, sucede por vezes, fazer-se um encadeado de orações implícitas tôdas com o verbo sob a forma gerundial, mas de espécies diferentes, devendo cada qual ser interpretada segundo o pedir o sentido. (grifos nossos)

Feitas essas considerações acerca dos possíveis usos do gerúndio e a necessidade de se analisá-lo, levando-se em conta fatores co-textuais e pragmáticos, apresenta-se, a seguir, o

gráfico 10, que mostra, além, da forma nominal de gerúndio, as outras possibilidades de conexão das cláusulas paratáticas encontradas.

Gráfico 10: Conectores das cláusulas hipotáticas



Nota-se que a realização das cláusulas de gerúndio que indicam circunstância consecutiva ocorreu apenas na modalidade escrita. Já as outras possibilidades de conexão dessas cláusulas, apesar de um baixo número de ocorrências, foram encontradas tanto na língua escrita, quanto na língua oral.

Como já visto no capítulo 3 – os gramáticos tradicionais pesquisados, à exceção de Bechara (2003) – entendem que as cláusulas consecutivas podem reduzir-se através apenas da forma nominal de infinitivo. No entanto, ratificando a proposta dessa pesquisa, a análise feita levou em conta a língua em seu contexto de uso, desta forma, não se pôde deixar de depreender a relação causa-consequência estabelecida nos seguintes exemplos:

- (37) *Baseado em investigações modernas. Recomendado hoje por principais dentistas em todo o mundo. A bisnaga grande contém duas vezes mais que a pequena, **oferecendo assim uma grande economia ao comprador.*** (E-B-92-Ja-017)
- (38) *O BELCOM-RDIS Plus de tecnologia inteligente híbrido-celular tem um custo semelhante aos vulgares sistemas telefônicos, em virtude das nossas fábricas do Japão, EUA e Europa serem totalmente robotizadas, **obtendo-se assim baixos custos de produção.*** (E-P-95-Ja-041)

As cláusulas negritadas, nos exemplos (37) e (38), são as consequências evidentes da causa anterior. A economia oferecida ao comprador só se mostra possível devido à grande quantidade de pasta de dente que a bisnaga maior possui, assim como os baixos custos de produção do *BELCOM-RDIS Plus* só são viáveis por causa da robotização das fábricas do Japão, EUA e Europa.

Pode-se confirmar a relação depreendida através das seguintes paráfrases: (37') *Como a bisnaga grande contém duas vezes mais que a pequena, oferece uma grande economia ao comprador* e (38') *Obtêm-se baixos custos de produção **porque** nossas fábricas do Japão, EUA e Europa serem totalmente robotizadas.*

Um fator interessante que pode ser percebido nos exemplos (37) e (38) é a presença do advérbio *assim* seguido do verbo reduzido. Na verdade tal fato pôde ser observado na maioria das cláusulas reduzidas de gerúndio. A presença desse advérbio ajuda a reforçar a idéia consecutiva já depreendida pela combinação das cláusulas, podendo, inclusive, encabeçar uma cláusula consecutiva “desgarrada” (cf. Decat, 1999), como se comprova nas paráfrases a seguir:

(37') *Baseado em investigações modernas. Recomendado hoje por principais dentistas em todo o mundo. A bisnaga grande contém duas vezes mais que a pequena. **Assim, oferece uma grande economia ao comprador.***

(38') *O BELCOM-RDIS Plus de tecnologia inteligente híbrido-celular tem um custo semelhante aos vulgares sistemas telefônicos, em virtude das nossas fábricas do Japão, EUA e Europa serem totalmente robotizadas. **Assim, obtém-se baixos custos de produção.*** (E-P-95-Ja-041)

Apesar de os exemplos (37) e (38) terem sido retirados dos anúncios do Brasil e de Portugal, respectivamente, a redução de gerúndio consecutiva foi detectada nos três gêneros textuais da modalidade escrita. A seguir, apresentam-se um exemplo retirado de um editorial e outro, de uma notícia:

(39) *Ao final de um governo de sete meses – que já começava a dar resultados mais convincentes no setor atingido pelas reformas de caráter financeiro – eclode uma das mais sérias crises que já abalaram este País. A 25 de agosto, renuncia o Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, **causando, como era natural, perplexidade em todo o País.*** (E-B-93-Je-004)

(40) *Deu entrada na sala de observações do hospital de S. José o carregador José Ferreira, que próximo da sua residência, estrada da Circunvalação, 56, loja, foi agredido por um seu vizinho, **sofrendo fractura de cranio.*** (E-P-92-Jn-003)

O mesmo comentário feito nos exemplos (37) e (38) também se aplica a estes exemplos. Entende-se que a perplexidade em todo o país – relatada em (39), e a fratura de crânio sofrida por José Ferreira, noticiada em (40) – são as consequências da renúncia do presidente Jânio Quadros e da agressão do vizinho, respectivamente.

Têm-se, a seguir, uma tabela que mostra as ocorrências de cláusulas consecutivas reduzidas de gerúndio encontradas em cada gênero textual escrito analisado:

Tabela 10: Distribuição das cláusulas reduzidas de gerúndio por variedade do português e tipo de gênero

	Anúncio	Editorial	Notícia	Total
BRASIL	17 (27,87%)	9 (14,75)	17 (27,87%)	43 (70,49%)
PORTUGAL	11 (18,03%)	3 (4,92%)	4 (6,56%)	18 (29,51%)
Total	28 (45,90%)	12 (19,67%)	21 (34,43%)	61 (100%)

Apesar de as cláusulas reduzidas gerundiais terem sido contempladas nos três gêneros textuais estudados, foram nos anúncios, principalmente nos do Brasil, que elas se mostraram mais produtivas. Esse uso se mostrou produtivo também nas notícias brasileiras, o mesmo não ocorrendo nas notícias e nos editoriais portugueses.

Como visto no gráfico 7, a preposição *para*, a locução preposicional *a ponto de*, as locuções conjuncionais *de modo que* e *de maneira que* e a conjunção *que* apresentaram um pequeno número de ocorrências. No entanto, ainda que de forma sucinta, não se deixa de exemplificar e comentar seus usos, visto que o presente estudo pauta-se em uma análise, prioritariamente, qualitativa.

O quarto subconjunto de conectivos propostos (preposições e locuções prepositivas) teve um total de apenas 7%, sendo 4% os casos com a preposição *para* e 3% com a locução prepositiva *a ponto de*. Vejam-se, a seguir, os exemplos de cada caso, respectivamente:

- (41) #D – doutor, como é que tu encaras o problema da, da homossexualidade, ah, do ponto de vista psicanalítico?
 #I – ó diabo, isso é um problema muito, muito complexo ***para se dizer sob o ponto de vista psicanalítico***, mas o Freud realmente descobriu uma teoria que chamava bissexualidade. (Oc-P-70-2m-001)

(42) *Um belo dia, adoecendo, sua amasia deu-lhe um chá, que dizia ser folhas de laranjeira. Após essa beberagem, sentiu-se o pobre homem cada vez mais incomodado, a ponto de ter cólicas horríveis, havendo mesmo abundante hemorragia.* (E-B-91-Jn-004).

Nesses exemplos, é interessante notar que, apesar de se tratarem de cláusulas reduzidas, há na cláusula em que se tem a causa, elementos que intensificam o elemento posterior. Em (41), tem-se o advérbio de intensidade “muito”, tendo sido, inclusive, materializado duas vezes, o que intensifica ainda mais o adjetivo *complexo*; e em (42) tem-se a expressão “cada vez mais”, intensificando o adjetivo *incomodado*. Esses elementos, ao contribuírem na intensificação desses adjetivos, deixam mais evidente o estabelecimento da relação causa-consequência. Vale lembrar que esse fato também pôde ser observado nos exemplos (33) e (35), em que foram analisadas as ocorrências sem conectivos explícitos.

As locuções *de modo que*, *de maneira que* e *de forma que* se mostraram pouco produtivas. Como se observa no gráfico 8, o uso de cada uma dessas locuções não ultrapassou 6% do total de ocorrências. A modalidade escrita, como demonstra o gráfico 10, foi a que apresentou um número mais reduzido, apenas sete casos contra vinte e quatro na modalidade oral. Em se tratando de variedade do português, essas locuções foram um pouco mais recorrentes no português europeu, em que se detectaram vinte e duas realizações no total, contra nove no português brasileiro. Frisa-se que a locução *de forma que* foi detectada apenas naquela variedade. Vejam-se alguns exemplos:

(43) (...) *havia um remanescente de comércio... estrangeiro... importado... finíssimo requintadíssimo a preços de banana completamente de modo que... podia se comprar assim mara Vilhas por dez réis...* (Oc-B-70-1f-002)

(44) *(os donos de supermercados) não pagam contribuição segundo se consta de maneira que nós claro temos que estar sobrecarregados com essas coisas todas ainda com o agravante que temos que estar a fazer concorrência a fazer uma guerra não é?* (Op-P-70-1m-006)

(45) (...) *e claro ela adorou aquilo porque estava precisamente do desenho medidas e tudo e de forma que ela depois agarrou-se lá à dona da à mulher do do dono da ourivesaria e agarrou-se lá – a ela a dançar na sala e I love you I Love you quer dizer ficou maravilhada...* (Op-P-70-2m-002)

Como já mencionado no item 3.2, Álvarez (1995) comenta que tais locuções introduzem orações consecutivas coordenadas, uma vez que, segundo o autor, há uma independência sintática entre a primeira e a segunda oração. Esses três exemplos poderiam comprovar tal hipótese, uma vez que se pode ter os seguintes desdobramentos para estes casos:

- a) Havia um remanescente de comércio... estrangeiro... importado... finíssimo requintadíssimo a preços: de banana completamente e podia se comprar assim maravilhas por dez réis...
- b) Não pagam contribuição segundo se consta e nós claro temos que estar sobrecarregados com essas coisas todas...
- c) Ela adorou aquilo porque estava precisamente do desenho medidas e ela depois agarrou-se lá à dona da à mulher do do dono da ourivesaria e agarrou-se lá - a ela a dançar na sala...

Apesar da possibilidade de se coordenarem os exemplos (43), (44) e (45), o dado a seguir serve de um contra-argumento para a hipótese de Álvarez, uma vez que a independência sintática entre a primeira e a segunda cláusula não pode ser verificada:

(46) *Cientificamente, o Mundo caminhou de maneira que causa vertigens. Para traduzir bem este avanço, haveria que recorrer a fórmulas de progressão geométrica.* (E-P-93-Je-001)

Há, nesse exemplo, um caso, denominado por Ney (1956), de correlatas implícitas. No seguinte exemplo apresentado pelo autor, “*Ele releu as cartas, findo o que, telefonou furioso para mim*”, têm-se omitidos dois termos da correlação. Segundo Ney (1956:132), “por violenta braquiologia, vêm obliterados os dois termos da correlação”, sendo assim, faz-se necessário restabelecer a estrutura:

Primeira correlata: *Ele leu as cartas (de tal modo)*.

Segunda correlata: *(que) telefonou furioso para mim* (consecutiva).

Subordinada adverbial temporal: *findo o que*.

No exemplo (46), porém, apenas um termo está omitido, o intensificador “tal”. Ao se acatar a proposta de Ney (1956) e se restabelecer a estrutura, tem-se o seguinte desdobramento:

Primeira correlata: *O mundo caminhou de (tal) maneira*.

Segunda correlata: *que causa vertigens*.

Ney (1956), após a análise do exemplo apresentado anteriormente (“*Ele releu as cartas, findo o que, telefonou furioso para mim*”), questiona se esse tipo de oração cabe na classe das coordenadas ou das subordinadas. O próprio autor oferece a resposta, afirmando que a rigorosa interdependência que se nota no desdobramento de tais orações revela não

haver entre elas uma principal. Além disso, prossegue Ney (1956:1333), “se as orações interdependem, falta-lhes a autonomia característica da coordenação”.

Ainda com relação às locuções conjuntivas, pode-se dizer que os próximos exemplos, (47) e (48), ajudam a reforçar a necessidade de se empreender uma análise que considere não apenas o enunciado em que a cláusula adverbial esteja presente, mas uma porção maior do discurso:

- (47) #I - (...) e depois isso (colocar o trigo dentro de sacos de pano) foi proibido porque vieram as fábricas de panificação e depois proibiram esta coisa de fazer com o trigo ou tinham de tirar um alvará especial para isto ou então não podiam fazer trigo porque o trigo agora isto o trigo é em rama que até o pão é mais gostoso o trigo feio aqui é mais gostoso ain/ pode-se fazer aqui nestas pedras também
#D – sim
#I – o que fica é uma farinha escura escura mas o pão fica f/ saboroso
#D – deve ficar ótimo
(...) fica porreiro, fica muito bom – **de maneira que depois desistiram disto - acabou** (Op-P-70-3m-007)
- (48) (...) e com amigos fazem passeio vai aqui vai acolá vai a uma festa quer dizer não vai sozinha evidentemente... quer dizer antigamente isso diFICILmente acontecia quer dizer então não... ia sempre a mãe ia uma tia ia uma irmã mais VELHA né?... quer dizer agora isso:... de minha parte e da parte de minha mulher não... nós compreendemos perfeitamente quer dizer **de modo que... isso: essa... esse estado atual... de coisas eu acho até que:... há uma... é um pouco difícil de explicar...** (Op-P-70-3m-007)

Verifica-se, nesses exemplos, que as cláusulas negritadas não mantêm relação circunstancial apenas com a cláusula precedente, mas com toda a combinação das cláusulas que narram os eventos.

Em (47), caso se analisasse apenas a cláusula negritada juntamente com a cláusula adjacente anterior (*fica porreiro, fica muito bom – de maneira que depois desistiram disto – acabou*), tal dado seria descartado por não se conseguir estabelecer uma relação consecutiva,

objeto da presente pesquisa. No entanto, ao se retomar ao discurso precedente à realização de tal cláusula, é possível depreender tal relação. Entende-se que o informante, que trabalha em um moinho e compara a produção de pão de antes com a da atual, atribui a desistência de se embalar o trigo em sacos de pano à criação das fábricas de panificação (*vieram as fábricas de panificação e depois proibiram esta coisa de fazer com o trigo...*) e não ao fato de o pão ficar “porreiro”, “muito bom”, como se poderia considerar em uma análise superficial, que examina os enunciados de forma isolada.

Em (48), o informante, ao falar sobre como era o namoro de antigamente e como é atualmente, afirma achar difícil explicar o estado atual: “*de modo que... isso: essa... esse estado atual... de coisas eu acho até que:... há uma... é um pouco difícil de explicar...*”. Ao se atentar à porção maior do discurso produzido pelo informante, consegue-se depreender que a relação de causa-consequência não se dá apenas com a cláusula adjacente antecedente, mas, principalmente, com a cláusula em ele que afirma que as coisas eram bastante diferentes na época dele “*quer dizer antigamente isso diFICILmente acontecia quer dizer então não... ia sempre a mãe ia uma tia ia uma irmã mais VEIha né*”.

É importante comentar, ainda, que, na análise dos dados, foi possível detectar outras inferências estabelecidas pelas locuções conjuntivas que não as de consequência, mas sim de finalidade, conclusão e adversidade, como se observa a seguir:

FINALIDADE

(49) *Alviçaras dão-se a quem descobrir e indicar o paradeiro, de forma que se possa reaver, de uma egua tamanho regular, afilhada, vermelha, com a marca de fogo A B, em monograma, na anca direita...* (E-P-91-Ja-047)

Nesse exemplo, vê-se que a locução “*de forma que*” poderia facilmente ser substituída por “*para que*” ou “*a fim de*”, expressando, pois, uma relação de fim/propósito. No entanto, a leitura consecutiva também não é descartada. Bechara (2003) afirma que há vizinhanças de valores consecutivos com outros, como por exemplo, a idéia de finalidade. De acordo com esse autor, o que se apresenta na oração consecutiva como efeito ou resultado pode representar uma consequência intencional, de forma que se associa ao conteúdo consecutivo uma noção subsidiária de finalidade. Uma característica formal apontada por ele é que o verbo, nesses casos, se acha normalmente no subjuntivo, como ocorre em (49).

Segundo Bechara (2003:500), é através desses casos que “resultam certos cruzamentos consecutivo-finais na construção do enunciado”. Ele afirma que nem sempre esses cruzamentos são vistos com bons olhos pelos gramáticos pelo fato de tais ocorrências não estarem de acordo com a tradição do idioma.

CONCLUSÃO

(50) *Há mais de cem anos, um estudante de medicina, de Montpellier, Duché, escreveu uma these-obra de um entendimento algum((SIC)) tanto maniático((SIC))-sobre o aproveitamento dos balões na arte de curar. Passou-se isto não muito longe das primeiras experiencias dos irmãos Montgolfiers que se realizaram em 1783! Alguns anos depois, o medico de Nimes, Granier, publicou tambem uma memoria sobre as vantagens dos aerostatos no tratamento das affecções chronicas. **De modo que a cura pelo balão, e os possiveis beneficios medicos que a moderna aviação nos ha de trazer, contra o que seria para esperar, estão muito longe de constituir uma therapeutica arte nova. Tem até a fronte arrugada e as veneraveis cãs dos longos annos. (E-P-91-Je-001)***

No exemplo (50), não se pode dizer que a locução *de modo que* aparece introduzindo uma consequência, mas sim uma conclusão, uma vez que o autor deste editorial apresenta três argumentos, a saber, — (1) *uma obra escrita por um estudante de medicina sobre o*

aproveitamento dos balões na arte de curar há mais de cem anos; (2) primeiras experiências feitas pelos irmãos Montgolfiers em 1783 e (3) a publicação de uma memória sobre as vantagens dos aeróstatos no tratamento das afecções crônicas alguns anos depois – que culminam na conclusão de que a cura pelo balão, e os possíveis benefícios médicos que a moderna aviação trará estão muito longe de constituir uma terapêutica arte nova.

Tem-se, nesse caso, uma relação de inferências em que as cláusulas precedentes constituem argumentos e a cláusula introduzida por *de modo que* constitui a conclusão, ou seja, tem-se uma relação subjetiva / argumentativa.

Outro ponto a ser destacado no exemplo (50) é o fato de que a cláusula negritada se apresenta de forma independente das demais. Nos termos de Decat (1999), o que ocorreu foi um “desgarramento”, que se dá quando uma relação de dependência menor caminha para uma independência. A autora explica que a cláusula desgarrada constitui por si só uma “unidade de informação”, sendo justamente esse o motivo pelo qual o “desgarramento” de outra cláusula com a qual mantém alguma relação semântica foi possível.

ADVERSIDADE

(51) (...) *e não gosto de ver essas coisas lá e sangues nem gosto de ver isso de maneira que se não tiver ninguém que os vá socorrer na altura eu sou homem para parar e socorrer...* (Op-P-70-2m-006)

Em (51), observa-se claramente a relação de oposição estabelecida pela conjunção *de maneira que*. O informante, um motorista de caminhonete e táxi, ao ser perguntado se já sofreu acidentes e desastres, diz que, embora tenha vinte e oito anos de profissão, felizmente nunca sofreu nenhum. Quando o documentador pergunta se ele já presenciou algum, ele

afirma que já e que, **apesar de** não gostar de ver esse tipo de coisa, ele é capaz de parar e socorrer a pessoa acidentada, se não tiver ninguém que faça isso.

Os exemplos (49), (50) e (51) levam a refletir sobre o caráter híbrido destas locuções e a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as relações que tais locuções podem estabelecer.

Analisa-se, por fim, o uso da conjunção *que* como um dos possíveis conectivos da relação de que trata esse estudo. Barreto (1999: 223) explica que a conjunção *que* resulta de um esvaziamento da significação da forma neutra *quid* do pronome indefinido-interrogativo latino e de sua coalescência com uma outra forma neutra *quod*, reservada ao pronome relativo. Depois desse esvaziamento, houve ainda, de acordo com a autora, a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa *quam* e da conjunção *quod*.

De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional *que*, para os mais variados padrões frasais. Segundo Barreto (1999), o *que* ocorre no português arcaico e moderno como: conjunção coordenativa aditiva, conjunção subordinativa integrante, causal, comparativa, modal, concessiva, condicional, temporal e final, como segundo termo de correlações conjuncionais coordenativas (adversativas e alternativas) ou subordinativas (comparativas e consecutivas).

A autora supõe ser o *que* um elemento neutro, uma marca de subordinação que assumisse, no português arcaico, uma determinada carga semântica a depender do contexto, da pressão pragmático-discursiva, o mesmo ocorrendo no português falado contemporâneo (cf. Barreto, 1999:228).

Ratificando a hipótese de Barreto (1999), encontraram-se ocorrências da conjunção *que*, assumindo uma carga semântica consecutiva, apenas na modalidade oral, como é possível perceber a partir dos seguintes exemplos:

(52) (...) *pois havia um (comandante) que tinha um medo medonho, também, mas o Schultz tinha um me[...], era um bom comandante, mas tinha um medo **que se finava e então pregava muitas partidas ao comandante.*** (Oc-P-90-2f-007)

(53) (...) *eu tenho o trevo subterrâneo semeado próprio para ela (ervas) mesmo não é? Este ano até nem nem tem nenhum porque não choveu não adveio não não não deu nada e há muita erva **que o animal até passa e até nem nem nem nem nem nem nem nem (...)** olha para elas cheira e vai embora* (Oc-P-70-1m-007)

Em (52), a não utilização de um termo intensificador, como *tanto*, por exemplo, poderia levar a uma classificação equivocada dessa cláusula, chamando-a, assim, de adjetiva. No entanto, na fala, esse equívoco se desfaz, no próprio contexto de uso, em que se pode lançar mão de uma entonação mais acentuada do sintagma nominal *um medo*. Na escrita, recupera-se a identificação do intensificador, implícito em uma situação gerada pelo contexto, através da seguinte reescritura: “tinha **tanto** medo **que** se finava”.

No exemplo (53), a classificação da cláusula negritada como uma adjetiva já seria menos viável, uma vez que há a presença do advérbio de intensidade *muito* desempenhando função semelhante a um dos termos intensificadores dos pares correlatos.

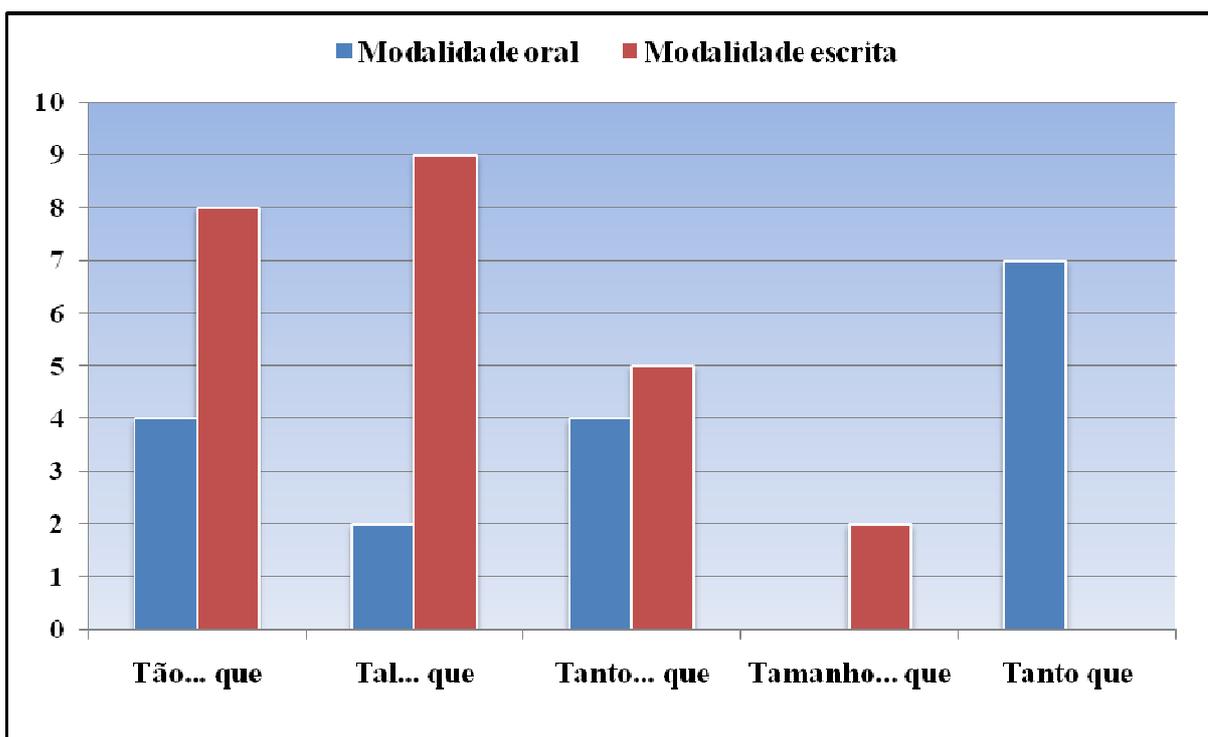
Como já se viu, até aqui, várias foram as possibilidades encontradas no *corpus de se* expressar o conteúdo semântico de intensidade. Dessa forma, foi possível depreender uma interpretação consecutiva dos dados em que essas possibilidades ocorreram. Além do uso explícito dos intensificadores prototípicos das cláusulas consecutivas, *tanto*, *tal*, *tão* e *tamanho*, pode-se acrescentar ao adjetivo os sufixos *-inho*, *-ão*, *-íssimo* etc., como visto nos exemplos (33) e (43), pode-se usar sintagmas adjetivais ou adverbiais com carga semântica de intensidade, como ocorreu, por exemplo em (15), (17), (19), (22), (23), (42) e (53), e se pode, ainda, lançar mão de repetições de termos ou de sintagmas, como em (23), (30), (34), (35), (36) e (41).

6.2.3 Conectores no encaixamento

As cláusulas correlatas *que*, como já mencionado, são consideradas as mais características das cláusulas consecutivas, apresentaram uma percentagem relativamente baixa. Somando todos os pares correlatos encontrados, tem-se apenas 21% do total de frequência, como se pôde observar no gráfico 8.

A seguir, apresenta-se um gráfico que demonstra a distribuição das cláusulas encaixadas nas modalidades escrita e oral.

Gráfico 11: Conectores das cláusulas de encaixamento



Pode-se notar que a modalidade escrita apresentou mais ocorrências de pares correlatos. O par mais recorrente dessa modalidade foi *tal... que*, e o mais recorrente da

modalidade falada foi *tanto que*, sendo que este par não foi encontrado na língua escrita, assim como o par *tamanho... que* não apresentou nenhuma ocorrência na língua oral.

Apresentam-se, a seguir, dois exemplos da modalidade oral, sendo um do português brasileiro e um do português europeu.

(54) (...) *o segredo...é não ir no li::vro e você fica quase MALUCA de procurar a receita você vê que esses regimes pra emagrecer AGORA...são tão complicadas as dietas dos/dos dias da semana que a pessoa já emagrece SÓ de procurar...da segunda-feira...da terça...da quarta... a gente TEM é que usar a CABEÇA...como em tudo na vida não é?* (Oc-B-70-2f-001)

(55) (...) *a quantidade (de vinhas) começou a ser tão pouca que começa-se a notar o prejuízo da bicharada.* (Op-P-70-3m-002)

Em (54), a informante, ao abordar o tema alimentação, fala sobre suas preferências e como costuma cozinhar. Em um determinado ponto da entrevista, ela diz gostar muito de bolo de chocolate e começa a enumerar os ingredientes utilizados, como farinha de trigo, manteiga, leite, ovo e, por fim, diz que, se quiser, se pode rechear também como uma geléia de ameixa. Para se fazer essa geléia, a informante argumenta que se deve prepará-la com o que tiver em casa, ou seja, a pessoa deve “se virar” com o que tem e não ficar presa a receita de livros.

A fim de ser mais enfática em sua argumentação, exemplifica, de forma irônica, com as dietas do dia de semana que devem ser seguidas de acordo com o que diz no livro. Sendo assim, de acordo com ela, essas dietas se tornam muito complicadas. Após a exposição desse argumento, ela volta a ratificar sua tese de que a pessoa “deve usar a cabeça” e adaptar.

No exemplo (55), o informante, um agricultor, relata a dificuldade em se conseguir plantar videiras. Diz que, a cada ano que passa, a quantidade diminui. Enfatizando essa

diminuição crescente, o informante argumenta que esse fato começou a atingir até os bichos (pássaros), uma vez que eles se alimentavam das folhas da videira e faziam ninhos nelas.

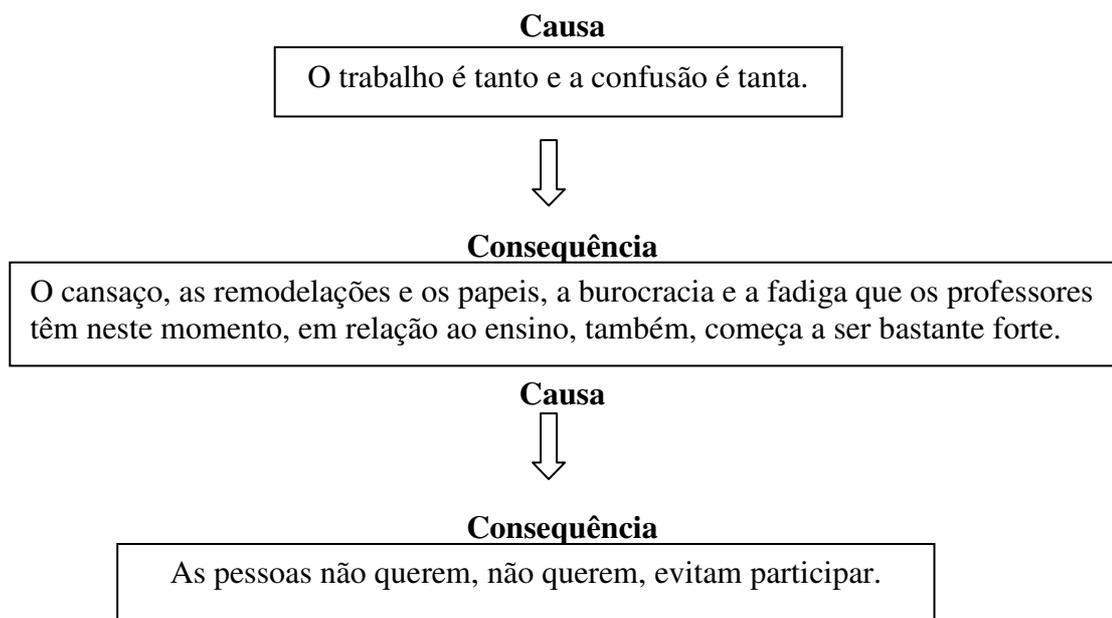
Como se pôde perceber, a utilização das cláusulas consecutivas correlatas é um importante recurso argumentativo. Pauliukonis (2001) defende a tese de que a estrutura correlativa se disponibiliza na língua como operador do discurso argumentativo. A autora destaca que os elementos linguísticos não transmitem apenas informações sobre a realidade, mas funcionam, sobretudo, como instrumento de pressão persuasivo. Pauliukonis (2001:124) reitera, deste modo, que

(...) a Correlação deve ser analisada como uma operação mental em que o emissor, pelo cotejo de dois elementos interdependentes, procura abstrair argumentos capazes de captar a adesão do ouvinte para uma conclusão esperada. (grifos nossos)

No exemplo que será exposto a seguir, demonstra-se um fato interessante: uma cláusula consecutiva que serve de causa a uma outra cláusula consecutiva.

(56) (...) *ah, interdisciplinaridade, mas era suposto haver, dos outras, dos outros, das outras cadeiras, dos outros professores, só que o trabalho é tanto, e a confusão é tanta, que o cansaço neste momento, ah, as remodelações e os papéis, a burocracia, ah, e a fadiga que os professores têm neste momento, em relação ao ensino, também, começa a ser de tal, de tal maneira forte, que, que as pessoas não querem, não querem, evitam participar, a não ser um ou outro professor, que enfim...* (Op-P-70-3m-002)

Tem-se, assim, o seguinte esquema:



Apesar de a segunda cláusula ser uma consequência da primeira cláusula e, ao mesmo tempo, uma causa da terceira cláusula, pode-se afirmar que, tanto ela, quanto a terceira estão realçando a informação contida na primeira (*O trabalho é tanto e a confusão é tanta*). Em outras palavras, o conteúdo da terceira cláusula (*As pessoas não querem, não querem, evitam participar*) se configura, também, como uma consequência da primeira.

Comenta-se, a partir de agora, um uso diferenciado em relação aos pares correlatos, que é o uso de *'tanto que'*. Como já exposto, esse elemento foi encontrado apenas na língua oral. Nesse caso, há, como apontado por Neves (2000:923), o termo intensificador funcionando externamente à predicação verbal, como se observa a seguir:

(57) *Eles passavam um monte de exercícios pra você fazer em casa, era um monte de exercícios, você tinha um monte de tarefas...e na época, tinha latim, tinha prova de latim, a prova de história era "puxadérrima", **tanto que** o próprio Hélio Alonso é que dava aula de História, dava aula de Latim, aula de Português, era o próprio professor Hélio Alonso. (Oc-B-9C-3m-002)*

(58) (...) e dizem que esses esgotos quando vão para dentro de água e dá lá para o rio que envenenou tudo – **tanto tanto que** não há peixe no rio (Op-P-70-3m-002)

Em (57), percebe-se que o informante tem por objetivo convencer o documentador da grande dificuldade das provas de história do curso pré-vestibular que fazia. Sendo assim, em vez de usar o intensificador *tão* antes do adjetivo *puxada*, ele optou por utilizar o grau superlativo sintético “puxadérrima”, que já carrega uma noção de intensidade; ele lança mão do intensificador (*tanto*), para retomar o que já foi dito, acrescido da conjunção *que*, para introduzir o argumento de que “o próprio Hélio Alonso é que dava aula de História”.

No exemplo (58), o informante, um pescador, fala sobre a falta de peixes no rio, atribuindo, inicialmente, o problema à retirada das algas por parte de alguns camponeses. De acordo com ele, essas algas servem como agasalho natural ao peixe, que, não o encontrando, vai embora. Em um segundo momento, o pescador também atribui a falta de peixes às fábricas de Setúbal, dizendo que o esgoto produzido por elas envenena o rio.

É interessante notar a grande ênfase que é dada ao envenenamento dos rios, pois o informante não só lança mão do intensificador *tanto*, para retomar essa questão, como o utiliza de forma repetida. Pode-se depreender que o argumento utilizado é de que, se o envenenamento não fosse tão sério, seria possível encontrar, pelo menos, alguns peixes, mas, devido ao grande dano causado, não é possível encontrar nenhum peixe no rio.

Acredita-se que *tanto que* é um caso de deslocamento funcional da forma básica, representada pelo par correlato *tanto... que*, utilizado prototipicamente para estabelecer uma relação de interdependência entre as cláusulas. Levanta-se como hipótese um possível caso de recategorização do par correlato em um sintagma adverbial que retoma, dessa forma, porções maiores do discurso, servindo como uma ponte de transição entre o que já foi dito e o que será apresentado.

Essa “externalização” pode levar, inclusive, ao “desgarramento” da cláusula consecutiva, como exemplificado a seguir:

(59) (...) *Porque a entrada da gruta é mínima. **Tanto que** você, eh, eh muitas vezes vão chegando aqueles barcos de turismo e ficam ali parados, trinta, quarenta, cinquenta, esperando que o mar se acalme pra poder entrar* (Oc-B-70-3f-001)

Esta cláusula pode, até mesmo, ser produzida por diferentes locutores, como se evidencia no seguinte exemplo:

(60) *DOC – o senhor não acha que a, a greve está um pouco desgastada (sup.)
LOC – Ah, eu acho, eu acho. **Tanto que** esse ano houve greve, não se conta. Eu não sei o instrumento da greve está desgastado.* (Oc-B-9R-2m-001)

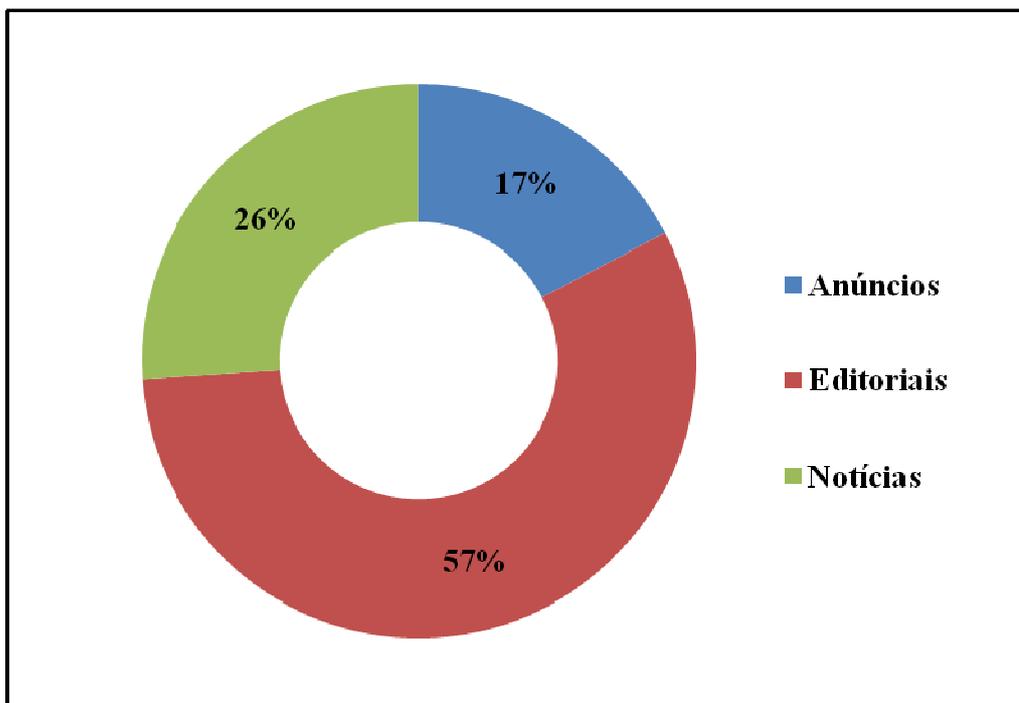
Neste último exemplo, pode-se confirmar a produção da cláusula por pessoas diferentes pela seguinte paráfrase: “A greve está **tão** desgastada **que** esse ano não houve greve”, em que parte da primeira cláusula encontra-se na fala do documentador.

Pretende-se em trabalhos futuros estudar mais a fundo esse uso da cláusula consecutiva externo à predicação verbal e discutir se esse uso, realmente, deve ser inserido dentro das cláusulas de encaixamento, já que apresenta um comportamento mais frouxo em relação aos outros pares.

A partir desse momento, abordam-se o uso das conjunções correlativas na modalidade escrita, que se mostraram mais produtivas na escrita do que na fala.

Ao se comparar a percentagem das cláusulas encaixadas nos gêneros textuais analisados, verificou-se que foram, nos editoriais, que elas se mostraram mais frutíferas, como se verifica a seguir.

Gráfico 12: Cláusulas correlatas x Gêneros textuais escritos



Acredita-se que o maior número de construções correlatas em editoriais deve-se ao fato de o gênero editorial ser um gênero jornalístico bastante argumentativo. Segundo Almeida e Sales (2005), esse gênero tem, predominantemente, o tipo de sequência argumentativa. Sendo assim, por meio da argumentação, se revelam algumas estratégias persuasivas utilizadas pela imprensa, a fim de convencer o público-alvo de uma determinada posição político-social.

Andrade (2006:133), levando em conta uma perspectiva funcional-interativa, faz a seguinte afirmação sobre a carta do editor:

(...) Em outras palavras, a carta é utilizada como um contato imediato entre editor e leitor, visando a atender vários propósitos comunicativos: apresentar as matérias publicadas, opinar sobre fatos importantes e recentes da sociedade ocorridos no país ou no mundo, criticar a posição de alguma figura pública, entre outros. (grifos nossos)

Volta-se a destacar que a estrutura correlativa é um dos mecanismos que podem ser utilizados pelo enunciador para enfatizar seu discurso argumentativo, uma vez que, como já mencionado, a correlação é um mecanismo discursivo. A respeito dessa função discursiva Mólolo (1999:03; 04) afirma que a correlação é um:

...tipo de conexão sintática de uso relativamente frequente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, aparecendo principalmente nos textos apologéticos e enfáticos, que se destacam mais por expressarem opiniões, defenderem posições, angariarem apoio, do que por informarem com objetividade os acontecimentos. (grifos nossos)

Tal fato pode ser comprovado através dos seguintes exemplos retirados do *corpus*:

- (61) *Elege-lo – é fraudar o systema, é exercer a compressão eleitoral, é converter uma republica em uma especie de dictadura hereditaria. Entre as pontas desse dilemma, o anno critico passará sempre em apreensões. Há, por acaso, crises parlamentares, que se demorem tanto, que tenham tão longas e nefastas consequências?*
Quando na França, na Inglaterra ou na Italia qualquer delas dura tres dias, cinco dias, seis dias, já se vê nesse periodo uma eternidade. Com o nosso regimen, parece certo que já agora durarão sempre dois annos. (E-B-91-Je-002)
- (62) *Também, ao que se diz, progrediram as ciências bélicas em proporção. Vai matar-se o homem com tanta limpeza e caridade que se não sentirá a morte, mercê do poder destrutivo das bombas de urânio desintegrado. (E-P-93-Je-001)*

Nestes dois exemplos, um do Brasil e o outro de Portugal, constata-se um alto teor argumentativo. Em (61), o escritor disserta sobre o ano crítico, que, segundo ele, é o terceiro ano do mandato presidencial, que se torna estéril devido à perspectiva de escolha do candidato à presidência futura e acaba por inutilizar o quarto ano, uma vez que o Congresso oscila

“doidamente” (*SIC*) entre o presidente que vai sair e o que vai entrar. O autor do editorial se indigna pelo fato de se perderem dois anos de todas as presidências aqui no Brasil e destaca que o mesmo não ocorre em nenhum outro país parlamentar. Ao levantar a hipótese da eleição do candidato adversário do presidente atual, o escritor cria uma pergunta irônica, lançando mão de uma estrutura correlativa: *Há, por acaso, crises parlamentares, que se demorem tanto, que tenham tão longas e nefastas consequências?*

No exemplo (62), o escritor, procedendo ao balanço do Mundo nas entradas de 1950, afirma que o mundo caminhou de maneira bastante acelerada. A partir de tal afirmação, começa a enumerar os progressos da civilização de um modo um pouco sarcástico: a eletricidade (“boa fada perdulária a atirar aos homens os seus dons maravilhosos”), a televisão (“sentados à nossa mesa a comer o prato da sopa, ouvimos e vemos o que se passa pelo vasto orbe), o avião (“leva-nos em poucas horas quando antes em igual trajecto o navio consumia semanas”). O sarcasmo do editor torna-se mais evidente quando escreve sobre o progresso das ciências bélicas e se utiliza do par correlato *tanto... que* para ironizar a forma com que o próprio homem vai se destruir, “com **tanta** limpeza e caridade **que** se não sentirá a morte”.

Ao fim, desse capítulo, ratifica-se a relevância de uma análise calcada em uma perspectiva funcional-discursiva, que engloba não só fatores sintáticos, como, por exemplo, o uso dos elementos conectivos empregados para se expressar noção da consequência, mas também fatores discursivos, como por exemplo, os efeitos de sentido criados a partir do uso desses elementos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor uma pesquisa de base funcional e sincrônica, verificaram-se variados modos de articulação sintática de cláusulas que, de uma forma ou de outra, manifestaram uma relação de consequência, o que levou a se propor a sua distribuição em um contínuo de estágios de gramaticalização.

Com vistas a determinar a fundamentação teórica adotada, percorreu-se ao longo dos capítulos 1 e 2 os conceitos de subordinação, coordenação e correlação. Verificou-se o quão distante se está de uma sistematização uniforme que dê conta de todos os processos de estruturação sintática da língua portuguesa.

Como foi possível perceber, os conceitos de subordinação e coordenação estão ligados a diferentes perspectivas, ou seja, cada autor adota um determinado ponto de vista para diferenciar a subordinação da coordenação e vice-versa. Entre as diferenças mais patentes, destaca-se a questão da dependência, tão propalada pelos autores de linha tradicional. Alguns adotam critérios semânticos, como Kury (2002); outros preferem critérios sintáticos, como Bechara (2003), o que fica bem claro a partir do conceito de coordenação estabelecido por ambos.

Ao revisitar a postura dos gramáticos tradicionais, gerativistas e funcionalistas, evidenciaram-se as contradições e as divergências que afastam uma postura teórica de outra. Verificou-se que há ainda muitos pontos em sintaxe para serem discutidos, principalmente, no que diz respeito à correlação, processo considerado por vários teóricos como distinto dos demais.

No capítulo 3, se estabeleceu outra discussão teórica: a caracterização das cláusulas consecutivas, em seus aspectos sintático-semânticos. Como apontou Said Ali (1971), em

relação ao estudo das orações subordinadas, faltam critérios à divisão tradicional entre orações substantivas, adjetivas e adverbiais, uma vez que não há adverbiais que correspondam a toda tipologia de advérbios.

Verificou-se que os autores tradicionais são unânimes em afirmar que as cláusulas consecutivas, independentemente de sua forma, caracterizam-se pelo processo de subordinação. Dessa forma, deixa-se de explorar as diferenças sintático-discursivas de uma cláusula como “Falei tanto que fiquei rouco” de “Falei muito, de modo que fiquei rouco”, em que a primeira, diferentemente da segunda, se estrutura de forma interdependente e se presta à maior ênfase.

No capítulo 4, apresentou-se a fundamentação teórica que alicerçou essa pesquisa. Buscou-se, para tanto, a corrente norte-americana do Funcionalismo Linguístico, atrelada ao paradigma da gramaticalização. Ao se perseguir essa corrente linguística, foi possível analisar a cláusula consecutiva e sua relação proposicional a partir de seus usos correntes, que foi o objetivo central deste trabalho. Uso, discurso e interação foram as palavras-chave que possibilitaram traçar um estudo de forma abrangente ao longo dos capítulos subsequentes da pesquisa.

Após a fundamentação teórica, iniciou-se o capítulo 5, em que se apresentaram os procedimentos metodológicos e, logo em seguida, partiu-se para o capítulo 6, cujo objetivo era analisar as diversas possibilidades de combinação das cláusulas que expressavam a noção consecutiva no *corpus* pesquisado.

Ao se correlacionar o trabalho de Hopper & Traugott (1993), que propõem um *continuum* de gramaticalização de cláusulas – Lehmann (1988), que não nega a possibilidade de existirem outras cláusulas entre os dois extremos do *continuum* e Decat (2001), que aborda as proposições emergentes das combinações de cláusulas, foi possível distribuir as cláusulas

consecutivas em um *continuum* de estágios de gramaticalização, levando-se em conta uma gama de ocorrências, geralmente, não abordadas nas gramáticas tradicionais, ao tratarem desse tipo de cláusulas.

Como exemplos, citam-se as cláusulas coordenadas introduzidas pelos itens *e*, *aí* e *então*, e as cláusulas consecutivas justapostas, além das cláusulas hipotáticas reduzidas de gerúndio, *que*, a propósito, se mostraram as mais recorrentes no estabelecimento da relação consecutiva.

Ao final da análise empreendida ao longo de todo o capítulo 6, acredita-se que esse trabalho tenha servido de importante contribuição para a caracterização das cláusulas de consequência em língua portuguesa, uma vez que ele:

(i) Não relaciona a idéia de consequência a uma estruturação única na língua (a subordinação adverbial), apresentando a relação de consequência em estruturas justapostas, coordenadas, subordinadas finitas e não-finitas e, também, nas correlatas;

(ii) Demonstra que mais de uma noção pode ser sobreposta em um mesmo conector *e*, portanto, os limites são difusos e não discretos, como ainda se tenta impor. As relações se desvelam no discurso, no uso concreto da língua;

(iii) Enquadra as correlatas em estruturas de encaixamento, à semelhança de uma completiva (substantivas e adjetivas restritivas);

(iv) Interessa, principalmente à produção textual, uma vez que importa o uso dessas estruturas para veicular a noção consecutiva e não a sua classificação;

(v) Mostra a renovação da língua e o domínio do falante sobre o material linguístico a sua disposição, já que as diferentes estruturas servem e se desdobram às necessidades comunicativas dos usuários da língua;

(vi) Evidencia que os rótulos previstos na tradição não se enquadram à realidade de uso(s) da língua.

Espera-se, dessa forma, que esta pesquisa tenha sido mais um passo produtivo em relação aos estudos Funcionalistas, sem, contudo, se ter esgotado o tema. Espera-se, também, que se possa ter contribuído para uma interpretação e classificação das cláusulas subordinadas adverbiais não apenas baseada no valor específico do conectivo que as encetam, mas sim baseada na relação entre as cláusulas, muito mais discursiva do que sintática.

Nesse momento, conclui-se esse estudo, desejando-se que ele possa contribuir para outros trabalhos sincrônicos em língua portuguesa, principalmente, os referentes à combinação de cláusulas. Deseja-se, por fim, que os objetivos perseguidos no início da pesquisa tenham sido, de fato, alcançados.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suarez. *Curso de Redação*. São Paulo: Ática, 1994.

ALMEIDA, Erica & SALES, Suelen. *O uso de estruturas concessivas em textos jornalísticos*. In: CNLF, v.9, n. 15, Rio de Janeiro, 2006.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1956.

ANDRADE, M. L. da Cunha Victorio de Oliveira (2006). Cartas do editor em revistas brasileiras: marcas de envolvimento. In: *Oralidade em diferentes discursos*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

ÁLVAREZ, Alfredo L. Las contrucciones consecutivas. In: *Cuadernos de Lengua Espanhõla*. Madrid: Arco/Libros S. L., 1995.

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. José Carlos. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *Sobre os processos de estruturação sintática*. Niterói: Faculdade de Letras/UFRJ, 1979. mimeo.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBA, 1999. Tese de Doutorado.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BRAGA, M. L. *E aí se passaram 19 anos*. In: PAIVA, M. C. & DUARTE, M. E. L (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Campinas, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

_____. *Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização*. In: *SCRIPTA*, v. 5, n. 9, p. 23-34, Belo Horizonte, 2001.

_____. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Gramática do Português Falado: novos estudos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, v. 7. p. 442-59.

BRAGA, M. L. & CORIOLANO, J. *Construções de Gerúndio no Português do Brasil*. In: *Alfa*, v. 52(1), p. 175-187, São Paulo, 2007.

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: Joseph, Brian & Janda, Richard (eds). *A handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackweel, 2003.

CAMACHO, Roberto Gomes. *Valores semânticos e discursivos da conjunção aditiva*. In: *SCRIPTA*, v. 5, n. 9, p. 219-228, Belo Horizonte, 2001.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARVALHO, C. S. *Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas*. In: *Veredas*, v. 8, p. 9-27, Juiz De Fora, 2005.

CASTILHO, Ataliba de. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2004.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. & MARTELOTTA, M. (org.). *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DECAT, Maria Beatriz N. “A articulação hipotática adverbial no português em uso”. In: DECAT, Maria Beatriz N. et al. *Aspectos da gramática do português*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

_____. *Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de unidade informacional*. In: *SCRIPTA*, v.2, n.4, p 23-38, Belo Horizonte, 1999.

FADUL. B. F. *Relações hipotáticas adverbiais em redações escolares*. Trabalho final apresentado à professora Violeta Virginia Rodrigues no curso “O papel funcional discursivo da hipotaxe adverbial em uso. Rio de Janeiro, Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ, 2007. mimeo

FALCO, Arlete de. *Então e por isso no português contemporâneo: do falar sulgoiano para um contraponto entre o aquém e o além-mar*. Uberlândia-MG, 2005. Dissertação de Mestrado.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia & CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, M, A. K. *An introduction to functional grammar*. Great Britain: Edward Arnold, 1985.

HEINE, Bernd. *Grammaticalization*. In: JOSEPH, Brian & JANDA, Richard. *The handbook of historical Linguistics*. Oxford: Blackwell. 2003. p.575 . 601.

HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elisabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 167-203.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2002.

LEHMANN, C. *Towards a Typology of Clause Linkage*. In: THOMPSON, S. & HAIMAN, J (orgs.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 151-225.

LIMA, Ana. *Funções textual-discursivas das 'orações adverbiais' sem matriz*. In: VEREDAS, v.8, n. 1 e n. 2, p. 53-62, Juiz de Fora, 2004.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. *Gramaticalização de combinação de cláusulas: orações de tempo no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1998.

_____. *Estágios de gramaticalização da noção de tempo – processos de combinação de orações*. In: VEREDAS, v.8, n.2, p. 183-194, Juiz de Fora, 2004.

LONGHIN-THOMAZI, S. R.. *Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial*. In: VEREDAS, v.8, n.2, p. 215-232, Juiz de Fora, 2004.

LUFT, Pedro Luft. *Gramática Resumida*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

MARQUES, Evelyn C. S. *O articulador "então" em consecutivas no PB falado*. In: CNLF, v.11, n. 12, p. 104-113, Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Estudo funcional-discursivo das construções consecutivas*. Trabalho final apresentado à professora Violeta Virginia Rodrigues no curso "O papel funcional discursivo da hipotaxe adverbial em uso". Rio de Janeiro, Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ, 2007. *mimeo*

_____. *Orações consecutivas reduzidas em anúncio: um caso de persuasão?* Comunicação apresentada no IX Encontro regional dos Estudantes de Letras do Sudeste (EREL-SE), Faculdade de Letras da UFRJ, 2006. *mimeo*

MARTELOTTA, M. E. *Gramaticalização de então*. In: MARTELOTTA, M. E. *et alii* (org.). *Gramaticalização no Português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATTHIESSEN, Christian & THOMPSON, Sandra. *The structure of discourse and ‘subordination’*. In: Haiman, John & THOMPSON, Sandra. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

MIRA MATEUS, Maria H. *et alii*. *Gramática da língua portuguesa*. 5a ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MÓDOLO, Marcelo. *Correlação: Estruturalismo versus Funcionalismo*. (Pré) publications: forskning og undervisning. Danmark: Romansk Institut, Aarhus Universitet, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. “A extensão da análise dos elementos adverbiais para além da oração”. In: *Revista da ANPOLL*, n. 14, p.125-137, São Paulo, 2003.

_____. *A gramaticalização e a organização dos enunciados*. In: *SCRIPTA*, v. 5, n. 9, p. 13-22, Belo Horizonte, 2001.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEY, João Luiz. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

PAIVA, M. C. A. *A Gramaticalização de conectores no português do Brasil*. In: *SCRIPTA*, v. 5, n. 9, p. 35-46, Belo Horizonte, 2001.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida L. “*Função argumentativa da correlação*”. In: CUNHA PEREIRA, Cilene da & DIAS PEREIRA, Paulo Roberto (org. e coord.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários In Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

_____. *Novo enfoque da teoria da correlação*. In: Anais do V Congresso de Associação de Estudos da Linguagem. Rio de Janeiro, 1995.

_____. *A estrutura correlativa como operador discursivo na articulação de cláusulas*. In: *SCRIPTA*, v. 5, n. 9, p. 119-152, Belo Horizonte, 2001.

PENHAVEL, Eduardo. *A multifuncionalidade do conectivo e*. In: *Estudos Linguísticos*, v. 35, n.1, p. 647-656, Araraquara, 2006.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2000.

PEZATTI, E. G. *O advérbio “então” já se gramaticalizou como conjunção?*. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 17, n. 1, p. 81-95, São Paulo, 2001.

POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização das preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia editores, 1959.

RODRIGUES, Violeta Virginia. *Correlação*. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Silvia Figueiredo. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*. Comunicação apresentada na I Semana de Língua Portuguesa. Faculdade de Letras da UFRJ, 2007. *mimeo*

_____. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado.

RODRIGUÉS, Alfonso Sancho. *Subordinadas Cuantitativas: consecutivas y comparativas*. In: *Apuntes de Lengua*, 2007. Disponível em <http://personal.telefonica.terra.es/web/apuntesasr/SintaxOracCompleja5.htm>

ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Gramaticalização de até: usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras/UFRJ, 2007. Dissertação de Mestrado.

_____. *Teoria da correlação revisitada*. In: SENEFIL: Rio de Janeiro, v. 9, 2007.

SAID ALI, Manuel. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

_____. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7ª ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

SILVA, José Romerito. *A intensificação numa perspectiva funcional*. In: Revista Odisséia, v. 1, n.1, p. 1-18, Rio Grande do Norte, 2008.

TRAUGOTT, Elizabeth C. *Constructions in grammaticalization*. In: JOSEPH, Brian & JANA, Richard. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 624-647.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)